U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

# Territórios de (Des)Humanização

## Reflexão sobre Espaços de Crime, Privação e Resistência

Catarina Reis Ferreira

**M**

**2023**

U.PORTO

**Catarina Reis Ferreira**. Territórios de (Des)Humanização. Reflexão sobre Espaços de Crime, Privação e Resistência

**M**.FAUP **2023**

**Territórios de (Des)Humanização. Reflexão sobre Espaços de Crime, Privação e Resistência**

Catarina Reis Ferreira

FACULDADE DE ARQUITETURA

"*Se puderes olhar, vê. Se puderes ver, repara.*"

Ensaio Sobre a Cegueira, José Saramago

# Agradecimentos


À minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão, por serem os meus pilares, e aos quais eu não tenho palavras suficientes para descrever o quão grata estou por os ter

À Mariana, ao André e ao Tomás, por me encorajarem, apoiarem e manterem-me mentalmente sã através das conversas e gargalhadas

Aos meus avós, à Tia Lucinha, ao André e à Patrícia, aos meus familiares e amigos, pelo apoio, preocupação e incentivo

À Tia Berta, pela ajuda, cuidado e correção meticulosa do meu português

Ao Dr. António Pinto (assistente social), por ser tão acessível, energético e humano, e pelo trabalho contínuo e exaustivo que faz pela comunidade

À D. Maria José Ribeiro (resistente do fascismo da URAP), pela simpatia, gentileza e a partilha das suas memórias (afetivas e dolorosas), e pela contínua luta que faz demonstrando uma força de vida enorme

À Dra. Alexandra dos Anjos (Museu Militar do Porto), pela disponibilidade e atenciosidade

Ao Professor Doutor Mário Mesquita, pela paciência, pelas horas dedicadas, pelas palavras de incentivo e orientações, pela sua positividade, e sobretudo pela sua dedicação e entrega aos estudantes, aos projetos e à comunidade

# Sumário


**Resumo/Abstract** 7

**Contexto** **10**
Definição dos Territórios 11
Dimensão Política e Social do Espaço 13
Entre a Liberdade e a Privação 17
Olhar Através da Experiência De Quem Habita os Espaços 19

**Criminalidade e Subversão na Cidade** **20**
Espaços Mais Vulneráveis 21
Espaços de Subversão 33
Vulnerabilidade dos Espaços 45

**Espaços de Privação à Liberdade** **56**
Da Punição à Reabilitação 57
Da Humanização à Desumanização 71
Da Privação de Liberdade 83

**Ciclo e Espaços de "Reincidência"** **94**
Reinserção na Cidade 95
Reflexo na Cidade 105
Roteiros Urbanos de Crime, Subversão e Resistência 115

**Casos de Estudo** **122**
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino) 123
Centro Educativo de Santo António (Menores) 141
Sede da Polícia Política (PVDE, PIDE, DGS) no Porto 157

**Considerações Finais** **176**

**Fontes de Informação** **182**

# Resumo

Esta dissertação resulta do estudo dos territórios urbanos de pobreza, marginalidade e criminalidade e, por consequência, dos espaços de privação de liberdade. Resulta também da preocupação com o círculo vicioso em que estes espaços estão inseridos e as suas repercussões na urbe (aumento da criminalidade, das pessoas sem abrigo, da insegurança na cidade e, consequentemente, da perda de urbanidade).

A reflexão sobre o vasto leque de espaços urbanos que o título engloba ("Territórios de (Des)Humanização") visa, não uma solução para as problemáticas apresentadas, mas uma análise crítica sobre as mesmas. Não parte à procura de uma finalidade, mas sim que as questões e os problemas levantados sejam alvo de um pensamento crítico e da visibilidade de que carecem.

Enquadrada na escala espaço-temporal dos últimos 80 anos na cidade do Porto, é pretendido compreender as dinâmicas político-sociais na construção e transformação dos territórios urbanos de estudo. Com esse objetivo, é adotada uma base metodológica que partirá da investigação de casos de estudo e de testemunhos de quem habita ou habitou estes espaços, em conjugação com as várias ciências sociais (Sociologia, Política e Psicologia) necessárias para a sua compreensão.

# Abstract

This dissertation results from the study of the urban territories of poverty, marginality and criminality and, consequently, the spaces of deprivation of liberty. It also results from the concern with the vicious circle in which these spaces are inserted and their repercussions in the urbe (the increase in criminality, homeless people, city insecurity and, therefore, the loss of urbanity).

The reflection about the wide range of urban spaces that the title includes ("Territories of (De)Humanization") aims, not a solution for the presented problems, but their critical analysis. It doesn't look for a solution, but rather a critical thinking about the questions and problems raised and the visibility they lack off.

It's intended to understand the political and social dynamics in the construction and transformation of the urban territories of the study, framed in the space-time scale of the last 80 years in the city of Porto. With this objective in mind, the methodological basis adopted will start from the investigation of the study cases and testimonies of those who inhabit or have inhabited these spaces, with the help of the various social sciences necessary for their understanding (Sociology, Politics and Psychology).

# Contexto

## Definição dos Territórios

Na presente dissertação, por territórios desumanos entende-se territórios de pobreza urbana, marginalidade, criminalidade, psicotrópicos e, por consequência, os espaços de privação de liberdade associados à punição criminal. Para o enquadramento, definiu-se três escalas: micro, meso e macro (independentes e denominadas assim para esta dissertação).

Micro-escala: referente a um espaço bem definido e delimitado, muralhado e vigiado - a prisão. Os espaços ocultos das prisões portuguesas impulsionaram o início da dissertação. Estimulada pelo aparecimento das Prisões "New Generation" contrastantes com a imagem genérica que se tem de uma prisão, a curiosidade de compreender a influência dos espaços de privação de liberdade na reabilitação dos reclusos incentivaram o início do estudo. Considerando que a arquitetura tem a capacidade de influenciar e atuar no bem estar psicológico, é na sua conceção, na organização espacial, no desenho do espaço e na criação de ambientes, que a potencialidade espacial de atuar sobre o indivíduo se verifica. Porém, dos quadros da população reclusa nas prisões portuguesas, surgiu a inquietação de grande parte das pessoas provirem de contexto urbanos de pobreza, nomeadamente dos bairros sociais.

Meso-escala: referente a um lugar fisicamente aberto, isto é, não tem qualquer entrave na entrada nem é muralhado, mas é demarcado e delimitado pelas barreiras visíveis (caracterização do espaço urbano) e pelas barreiras invisíveis (sociais de exclusão). O enraizamento da delinquência social associada a estes contextos urbanos, o seu vínculo à prisão e o ciclo de reincidência geracional, despertou o interesse de compreender os processos de formação e

transformação urbana, de usufruto e apropriação, de socialização e integração, que resultaram na atual imagem representativa do bairro, assim como as repercussões deste ciclo vicioso na cidade.

Macro-escala: referente a um quadro mais abrangente da urbe - a cidade. Por um lado, serve de comparação dos sistemas e subsistemas económicos, institucionais, culturais e sociais, dos quadros de interação e de socialização, e ainda dos modos de vida das comunidades, entre a cidade (normativos) e o bairro social (desviantes). Funciona também para compreender como os territórios "desumanos" se (des)integram na cidade e as relações intersticiais estabelecidas com a mesma. Por outro lado, os problemas estruturais destes territórios não se circunscrevem ao espaço físico do bairro social como elemento isolado, mas estendem-se pela sua envolvente, pelo que se considera interessante incluir os reflexos destes processos urbanos na sua extensão.

Por fim, define-se ainda uma outra escala espaço-temporal para perceber as transformações e dinâmicas, quer políticas, sociais e espaciais, desde a entrada do Estado Novo para o poder até à atualidade, no espaço urbano da cidade do Porto.



## Dimensão Política e Social do Espaço

Dada a temática sensível da dissertação, a carga emocial e a opinião política que a mesma possa despontar, torna-se difícil suprimir os sentimentos face aos problemas sociais, espaciais e humanos nos territórios de estudo, tanto no espaço-temporal do regime do Estado Novo como no atual. É pretendido assumir uma abordagem imparcial e neutra no estudo dos territórios em questão, ainda que seja difícil. Contudo, a análise da dimensão política e social é essencial na compreensão da construção, transformação e vivência dos espaços "desumanos".

A arquitetura tem associada a si uma vertente política, quer na sua imagem e representação, quer no seu financiamento e nos interesses públicos (e por vezes privados) por parte dos centros de decisão. A dimensão política da arquitetura participa ativamente na definição de políticas urbanas, nomeadamente no planeamento urbano, na organização e no desenho do espaço público, nos dispositivos estatais (neste caso de estudo os dispositivos prisionais) e nas políticas urbanas, nomeadamente de habitação social. Sendo que o regime vigente é quem as define e controla, considera-se importante compreender as políticas urbanas implementadas,  num primeiro momento, pelo regime fascista e, num segundo e atual momento, pelo regime democrático.

Da mesma forma, a dimensão social do espaço é um ator importante na compreensão da influência do contexto urbano de residência nos comportamentos e modos de vida desviantes e criminais. A sociedade organiza-se na cidade construindo sistemas e subsistemas económicos, instituicionais, culturais e sociais, quadros de interação e socialização, e uma forma de uso e adequação do espaço, que geram padrões normativos dos processos de socialização e dos modos de vida.

A desvinculação das normativas sociais nos territórios de estudo demonstra-se relevante na compreensão da subscrição do território a comportamentos e modos de vida associados à delinquência e criminalidade. Sendo considerada uma margem social (entidade grupal), os comportamentos desviantes não são considerados exceções mas provenientes da conduta grupal da comunidade residente no território que foi normalizada.

Desta forma, interessa também do ponto de vista social, analisar a forma como dentro destes contextos urbanos marginais se processam as sociabilidades e as vivências. Se o espaço é desenhado e pensado para as pessoas, são também as pessoas através do uso e da apropriação do espaço que o criam e transformam.

# Entre a Liberdade e a Privação

Os conceitos de Liberdade e Privação suscitaram várias interpretações  na estruturação da dissertação. De um ponto de vista, o bairro social como lugar isolado e excluído pode ser ponderado económica e socialmente como um espaço de privação. Claramente não igual a uma prisão, mas as "amarras" que o contexto de residência e o fechamento interno implicam, constroem uma "espécie de prisão invisível". Também a normalização e familiaridade entre estes contextos de pobreza, marginalidade e criminalidade urbana e os espaços de privação de liberdade ressaltaram como um ponto preocupante a ter em conta e a ser estudado pela sua relação intrínseca e geracional.

No caso dos espaços de privação de liberdade ainda são uma temática pouco abordada no campo da arquitetura. Talvez pela noção ainda enraizada do conceito de punição contrastante com a associação da arquitetura a algo que melhore ou acrescente benefício ao usuário, há uma falta de informação sobre a construção dos espaços que visam o encarceramento. Pretendendo aprofundar o estudo destes espaços e sabendo que o atual parque português ainda tem por base os ideiais arquitetónicos desenvolvidos pelo Estado Novo, considerou-se importante estudar as prisões construídas na época, nomeadamente a importância das prisões políticas como objeto de estudo arquitetónico prisional, como espaços de privação de liberdade e de violência física e psicológica.

Ainda numa terceira aproximação, durante o período do regime fascista, a palavra liberdade foi excluída do vocabulário. É interessante que em leituras e testemunhos ressalta a expressão "olhos panópticos" da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado). Esta aproximação do poder exercido pela polícia e o modelo idealista do Panóptico suscitou a vontade de englobar a influência do regime fascista e da censura exercida pelo mesmo no espaço urbano. De escalas e dimensões diferentes, mas até um certo ponto análogas, o espaço urbano era palco da mesma vigilância que era exercida na prisão. Considera-se assim

interessante, também para a posterioridade e atual crescimento da extrema direita e teorias negacionistas, analisar a relação do regime político fascista no usufruto e apropriação do espaço público.

## Olhar Através da Experiência De Quem Habita os Espaços

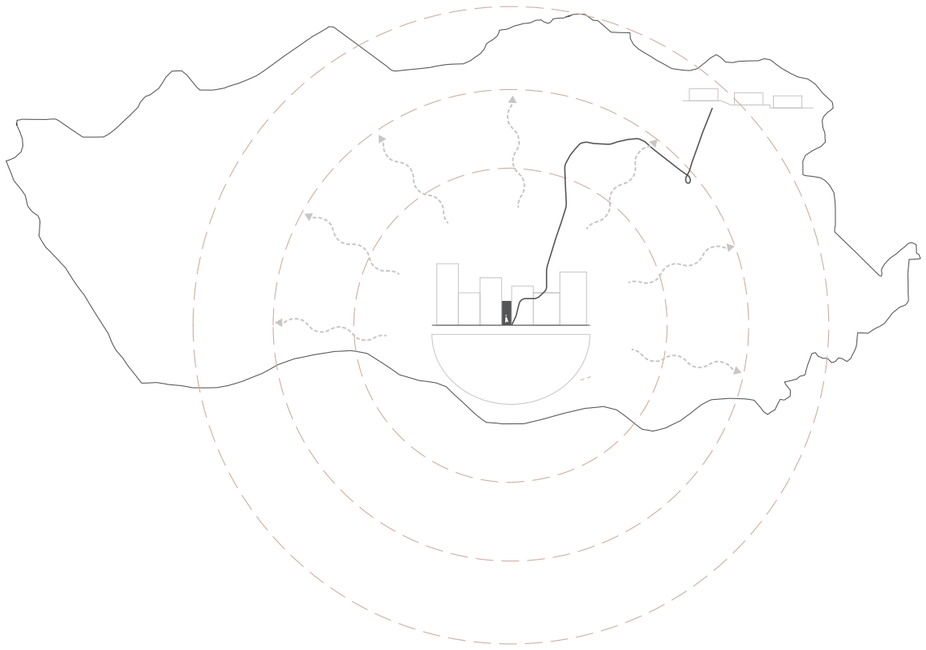
Estudar o espaço normalmente implica a experiência e leitura pessoal, interagindo e percecionando o seu "dia a dia". Contudo, dada a temática da dissertação, a interação pessoal com estes espaços não é possível por razões legais. Deste modo, o estudo será feito através da "lente" de quem os habitou, habita e experiência.

As pessoas que experienciam estes contextos de residência urbanos de pobreza, de marginalidade, de criminalidade, que passaram pela prisão, e que se encontram inseridos nestes territórios desumanos descrevem, melhor que ninguém, as suas problemáticas, vivências e "amarras" sentidas perante a cidade. Adotou-se assim uma metodologia que tem como base documental os testemunhos, as histórias e as narrativas das experiências pessoais, as quais não faria sentido não considerar.

Procurou-se também, dada a importância política-social da leitura dos espaços, integrar as disciplinas da Política, Sociologia, e Psicologia com o intuito de compreender, para além do espaço arquitetónico, a componente política, social e psicológico do espaço urbano que participam ativamente na morfologia, mutações e relações estabelecidas nos territórios de desumanização.

Nota: consideram-se neste estudo os bairros sociais caracterizados pelas condições apresentadas, compreendendo que não se aplica a todos os bairros sociais.

Espaços Mais Vulneráveis



---- Raio 1 km



"*Mais tarde, no início do século XX, os autores da escola de Chicago defenderam a importância da localização e do contexto espacial (nomeadamente as más condições de habitabilidade ou a proximidade a centros urbanos) na explicação dos comportamentos de delinquência (...). Contudo, só na década de 1970 é que o "lugar" assumiu uma posição mais central nas teorias da criminologia, nomeadamente no ramo apelidado de criminologia ecológica ou ambiental (...). Estas teorias defendem que a distribuição da criminalidade está dependente do tempo e do espaço e que essa espacialidade pode, por sua vez, também transformar e reorganizar o próprio espaço."* [1]

A incidência criminal nos bairros sociais é um fenómeno que se tem demonstrado permanente e geracional ao longo das décadas. Desde a sua implementação, os bairros estiveram e estão vinculados à conduta de práticas criminais e ilegais associadas aos comportamentos e modos de vida da comunidade residente. Particularmente na incidência de crimes contra o património, tráfico de droga, humano e prostituição, a tipologia urbana demonstra um padrão espacial de criminalidade proveniente de necessidades e motivações económicas que, considerando que este tipo de delinquência social não sucede das propriedades biológicas ou psicológicas do indivíduo, é produto da vulnerabilidade produzida pelo espaço no meio urbano onde estão inseridos. Sendo o espaço produto e produtor do planeamento urbano, a suscetibilidade do território à criminalidade é atribuída e condicionada pelos fatores morfológicos do espaço. Desta forma, reflexo da organização social e política da sociedade, os princípios de planeamento urbano e o modelo de desenvolvimento urbano influenciaram e participaram na distribuição espacial da criminalidade.

> "*Apesar de não haver convergência nas soluções a adoptar, é consensual a opinião de que o actual modelo de desenvolvimento urbano, assente em territórios física e socialmente divididos entre centro e periferia, tende a provocar um agravamento na exclusão social de grandes sectores da população. Tal favorece o surgimento de fenómenos de marginalização e de delinquência, de violência e de desestruturação dos factores de convivência, a par da perda do sentido do bem comum e de laços afectivos com o lugar de residência (...)* [2]

A estratégia de implementação dos bairros predestinou assim o território às vulnerabilidades nos recursos sociais, culturais, económicos e territoriais, vulnerabilidades essas necessárias para a subscrição e o vínculo das práticas criminais no território.

1 - SARAIVA, Miguel; AMANTE, Ana; MARQUES, Teresa; FERREIRA, Márcio; MAIA, Catarina; in: "Perfis Territoriais de Criminalidade em Portugal (2009-2019)", Finisterra, LVI(116), 2021, pág. 52-53

2 - HEITOR, Teresa; in: "Insegurança em Meio Urbano: O Espaço na Mediação de Oportunidades delituosas", Revista Psicologia, Volume 21, Nº2, Lisboa, 2007 pág, 32

"*Estes bairros adoptaram uma localização específica, incluída na óptica geral da política habitacional do Estado Novo, ou seja, a segregação espacial da habitação social, localizando estas freguesias periféricas da cidade (Bonfim, Campanhã e Lordelo do Ouro), posição, como vimos acima, completamente contrária à defendida pelos técnicos camarários, quer quanto à localização, quer quanto à tipologia, mas que a Câmara não pode seguir devido precisamente à oposição do governo.*" [3]

3 - MATOS, Fátima Loureiro; in: "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", Revista Análise Social, Vol. XXIX (127), Lisboa, 1994, pág. 693

4 - COSTA, Alfredo Bruto; CARDOSO, Ana; BAPTISTA, Isabel; RASGADO, Sofia; in: "Pobreza e Exclusão Social em Portugal. A Área Metropolitana do Porto", CESIS, 1999, pág. 140

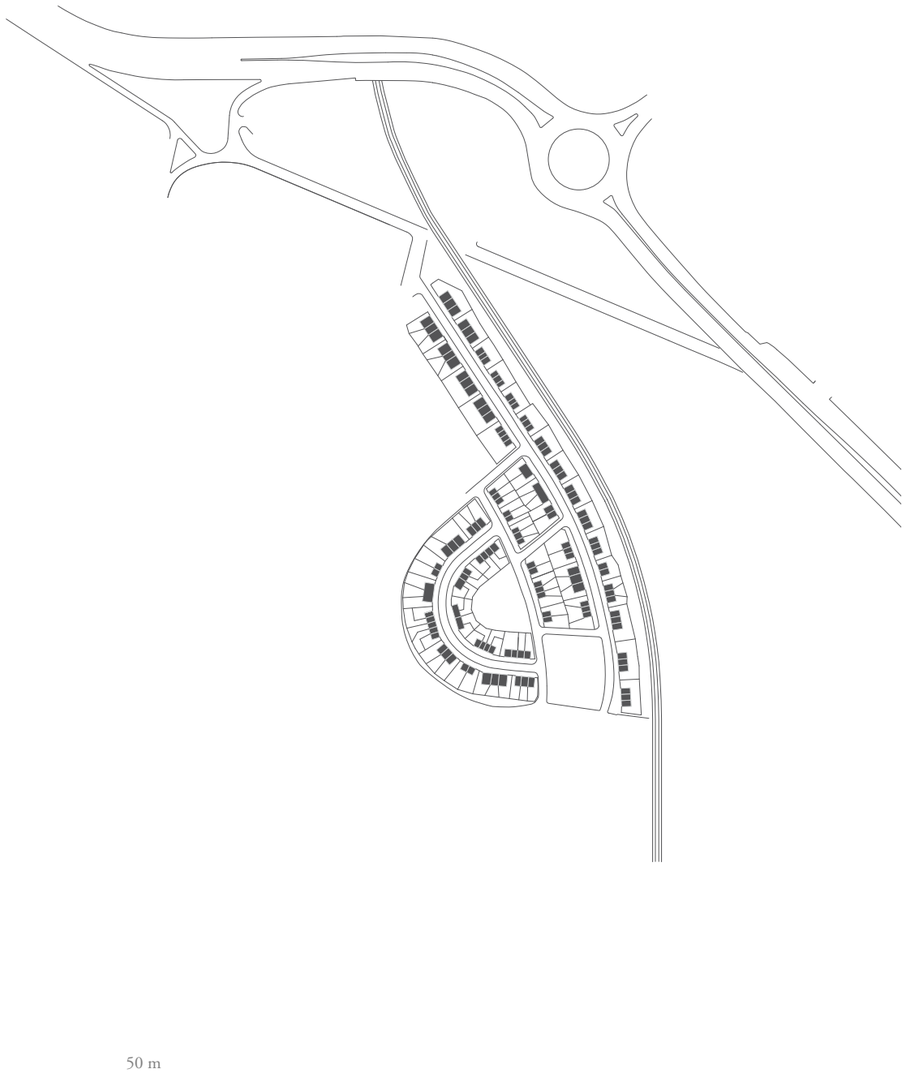
Sob a ótica hierárquica e classista do Estado Novo, a idealização da habitação social seguiu o modelo de desenvolvimento urbano centro-periferia, de forma a promover intencionalmente a segregação espacial e social de classes, nomeadamente afastar a classe mais desfavorecida (classe operária que residia nas "ilhas") do centro, através da construção de áreas maioritariamente residenciais na periferia, desconectadas do tecido vivo da cidade.

Esta imposição por parte do regime político da localização periférica condicionou desde o início a nova habitação social a processos de marginalização e consequente rutura de vínculos com a restante urbanidade. A pretendida segregação espacial, que antes se processava "interior-exterior" nas antigas ilhas (onde se escondia a habitação social no interior mas não deslocava ou afastava a classe operária do centro da cidade), com a deslocação populacional para uma posição marginal da cidade, é substituída por uma segregação espacial "centro-periferia" que, na sua extensão, não afeta a urbanidade, apenas os territórios marginalizados.

Sendo que morar na cidade não implica necessariamente o direito à cidade, conceptualizado por Lefebvre, a localização, como princípio e propriedade de valorização do espaço, tem um papel central na integração do território nos sistemas e subsistemas urbanos. A escolha do posicionamento periférico dos bairros sociais teve assim um impacto não só na matriz geo-simbólica que o "lugar" representa, como nos recursos e acessibilidades que promovem. Implementados em

> "*terrenos acidentados, de difícil acesso – encostas, declives, vales – em zonas insalubres perto de ribeiras ou lixeiras, em áreas cuja própria morfologia as fez resistir à urbanização; (...) em locais perfeitamente "cortados" do resto da cidade (...)*" [4]

os bairros sociais constituíram lugares periféricos maioritariamente residenciais, escassos nos seus equipamentos e serviços, sem qualificação urbana ou habitacional. Remontando à altura da sua




3 - PLANTA BAIRRO DE SÃO JOÃO DE DEUS - 1944

construção, que se concentra entre a década de 40 até aos anos 70, a periferia da cidade era constituída na maioria por zonas rurais e agrícolas, ligadas à cidade pelas poucas estruturas viárias existentes. “Exilados” e isolados, a população transferida do centro foi despejada nestes “não lugares”, forçada à rutura dos laços sociais e afetivos com o seu lugar de residência.

Um dos primeiros bairros construídos no Porto foi o Bairro São João de Deus (Bairro SJD). Implementado no Programa de Casas Económicas do Estado, a construção do bairro teve início na década de 40 e foi crescendo exponencialmente até aos anos 2000. Localizado no limite extremo a Norte de Campanhã e limitado pela Estrada da Circunvalação, o bairro seguiu o modelo cidade-jardim, começando pela construção de um aglomerado habitacional unifamiliar de pequena escala distribuído ao longo de três arruamentos.

Nos anos 50, dada a insuficiência habitacional do bairro e a constante necessidade de realojar as pessoas ainda residentes nas “ilhas”, foram feitas intervenções e construídos oito blocos adicionais de habitação coletiva. Na década de 60, foi novamente alvo de ampliação, acrescentando-se mais seis blocos de habitação coletiva e em 1977, outros dois. À medida que o bairro se expandiu, a crescente concentração de pessoas de uma classe, neste caso a mais fragilizada, refletiu-se no território e nas relações sociais que este estabelece com a restante cidade.

> “*Estes bairros desde cedo se tornaram lugares estigmatizados, marginalizados não só fisicamente (afastados do tecido vivo da cidade) mas socialmente:“viver nos bairros” torna-se sinónimo de uma situação económica carenciada, de baixa instrução, mesmo de comportamentos marginais.*” [5]

A atitude classicista por parte do Estado resultou na convergência da classe mais carenciada para territórios que se tornaram

5 - FERNANDES, Eduardo; in: “Segurança e Sustentabilidade: Processos Urbanos e Criminalidade na Cidade do Porto do Século XX”, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, FEUP, Porto, 1998, pág. 105-106

4 - PLANTA BAIRRO DE SÃO JOÃO DE DEUS - 1977

demograficamente caracterizados por baixos rendimentos económicos ou desemprego, baixa escolaridade ou analfabetismo, núcleos familiares não normativos ou monoparentais. Esta rutura da normativa social vivida no centro da cidade para além de criar um ambiente urbano disruptivo, vulnerabiliza o tipo de vivência e as sociabilidades praticadas no território. O ambiente social de convívio diário com a pobreza, a escassez de recursos laborais e económicos, o défice de serviços e equipamentos, associados ao estigma de "viver no bairro" projetaram e projetam correntes nas vidas das comunidades dos bairros.

> "*Onde dizemos que "os bairros pobres são os bairros onde os pobres habitam", é preciso acrescentar que são também os bairros "que os tornam pobres ou tecem as redes que os impedem de romper com as suas condições de vida.*" [6]

Os bairros sociais, associados à posição de marginalidade que lhes foi imposta e consequente imagem visual e social que se foi criando, foram-se transformando em territórios de pobreza urbana, sujeitos aos consequentes fenómenos de exclusão social, que uma vez acantonados e excluídos dos sistemas e quadros de integração social, promovem a criação e apropriação do espaço através de práticas e modos de vida próprios de uma comunidade excluída, afastados dos padrões normativos sociais.

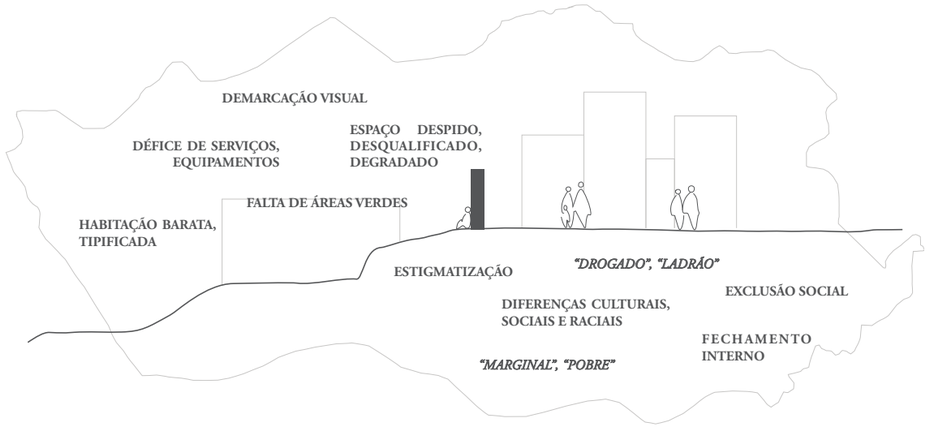
> "*Com efeito, a pobreza e a exclusão aparecem, não poucas vezes, associadas ao surgimento de "classes perigosas" ou "marginais", que põem em causa a estabilidade e a normalidade sociais e que interessará acantonar, do ponto de vista político, para melhor controlar.*" [7]

Face a esta condição, é natural o desenvolvimento interno de subsistemas e atividades próprias, de sociabilidades e vivências divergentes da normativa social, e por vezes de comportamentos e modos de vida associados à marginalidade/criminalidade. Por conseguinte, os bairros sociais começam a distinguir-se em duas

6 - CAPUCHA, Luís; in: "Desafios da Pobreza", Tese de Doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004, pág. 191

7 - RODRIGUES, Eduardo; SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria; JANUÁRIO, Susana; in: "A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal", FLUP, Porto, 1999, pág. 66

"*O fechamento interno, a marginalização que lhes é imposta mas que também procuram como recurso para a manutenção das actividades próprias e como expressão das especificidades das suas práticas relacionais e culturais, a capacidade para se afirmarem na vida social, tudo é frequentemente visto nos meios envolventes como ameaça e como perigo para a ordem social.(...) Nos casos em que estas famílias habitam zonas de concentração de grupos pobres contrastantes com o meio, elas adoptam atitudes de demarcação relativamente aos vizinhos, no sentido de traçar fronteiras e distâncias simbólicas quando elas não existem no espaço.*" [8]




vertentes. Territorialmente, pela caracterização física do espaço - a habitação barata tipificada de blocos de habitação de 3 ou 4 pisos, de linguagem simples "tradicional-moderna", e o espaço público despido e desqualificado. Socialmente, pelo fechamento interno do bairro, não só incitado pelo exterior, como pela própria comunidade.

Como resultado, criaram-se barreiras visíveis (espaciais) e invisíveis (sociais). Dentro do território, foram-se desenvolvendo subsistemas sociais, institucionais, territoriais e particularmente económicos, e a matriz de referências simbólicas desvinculou-se das normativas sociais, construindo um quadro interno de socialização e integração que se reflete no espaço urbano. Foram criados critérios próprios de usufruto e ocupação do espaço, e embora seja projetado o fechamento interno do bairro para a restante urbanidade, a comunidade residente estabelece um sentido de presença e de laços familiares fortes com o território.

A caracterização e posição dos bairros sociais hoje são resultado das transformações e dinâmicas sofridas na cidade nos últimos 80 anos. Assim, analisar o quadro atual dos bairros sociais como territórios vulneráveis à criminalidade exige compreender o seu percurso, desde a implementação e a sua vivência durante o Estado Novo, até à sua realidade atual e às relações intersticiais estabelecidas com a restante urbanidade.



8 - CAPUCHA; 2004, op. cit., pág. 262-263

Espaços de Subversão

*Os fascistas cá do Porto, fazem bairros camarários*
*Escondem nossa miséria nas costas dos seus palácios*
*E opressão aos moradores, nas costas do alvará*
*A opressão tem mil caras, tudo rouba e nada dá*

*A opressão tem mil caras, tudo rouba e nada dá*
*A opressão tem mil caras, tudo rouba e nada dá*

*Em Portugal libertado tudo isso acabará*
*Moradores, povo unido, tudo junto mudará*
*Moradores, povo unido, tudo junto mudará*

*Atiremos p'ra lixeira, a camionete e o fiscal*
*Ajudaremos assim a libertar Portugal*
*E gritemos todos juntos pra ajudar o movimento*
*Abaixo o Abel Monteiro mais o seu regulamento*
*Abaixo o Abel Monteiro mais o seu regulamento*

*A luta centra-se em dois objectivos principais*
*Luta contra o regulamento fascista*
*Não haverá mais fiscais*
*Não haverá mais multas*
*Nem transferências, nem despejos*
*A vida dos bairros camarários*
*Regular-se-á pela vontade dos seus moradores*
*Luta pelo saneamento da câmara*
*Abaixo o Abel Monteiro!*
*Abaixo o Santos Silva!*
*Fora com todos os que oprimem o povo, a luta continua!*

O Estado Novo, para além do Planeamento da Habitação Social, criou um regulamento com as regras a serem cumpridas e os estatutos necessários para terem direito à habitação social. No Regulamento de Ocupação das Casas (chamado pelos moradores Regulamento Abel Monteiro), segundo o artigo 9º, os moradores tinham a obrigação de

> "*Não fazer ruídos que perturbem os vizinhos*
> *Ter bom comportamento moral e cívico*
> *Não depositar lixo senão nos locais para isso destinados"* [9]

Apesar do contrasenso da falta de isolamento das habitações, do sinónimo de bom comportamento significar a submissão dos moradores aos princípios do regime, e a ironia da existência de depósitos oficiais de lixo nos espaços do bairro SJD (uma lixeira municipal a céu aberto que só posteriormente foi removida) estavam ainda sujeitos à condição de que, segundo o artigo 10º, do Regulamento das Habitações Administrativas

> "*os ocupantes das habitações podem ser desalojados sempre que se tornem indignos do direito concedido ou se verifique que a sua situação económica variou de tal forma que deixe de justificar a concessão.*" [10]

De perímetro demarcado, os residentes do bairro estavam circunscritos ao território e à posição de controlo do Estado sobre eles. O controlo e vigilância do bairro era feito por um fiscal, a quem era atribuída a arbitrariedade de limitar, restringir e despejar os moradores quando considerasse que as regras não foram cumpridas.

> "*Neste regime repressor, o limite do absurdo era atingido quando se faziam exigências totalmente incomportáveis, desumanas. As pessoas eram marginalizadas e domesticadas, convenientemente submetidas a um regulamento que correspondia "à institucionalização do terror a quem convinha"*" [11]

9 - BRÁS, Sofia Alexandra; in: "O movimento de moradores do Bairro S. João de Deus em 1974", in Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019, FLUP, Porto, 2020, pág. 357

10 - ibid., pág. 356

11 - ibid., pág 357

6 - CONSTRUÇÃO BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS
1941

*"A população, maioritariamente proveniente das ilhas operárias concentra-se nestes novos espaços, tornando mais fácil o seu controlo e vigilância, especialmente no que respeita à repressão dos protestos e da actividade política de alguns dos seus moradores. No entanto, apesar da malha securitária bastante apertada, foram múltiplos os episódios de resistência e, consequentemente, repressão no recinto de cada um destes novos bairros (...)"* [12]

7 - AMPLIAÇÃO BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS
1968

Para além da fraca construção das habitações, dos problemas das redes de saneamento, de limpeza do espaço urbano e da escassez de recursos e equipamentos, os moradores do bairro reclamavam da entrada nas habitações, dos despejos, das transferências compulsivas e da suspeita de corrupção na atribuição das casas. Esta desigualdade e inconstância gerou nos residentes do bairro um sentimento de revolta e manifestação, que originou confrontos com a polícia e a detenção de vários moradores.

Particularmente no Bairro de São João de Deus, conotado como o bairro onde iam parar todos que infringiam as regras nos outros sítios, dada a indignação acumulada e a fama que o bairro foi ganhando, os moradores do bairro foram-se revoltando e demonstrando o "lugar" do bairro como espaço de resistência ao regime.

> "*Por vezes a polícia prendia quem demonstrasse ir contra o regime. Passou a viver-se um clima de constante repressão e daí nasceu o apelido de Tarrafal, por comparação ao campo-prisão em Cabo Verde.(...) Era um bairro mal-afamado, o Estado fazia por isso, os moradores respondiam com ironia e autoironia. Foram eles que o batizaram Tarrafal e crismaram o Bloco dos Condenados.*" [13]

A denominação de "Tarrafal" caracteriza, ainda que de forma hiperbólica, a situação vivida no abrangente leque dos bairros sociais. De forma análoga ao campo-prisão de Cabo Verde, os moradores foram despejados nestes "não-lugares", acantonados e sem recursos, obrigados a viver (ou sobreviver) sobre vigilância permanente. Vinculados pelas regras estabelecidas pelo Estado para o direito a uma habitação, e o medo de ser desalojado após o mínimo imcumprimento, o contexto urbano dos bairros demonstrou ser dualmente um espaço de opressão e repressão por parte do regime, e um espaço de resistência por parte dos residentes.

12 - MESQUITA, Mário, in: "Roteiro da Resistência ao Fascismo no Porto", União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Porto, 2014

13 - BRÁS, op. cit, pág. 356

*"A censura constituía uma intervenção preventiva da repressão policial. Era a nuvem negra que se desdobrava sobre todos os meios de transmitir notícia, desde uma simples conversa sussurrada numa esquina ou num café, desde o breve telefonema feito a um amigo, desde o comunicado de uma comissão de trabalhadores ou de uma associação de estudantes, até todos os meios de comunicação social."* [14]

8 - TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA DA REPRESSÃO EXERCIDA SOBRE AS POPULAÇÕES MAIS DESFAVORECIDAS, BARREIRO

"*Eu às vezes chamo a atenção das pessoas, porque isto é fascimo. Não é só a violência física, uma das coisas que mais me afecta, que mais faz sofrer alguém, é não se poder exprimir, ter que se esconder ou falar consigo próprio, ou dentro das paredes, ou dentro das prisões. Antigamente, antes do 25 de Abril, às vezes as pessoas nem em casa falavam, porque tinham medo e diziam que as paredes tinham ouvidos, porque havia os bufos (informadores da PIDE) e havia uma série de gente ali, que fazia parte da nomenclatura.*" [15]

14 - SANTOS, Aurélio; in: "A Censura" (site online da URAP), Colóquio Internacional "25 anos do 25 de Abril"

15 - RIBEIRO, Maria José; in: GOMES, Maria Celestina – "Homenagem a Maria José Ribeiro", União de Resistentes Antifascistas Portugueses (Núcleo do Porto), Porto, 2008, (não paginado)

16 - ibid., (não paginado)

17 - PIMENTEL, Irene Flunser; in: "A História da PIDE", Temas e Debates, Lisboa, 2016, pág. 530

Não obstante, durante este período, a opressão exercida pelo regime fascista não era só sentida nos bairros sociais, mas espalhava-se por toda a cidade urbana noutras dimensões. A implementação do Estado Novo fez-se sentir por todo o território português através da instituição da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Encarregada de manter a ordem social e prender quem punha em causa a "segurança do Estado", o poder da PIDE ultrapassou as barreiras das prisões políticas, estendendo-se para o espaço urbano, e até ao interior das habitações. A repressão diária

> "*era vivida: nas ruas, nas empresas, nas escolas, não é, que essa só passava despercebida, estava tão inculcada já na nossa maneira de ser, na nossa maneira de viver, que por vezes nem nos apercebíamos que aquilo realmente, era uma violência permanente, de pequenas coisas.*" [16]

A proibição da opinião e da liberdade de expressão, da organização partidária e sindical, de ajuntamentos de três ou mais pessoas, eram ações sociais que a PIDE rapidamente dispersava ou acabavam em detenção. Para além da censura da arte, na arquitetura, na literatura, na música, o convívio social, as associações, todo e qualquer projeto ou acção que se demonstrasse fora da visão idealista do regime fascista era alvo de censura, com as respetivas consequências. Estas restrições e o seu controlo eram instaurados pela PIDE através do medo incutido pela passagem pelas prisões políticas, das quais as histórias e testemunhos rapidamente se espalhavam, e da angariação dos chamados Bufos, quer pelo pagamento monetário, manipulação, ameaça ou adestração.

> "*A ampla rede de informantes, cuja quantidade era aliás exagerada, de forma indireta pela própria polícia, contribui para espalhar o medo nos portugueses, convencendo-os que os olhos "panópticos" da PIDE os vigiavam por todo o lado e que meio país denunciava outro meio país*." [17]

*"Elaborámos milhares de papelinhos e documentos; imaginávamos a forma de os distribuir com os foguetes do S. João. Foi aí que eu aprendi que se podia fazer isso. E fizemos. E nesse dia, depois da mobilização, lá partimos. Fizemos uma distribuição de documentos nas empresas, nas escolas, em todo o sítio. (...) Então, um camarada (...) disse-me (...)"Vão ver a cidade, e uma de vocês pode ir ao quarto de banho, leva um monte de papelinhos, e molham a parte de cima e a parte de baixo. E depois colocam-nos junto a uma das colunas, num dos cantinhos; depois saem naturalmente. Depois vêem o que acontece, de longe". Nós fizemos aquilo tudo, mas não estávamos a acreditar muito. Descemos e fomo-nos colocar em frente, na Praça D. João I. Estivemos um pedaço e depois começámos a ver umas coisas no ar; havia muito movimento ali; as pessoas iam passando e olhavam para cima a ver aqueles papelinhos todos; apanhavam-nos e liam a convocatória para o dia 8 de Março, 18h, na Praça da Liberdade.(...)*

9 - MANIFESTAÇÃO PORTUENSE NA PRAÇA DA REPÚBLICA NO PÓS 25 DE ABRIL

*(...) Então, à hora que a gente tinha definido, o pano ia abrir. Começava a manifestação e começava a pancadaria, não é. Era o esperado quando se abria um pano ou gritava: Viva à Liberdade! Vinha logo a Polícia a correr."* [18]

18 - RIBEIRO; in: GOMES; op. cit., (não paginado)

O domínio da PIDE (e do Estado) nas ações sociais, assim como o controlo do desenho urbano e a sua utilização, refletiu-se no espaço público. Para evitar as manifestações e controlar as tentativas por parte da resistência, a PIDE exercia a vigilância constante na cidade, e através do meio da detenção, por vezes com recurso à violência, acabava com qualquer acção (pacífica ou não) que manifestasse ir contra o regime.

Contudo, se, por um lado, o espaço público era alvo de repressão, censura e controlo, quer no uso e planeamento, por outro funcionava como um meio de comunicação e resistência. Na luta contra o regime e na afirmação da liberdade, a oposição ao regime fascista expressava-se pelas ruas através da arte "ilegal", da codificação, de panfletos espalhados e das várias formas subtis de comunicar, contornando a censura executada pela PIDE. Somente no pós 25 de Abril, com a queda do regime, a cidade foi devolvida às pessoas, a liberdade regressou ao espaço público e ao seu usufruto.

No caso dos bairros sociais, pós Revolução de Abril, a formação da Comissão dos Moradores, originária do Bairro de São João de Deus, começou a reivindicar os seus direitos e necessidades. Em algumas partes apaziguados, foram feitos pontuais melhoramentos nas habitações e posteriormente uma última fase de construção de blocos de habitação coletiva na década de 90. Porém, a condição de marginalidade e exclusão em que os bairros já estavam inseridos pouco se alterou. Permaneceu assim a progressiva estigmatização, fornecendo a vulnerabilidade ao espaço para a subversão da criminalidade, que veio a aumentar e escalar de proporções com o despontar das drogas em Portugal na década de 80.

No Bairro São João de Deus, o nome "Tarrafal" ficou marcado e a arte, como meio de manifestação, demarcação e empoderamento, tomou lugar nas paredes e nos muros do bairro através

10 - MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS NA MANIFESTAÇÃO DE 1º DE MAIO

*Da entrada do bairro avista-se ao alto a caixa de electricidade, em cujas paredes está grafitado em letras garrafais azuis e pretas: "TARRAFAL". Mais ao lado pode ler-se: "Rui Rio, as pessoas deste lado também são gente" (...)"* [19]

11 - BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS

maioritariamente da arte graffiti, que chega a Portugal por volta da década de 90. O espaço

> "*Como arena de diálogo político é também local de partilha intelectual de posicionamentos vários perante as questões da sociedade, de dialéctica e de relações de forças de poder, de denúncia ou de tão somente expansão para "telas" maiores, de mais alcance, da expressão plástica. Mas sempre marcações de território, apropriações do espaço, sublinhados do que se quer tornar visível ou reforços de invisibilidades (...)*" [20]

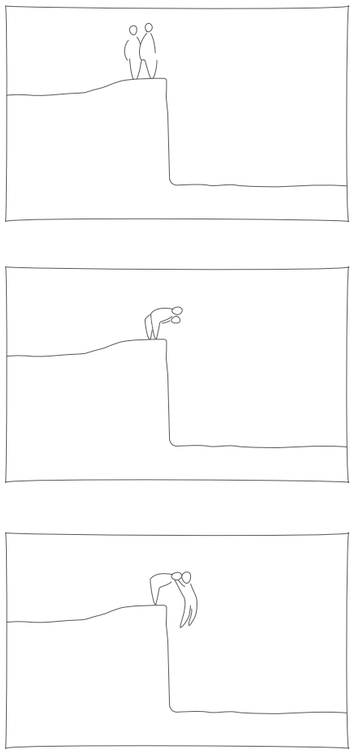
A arte grafitti aparece nesta altura sendo considerada crime e associada a comportamentos marginais. Enquanto a cidade se libertou, a situação nos bairros sociais tem vindo a deteriorar-se nos últimos 40 anos. A comunidade residente adotou como linguagem artística a arte do graffiti como forma de se expressar, demarcar e posicionar. Esta ação levou a que as paredes das habitações, os muros e as superfícies dos bairros ficassem cobertas de graffitis.

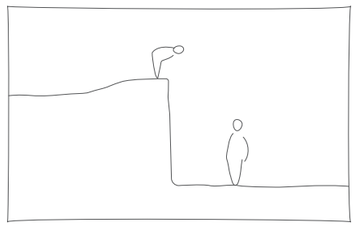
Sendo ainda hoje considerados como um ato marginal e associado à degradação do espaço público, os graffitis vieram acrescentar ainda mais ao território a estigmatização de lugar perigoso, criminal e inseguro. Juntamente com o mercado de drogas, que cresceu exponencialmente e vinculou-se aos bairros, a espiral de problemáticas enraizou-se nos bairros bem como nos modos de vida da comunidade residente.

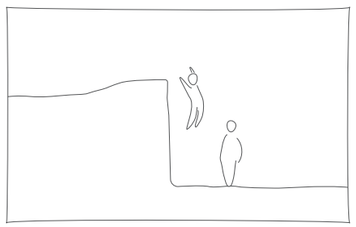
19 - FERNANDES, Luís; RAMOS, Alexandra, in: "Exclusão Social e violências quotidianas em "bairros degradados": etnografia das drogas numa periferia urbana", Revista Toxicodependências, Edição IDT, V. 16, N. 2, 2010

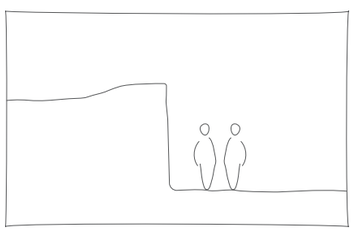
20 - MESQUITA, Mário, in: "No Nos Gusta El Cemento" – Da Regulação Política da Arte no Espaço Público Portuense", in Arte Pública na Era da Criatividade Digital – Atas do Colóquio Internacional 2007, Universidade Católica Editora, Porto, 2017, pág. 70

Vulnerabilidade dos Espaços









> "*O território não é imparcial na construção das identidades individuais e coletivas dos cidadãos que nele habitam. Pelo contrário contribui ativamente para ação coletiva (simbólica e real) dos atores que nele se inscrevem, concorrendo na construção de posições sociais, quadros de interação e construção de um sistema de regras (muitas vezes implícito) que incita e molda o comportamento individual e grupal.*" [21]

O espaço, como reflexo da construção social, forma, organiza e influencia as práticas e comportamentos. O espaço cria um contexto e um ambiente urbano que conduz a aos processos de socialização e integração. São espaços de vida, espaços com a capacidade de condicionar ou potenciar, integrar ou excluir, espaços que normalizam ou que marginalizam. O espaço como condutor das práticas sociais e dos modos de vida da comunidade tem a potencialidade de influenciar e proporcionar os comportamentos individuais e grupais. Considerando que

> "*o ambiente urbano pode influenciar o comportamento delituoso de dois modos: fisicamente, proporcionando as condições espaciais onde os indivíduos actuam; socialmente, promovendo as relações sociais a que os indivíduos respondem*" [22]

a vulnerabilidade do bairro imposta pela sua morfologia reflete-se no território, através da resposta da comunidade residente aos fenómenos de marginalização e exclusão. Estes resultam na construção de uma organização e apropriação interna do bairro. O afastamento do centro da cidade dos bairros sociais implicou mais do que a mera deslocação da habitação social. A aplicação do modelo centro-periferia falhou na implementação dos bairros, por um lado, pela condição periférica não estar desenvolvida nem preparada do ponto de vista urbanístico para a formação de áreas residenciais, e por outro lado, pelas consequências que a posição marginal provocou na população residente já carenciada.

21 - SANTOS, Clara, in: "Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio Sobre o Fracasso da Mudança Socia nos Bairros Sociais", Revista Libertas (Online), V.15, N.1, 2015, pág. 6-7

22 - SARAIVA; AMANTE; MARQUES; FERREIRA; MAIA, op. cit., pág. 39

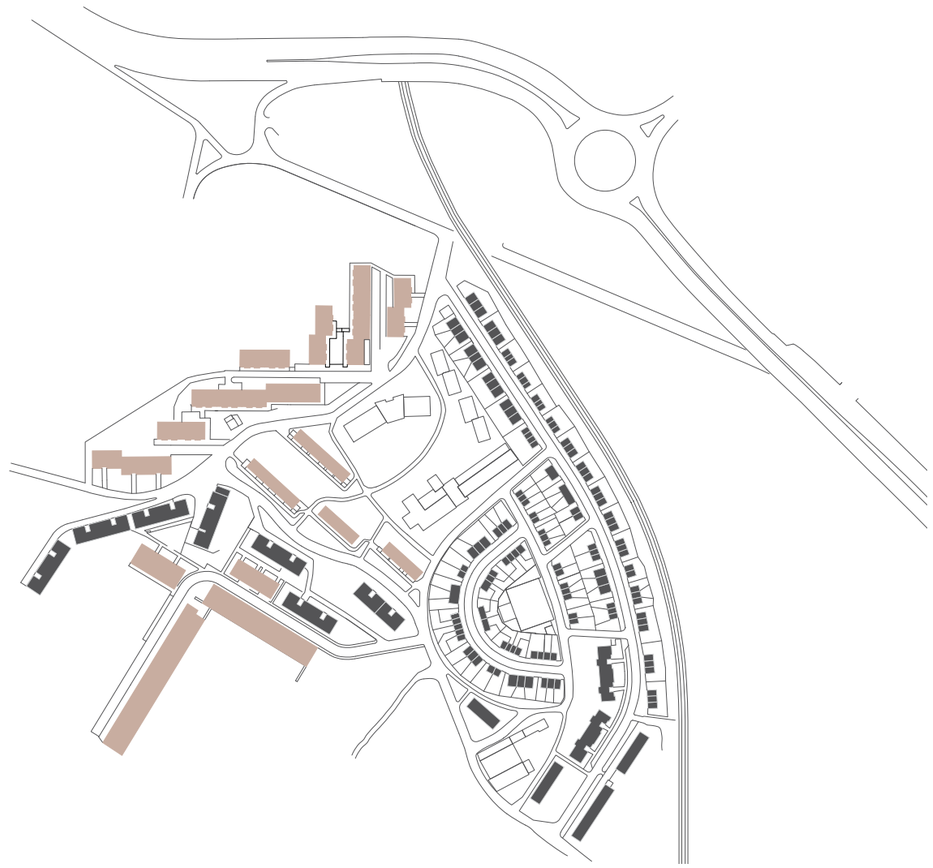
"*Se processos como a modernização produtiva, o aumento das escolaridades e qualificações, a aproximação a padrões demográficos típicos dos países desenvolvidos, a democratização e modernização administrativa, a litoralização e urbanização, entre outros, a serem concretizados e desenvolvidos, podem surgir uma situação de conjunto de lenta mas progressiva subida dos níveis e padrões de vida em Portugal, podem, também, marginalizar e excluir mais fortemente os grupos, eventualmente de dimensão mais reduzida, em que as desvantagens tendem a acumular-se, a reproduzir-se e a alimentar-se mutuamente. A concretizar-se essa hipótese, a pobreza poderia perder em extensão, mas ganhar em intensidade, no contexto de uma sociedade com a qual não teria tantas continuidades, mas sim mais contrastes.*" [23]

23 - CAPUCHA, Luís, in: "Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida", Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, ISCTE, Lisboa, 1992, pág. 106

Comparando, por exemplo, com as áreas elitizadas da cidade que também se afastam do centro, a condição de marginalização não acontece porque estas não carecem nem dos recursos nem dos equipamentos e serviços que o centro possui. Enquanto que no caso dos bairros sociais, dada a localização e a condição urbana, estes foram desprovidos dos mesmos. A marginalização dos bairros não só provocou a rutura de laços sociais e afetivos que o afastamento do centro implicou, como o consequente afastamento do poder económico, do mercado de trabalho, dos equipamentos sociais, culturais e institucionais que se centralizam na cidade.

Por agravante, a concentração demográfica de uma população desfavorecida e em contextos de pobreza urbana vinculou os bairros à conotação de estereótipos de classe que resultou na progressiva estigmatização da comunidade residente. Do processo de marginalização dos bairros sociais, desencadeou-se a exclusão do mercado de trabalho, que proporciona a necessidade de métodos alternativos como forma de rendimento; a exclusão social, que desqualifica e estigmatiza a população; e a exclusão do sistema de ensino, que impede e inferioriza a qualificação académica e o acesso ao mercado de trabalho.

Desta forma, os bairros sociais são consequentemente lugares vulneráveis à subscrição das práticas criminais, nomeadamente a mercados de droga e venda de bens ilegais, por vários fatores. Em primeiro lugar, a condição de exclusão e acantonamento permite e facilita a formação desvinculada de sistemas e subsistemas económicos sem o mesmo controlo policial encontrado no centro da cidade, apesar das várias rusgas e da luta do combate contra as drogas. Em segundo lugar, a própria morfologia do espaço urbano do bairro propicia a condução destas práticas. São lugares isolados, pouco vigiados, degradados e por vezes abandonados, visualmente "assustadores" e inseguros, onde mesmo a polícia por vezes "já não entra", pois são maioritariamente dominados pelos residentes.




14 - PLANTA BAIRRO DE SÃO JOÃO DE DEUS - 1999

Retomando o exemplo do Bairro São João de Deus, "*Se recuarmos até ao início do milénio, verifica-se que as forças policiais tinham grande dificuldade em entrar no bairro, sendo-lhes muito difícil o exercício de qualquer tipo de autoridade.*" [24] Posteriormente à Revolução de Abril, as populações carenciadas chegadas das ex-colónias foram realojadas em grande parte neste bairro. Dada a falta de habitação, foram construídas, por parte da comunidade, "barracas" junto dos blocos de habitação, num processo de construção ilegal. Juntamente com o despontar das drogas na década de 80, é por volta desta altura que os antigos moradores indicam o início do declínio do bairro.

Após a última ampliação na década de 90 e com o fim do PLCP (Projecto de Luta Contra a Pobreza), a gestão da habitação social ficou por atribuir. O descuido e abandono político e social, levou ao isolamento e fechamento internos do bairro, resultando na "independência", por assim dizer, e na facilitação das atividades ilícitas.



> "*a proliferação do tráfico e do consumo de droga viria, por sua vez, a ser responsável por um afluxo crescente de toxicodependentes ao bairro que ficavam "por ali a consumir", aumentando não só a visibilidade dos problemas sociais do bairro como para a sua rápida degradação e insalubridade (dos edifícios e o espaço público).*" [25]

O Bairro São João de Deus rapidamente ficou conhecido como o "supermercado da droga". Vários ex-moradores descrevem a entrada e a saída contínua de carros, a venda de droga no espaço público e nas habitações, as rusgas policiais e o constante ambiente urbano de pressão e insegurança. O contexto de pobreza urbana e o consumo dentro e fora do bairro de drogas foi chamando e juntando vários toxicodepentes e sem-abrigo nas redondezas das habitações. Como resultado, o bairro foi-se degradando, a habitação entaipada foi-se deteriorando, as

24 - FERNANDES; RAMOS, op. cit., pág. 21

25 - ALVES, Sónia, in: "Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas", DINÂMIA'CET-IU, Lisboa, 2011, pág. 50

15 - "DESPOJOS", BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS

*"São João de Deus ergue-se à direita, numa encosta em agonia. Os prédios beges escuros estão completamente degradados, cheios de manchas de humidade, vidros partidos, janelas emparedadas, portas rebentadas. As áreas comuns estão destratadas, crescem ervas daninhas e há entulho nos canteiros. (...)* [26]

16 - "APROPRIAÇÃO", BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS

áreas verdes poluídas, os espaços públicos amontoados de lixo, assim como os problemas sociais foram intensificando-se. A situação neste bairro foi levada ao extremo, chegando a receber a denominação de "Vale dos Mortos" à área ocupada pelos toxicodependentes e pelos sem-abrigo. Dada a dimensão problemática do bairro, a dificuldade de financiamento para a sua reabilitação e a sua localização que promovia o isolamento, oitenta por cento das habitações foram demolidas no início do milénio, regressando à fase inicial de habitação unifamiliar de 1945. As pessoas residentes no bairro foram realojadas noutros bairros, rompendo de novo os laços afetivos e sociais criados entre os moradores e o próprio espaço de residência. Apesar da sua dimensão problemática,

> "*o bairro social não é só isto. Existe, igualmente, um mundo social vivo, rico, multicultural e portador de redes de sociabilidade e de sentimentos de pertença que permitem a análise social pelo prisma das potencialidades e não só das suas fragilidades.*" [27]

Dentro dos bairros sociais, o sentimento de pertença e o desenvolvimento de laços afetivos pela comunidade interna e o seu lugar de residência é muito forte. Há uma familiarização entre a comunidade, algo que se tem vindo a perder na cidade contemporânea, e tal reflete-se no espaço urbano que é utilizado como uma "extensão da habitação" - o uso do roupão na rua e no espaço público, os estendais da roupa, etc. Esta componente social do espaço foi rompida no processo de realojamento dos moradores do bairro de Sao João de Deus, sem ter em consideração as repercussões nas vidas das pessoas residentes, (que relembram com saudade no documentário "Tarrafal" de Pedro Neves ao visitar a memória apagada do lugar.) Quanto à solução como combate às práticas criminais e atividades ilícitas, particularmente os mercados de drogas e outros bens ilegais dentro dos bairros sociais, a demolição não resolveu a problemática, só a transferiu de lugar.

26 - FERNANDES; RAMOS, op. cit., pág. 18

27 - SANTOS, op. cit., pág. 10

17 - "CALDO CULTURAL"

Atualmente, a criminalidade e a sua vinculação ao lugar tornaram-se normativas no dia a dia do bairro. Os residentes já estão de certa forma "familiarizados" com a atividade criminal quase, senão, intrínseca do seu lugar de residência. Durante a infância, na transição para adolescência e posteriormente adultos, o convívio e a coexistência normalizou e, por vezes até idolatrou, o modo de vida do bairro.

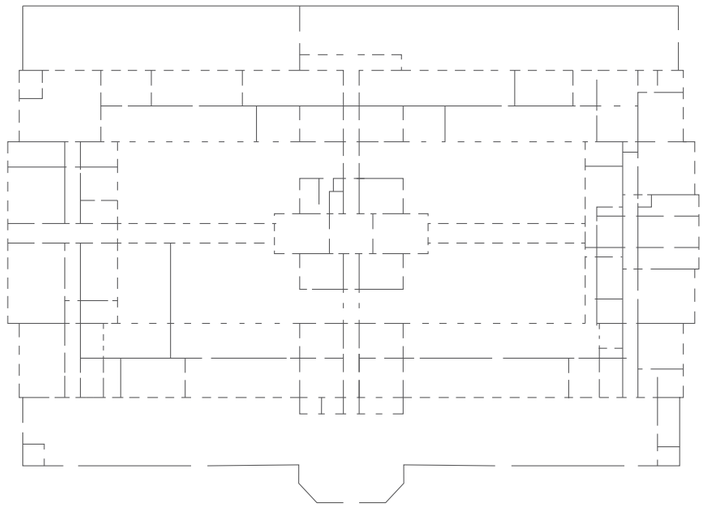
Do ponto de vista social, face aos problemas sociais e económicos, ao convívio com a pobreza e o desespero, a acomodação por parte dos residentes, juntamente com "o contexto residencial, os processos de socialização, a influência de família e amigos" cria um "Caldo Cultural".[28] A necessidade de se afirmar e de corresponder à pressão social dos padrões de consumo atuais da sociedade capitalista geram mecanismos de compensação que exigem a necessidade do "dinheiro fácil e rápido" que encontram nos mercados ilegais, como o tráfico de droga e prostituição. Isto é transmitido de geração em geração, onde as crianças e os jovens vêem as figuras paternais e maternais com bons carros, boas roupas, bons telemóveis, conseguidos de formas semi-ilegais ou ilegais, idolatrando e seguindo o mesmo caminho. A mulher residente do bairro, vinculada ao estigma do lugar de residência e à negação no mercado de trabalho, encontra dificuldades que resultam em métodos de subsistência como a prostituição ou o tráfico de droga. No caso dos jovens, a falta de qualificações para o mercado de trabalho e consequente dificuldade de transição para a atividade económica, junto com o contacto com o mundo das drogas que gera dependência monetária ou de consumo, resulta no envolvimento e perpetuação das práticas criminais no bairro. Dado isto, é claro que a prisão surge várias vezes no percurso de vida dos residentes do bairro, quase como uma extensão, por assim dizer, do bairro. Um lugar fora, mas palco das mesmas sociabilidades e vivências, onde se cruzam as pessoas do bairro e as que lá viveram.

*"ir à cadeia, e vais perceber que foi aquele "Caldo Cultural", aquela influência, aquela falta, aquele desespero. Sobretudo o estigma, que é a coisa mais horrível que pode existir, corta-te logo as pernas. 'de onde é que é?' no emprego..."* [28]

28 - PINTO, António; Entrevista 13 de julho 2022

# Espaços de Privação de Liberdade

Da Punição À Reabilitação




18 - ESQUEMA CASA DE CORREÇÃO SPINHUIS

"*Até ao século XIX, a detenção era, pelo menos na maior parte, não usada como punição, per se, ou como parte de um plano intencional de modificar comportamentos*",[29] era vista apenas como um meio de reter o acusado até à decisão e execução da sentença. Como tal, não existia um dispositivo arquitetónico como conhecemos hoje, dedicado à habitação de vários reclusos, a maior parte dos espaços de detenção encontravam-se dispersos e integrados noutros edificados, como castelos, mosteiros, etc. Devido à sua funcionalidade de detenção temporária, estes espaços não continham as mínimas condições de habitabilidade e salubridade. A punição em si era executada sobre o corpo do condenado,

> "*cabe ao culpado mostrar à luz do dia a sua condenação e a verdade do crime que cometeu. O seu corpo exibido, passeado, exposto, supliciado, deve servir de suporte público de um processo que, até então, permanecera na sombra dele; nele, sobre ele, o ato da justiça deve tornar-se visível para todos.*" [30]



As práticas punitivas eram executadas no espaço público, num ato que Foucault intitula de espetáculo do suplício, onde a punição corporal era tornada um ato público.[31] Este método de punição era dualmente a participação das vítimas na punição e o mecanismo de coerção do poder que pune. Na transição do século XVI para XVII, começam a aparecer os primeiros modelos de reabilitação, "*o mais antigo desses modelos, o que terá, de perto ou de longe, inspirado todos os outros, é o Rasphuis de Amesterdão, aberto em 1596.*" [32] O Rasphuis e o Spinhuis são os primeiros modelos de casas de correção: o primeiro para jovens e mendigos e o segundo para mulheres, que iniciam a conceção da reabilitação no sistema punitivo. Funcionando num regime de isolamento individual e vigilância contínua, a punição e a reabilitação eram executadas através do trabalho obrigatório e da disciplina.

Na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial no Norte da Europa e o progressivo aumento das áreas urbanas,

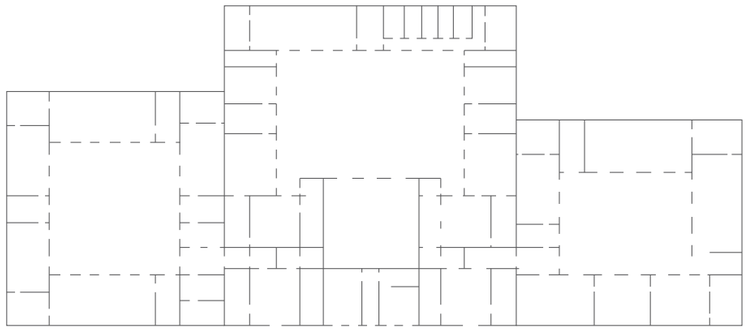
29 - WENER, Richard, in: "The Environmental Psychology of Prisons and Jails, Creating Humane Spaces in Secure Settings", Cambridge University Press, Estados Unidos 2012, pág. 16

30 - FOUCAULT, Michel, in: "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão", Edições 70, Lisboa, Janeiro 2021, p.53

31 - ibid., pág. 41

32 - ibid., pág.140

19 - ESQUEMA PRISÃO NEW GATE




o aumento da criminalidade torna-se uma preocupação. A noção de que "*o encarceramento pode ser usado como punição para os pequenos delitos (dívida, alcoolismo, vadiagem, e por aí)*" [33] começa a ser instaurada e surgem as primeiras instituições básicas de encarceração devido à sobrelotação dos espaços de detenção. Na Inglaterra, a Prisão de New Gate surge em 1769 com as chamadas 'gaols', celas comuns que juntavam no mesmo espaço amplo homens, mulheres e crianças. Sem imposição de trabalho, sem cuidados de saúde, higiene, luz ou ventilação, funcionava com o único objetivo de conter os reclusos. Na França, em 1780, é construída a Maison de Force, uma casa de correção que "*organizou o trabalho penal em torno de imperativos económicos*".[34] De planta radial e organização de celas individuais, permitia a segregação entre homens criminosos, vagabundos e mulheres. Semelhante ao Rasphuis, a reabilitação era feita através do trabalho e disciplina imposta pela vigilância contínua dos reclusos.

É nesta altura também, e por parte da força do movimento iluminista, que se dá início à reformulação da filosofia punitiva. A conceção da pobreza como crime é desinstitucionalizada, a doença mental e a loucura separam-se do sistema penal para o sistema de saúde, e a prisão passa a ser um espaço para apenas criminosos,

> "*o tempo como punição e prisão como lugar de reforma e correção foram até certo ponto respostas às mudanças das noções filosóficas sobre a natureza do mal, o crime, a punição, e o interesse público.*" [35]

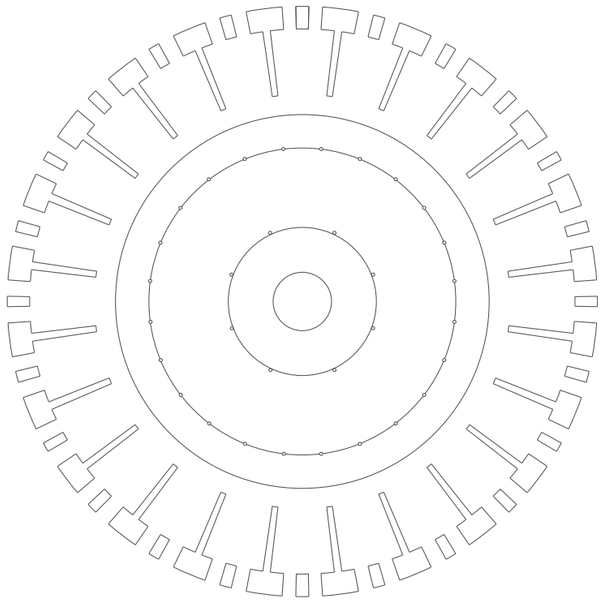
Em 1777, a publicação do livro 'The State of Prisons' de John Howard, onde escreve um testemunho das condições e do estado das prisões um pouco por toda a Europa, marcou e trouxe para a visibilidade pública as condições desumanas das prisões. Se por um lado alertavam para a necessidade de reestruturação dos espaços prisionais, por outro afirmavam a reformulação da justiça

33 - WENER, op. cit., pág. 17

34 - FOUCAULT, op. cit., pág. 141

35 - WENER, op. cit., pág. 22

20 - ESQUEMA MODELO PANÓPTICO



0 25 m

punitiva. Cesar Beccaria, na publicação "On Crimes and Punishments", afirmou que "*a severidade da punição devia estar ligada à severidade do crime e sugeriu que o uso do encarceramento como punição era a alternativa humana à punição corporal e pena de morte*",[36] que ainda existiam para os delitos mais graves. Esta mudança no pensamento punitivo e a crença na reabilitação individual, marcou o segundo momento no sistema penal definido por Foucault. Se antes os espaços de privação de liberdade careciam de cuidado ou pensamento arquitetónico, com a reforma do século XIX, surge

> "*a problemática de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aqueles que abriga, controlar os seus comportamentos, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los.*" [37]

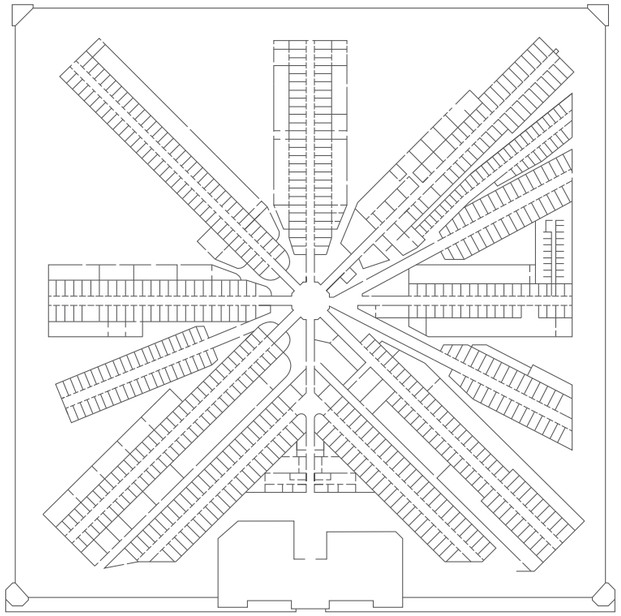
É dentro desta ótica que, em 1785, Bentham cria um dos primeiros modelos de arquitetura prisional que ficou conhecido como o Panóptico. A solução arquitetónica do Panóptico propunha um edifício de planta circular onde as celas individuais encontravam-se espalhadas pelo anel exterior e um posto de observação no centro com visão 360º. A introdução de novos materiais como o ferro e o vidro, permitiam que as celas fossem "abertas" para o exterior e a visão permanente do posto central sobre os reclusos. O posto de controlo deveria conter um sistema de persianas que impossibilitasse ao recluso de saber ou não se está a ser vigiado, "*daí decorre o efeito mais importante do panóptico: induzir no recluso um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder.*" [38]

Apesar da sua ideologia na vigilância e controlo imposto pela arquitetura, o modelo nunca chegou a ser construído e apresentava fragilidades pela impossibilidade de crescimento, a necessidade de espaço para construção e a dificuldade de reutilizar edifícios

36 - WENER, op. cit., pág. 22

37 - FOUCAULT, op. cit., pág. 198

38 - ibid., pág. 231



21 - ESQUEMA MODELO FILADÉLFIA

0 40 m

antigos. Paralelamente, é nos Estados Unidos que surgem dois modelos que vão influenciar a evolução da arquitetura prisional.

Em 1839, a construção da Eastern State Penitentiary em Filadélfia "*representava a primeira expressão completa do modelo Pennsylvania de confinamento solitário total e a primeira penitenciária do mundo pretendida para servir uma vasta região.*" [39] O modelo Filadélfia, ou também denominado de Separate System, tinha como base a crença na reabilitação através do isolamento total dos reclusos. A planta radial do edifício distribuía as celas individuais pelos braços onde os reclusos permaneciam de dia e de noite. As celas continham um pátio que permitia ao recluso um contacto com o exterior. O trabalho era obrigatório e feito individualmente na cela, e a permanência em silêncio era um imperativo absoluto. Contudo, este método não se demonstrou funcional na reabilitação dos reclusos,

> "*mais do que manter os condenados "fechados a cadeado como um animal feroz na sua jaula", é necessário juntá-los aos outros, "fazê-los participar em comum em exercícios úteis, obrigá-los em comum a bons hábitos, prevenindo o contágio moral através de uma vigilância ativa, mantendo o recolhimento pela regra do silêncio"*".[40]

A capacidade de permanecer são num regime de isolamento social total não é comum a todos e tal regime em vez de reabilitar, resultava na insanidade ou suicídio dos reclusos. Em alternativa, na Auburn Correctional Facility em Nova Iorque surge o modelo Auburn ou Silent System. Também de planta radial e celas individuais, na prisão de Auburn o encarceramento individual era feito apenas à noite. Durante o dia, os reclusos eram sujeitos a um regime pesado de trabalho coletivo, que funcionava de forma retributiva para o financiamento da prisão. Apesar das atividades serem coletivas, a regra do silêncio absoluto mantinha-se neste modelo e era executada pela vigilância constante dos reclusos.

39 - WENER, op. cit., pág. 25

40 - FOUCAULT, op. cit., pág. 272

22 - EDIFÍCIO RESIDENCIAL DO TERRAPLENO KOTELNICHESKAYA, MOSCOW

23 - MINISTÉRIO FEDERAL DAS FINANÇAS, BERLIN

24 - PALÁCIO DA CIVILIZAÇÃO ITALIANA, ROMA

A primeira metade do século XX foi um período conturbado na Europa, caracterizado pela instabilidade do pós-Guerra e a ascensão de regimes políticos totalitários. A arquitetura, incluindo a prisional, assumiu um papel particular como meio de comunicação de propaganda da imagem do regime.

> "*Foi com os regimes ditatoriais surgidos nos anos vinte e trinta que a propaganda se converteu numa poderosa e permanente máquina de endoutrinamento, abrangendo a imprensa, a música, a arquitetura, as artes plásticas, o cinema e a rádio.*" [41]

Admitindo que a arquitetura, bem como as outras artes, contem em si o poder de representar a imagem e os valores da sua época, para os regimes totalitários esta torna-se um instrumento para comunicar e marcar a presença na história do modelo do regime.

Em virtude disso, na época do despontar do modernismo, a necessidade dos regimes totalitários de moldar a sociedade que governam à sua imagem e valores instituiu o controlo sobre a arquitetura construída. Uma vez que "*a tendência modernista de reduzir todas as formas à abstração tornou-se uma maneira insatisfatória de representar o poder e ideologia do Estado*", [42] os regimes ditatoriais procuraram no classicismo monumental e na nacionalização da arquitetura a resposta para a sua identidade estética.

Na União Soviética, Estaline lida mal com o construtivismo russo, favorecendo um estilo monumentalista. Na Alemanha nazi de Hitler, o classicismo para os monumentos, o regionalismo ou vernacular para as habitações e o funcionalismo na indústria. Pelo contrário, no regime de Mussolini em Itália, surge o racionalismo italiano, embora posteriormente rejeitado pelo mesmo. Apesar da diferença estética entre cada arquitetura consoante o regime, a génese da sua conceção é idêntica e formula as características da arquitetura totalitária.

41 - ROSMANINHO, Nuno, in: "O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra", Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, pág. 16

42 - KENNETH, Frampton, in: "Modern Architecture: A Critical History", Thames & Hudson Ltd, New York, Fourth Edition 2007, pág. 210

25/26 - PAVILHÃO DOS PORTUGUESES DO MUNDO, COTTINELLI TELMO

27 - PALÁCIO DA JUSTIÇA DO PORTO, RAUL RODRIGUES LIMA

28 - CIDADE UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA, COTTINELLI TELMO

> "*Fortemente influenciados pela Antiguidade e prolongando um aspecto fundamental da herança arquitectónica oitocentista, os regimes totalitários de entre as duas guerras mundiais renovaram o classicismo introduzindo-lhe uma notória feição monumental, mas promoveram em simultâneo as expressões arquitectónicas vernáculas.*" [43]

A vertente classicista da monumentalidade do edificado confere a expressão da "grandeza" do regime, do seu poder e influência, assim como satisfaz a necessidade de deixar o seu marco na história através de uma arquitetura imponente. A rejeição do modernismo de forma geral por todos os regimes em prol do regionalismo ou vernacular acrescenta à arquitetura o orgulho nacional e uma "espécie" de superioridade do Estado. Foi através destes elementos que os regimes construíram

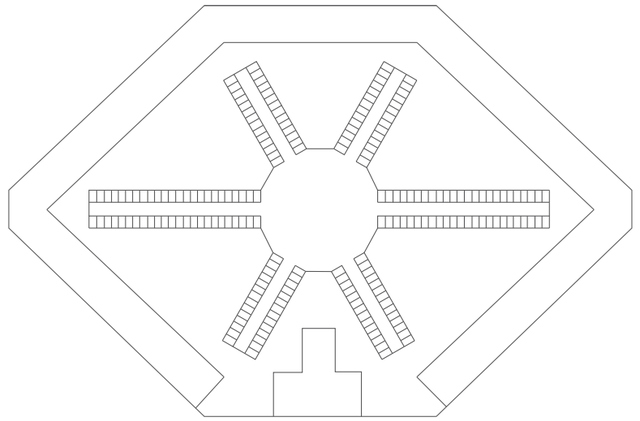
> "*tópicos identitários tão poderosos quanto vagos: romanidade, italianidade, mediterraneidade, em Itália; nordicidade e arianismo, na Alemanha; herrerianismo, em Espanha; classicismo proletário, na União Soviética; e reaportuguesamento e tradição, no caso Português.*" [44]

O regime do Estado Novo, apesar de procurar afastar-se dos outros regimes europeus, estabelece vários paralelos na forma como governa e na procura de criação de uma imagem identitária do Estado. Assim como nos países vizinhos, o controlo sobre a arquitetura é feito nos monumentos, edifícios governamentais e também na habitação. Há todo um controlo na nacionalização da arquitetura, que se reflete sobretudo no âmbito da justiça e da austeridade do parque prisional português.

43 - ROSMANINHO, op. cit., pág. 24

44 - ibid., pág. 24

Da Humanização à Desumanização



29 - ESQUEMA ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LISBOA

0 50 m

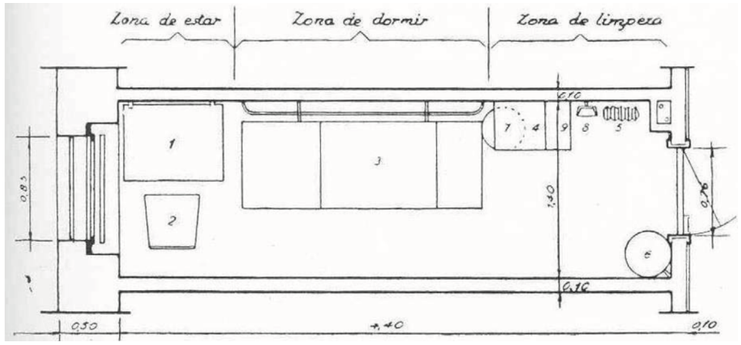
Semelhante ao contexto internacional, Portugal no século XIX instaurou a encarceração como método punitivo, sendo também dos primeiros países europeus a abolir a pena de morte, os trabalhos públicos e a prisão perpétua com a Lei de 1 de Julho de 1867. Adotando uma filosofia punitiva carcerária, o modelo penitenciário preferido foi o sistema Filadelfiano/Panóptico, implementado em 1885 na Cadeia Penitenciária de Lisboa e em 1886 na Cadeia Penitenciária de Coimbra. Porém, a falta de alojamento, a sobrelotação dos espaços, as más condições de higiene e salubridade e a falta de estruturação nos espaços prisionais no início do século XX, com a instauração do Estado Novo, levaram à Reforma Penal de 1936. Esta veio acrescentar à estrutura clássica de punição  a organização e o "tratamento" especializado para cada recluso. Introduziu a hierarquização e classificação de cada prisão, a separação dos reclusos conforme a pena, e o faseamento da mesma em quatro fases. Quanto à organização dos dispositivos prisionais, o sistema devia integrar cinco classes: as cadeias comarcas, para a pena de prisão inferior a três meses; as cadeias centrais, para a pena de prisão superior a três meses; as cadeias penitenciárias, para as penas mais longas; e as prisões especiais.[45]

> "*O sistema progressivo dividia a execução da pena de prisão em quatro fases distintas. Numa fase inicial, o recluso estava sujeito a um regime de isolamento total, com um duplo objectivo: o de expiação da pena e o da observação do recluso. Numa segunda fase, ao recluso era permitido o contacto com outros reclusos durante o dia, no trabalho na escola e nos actos de culto. Numa terceira fase, o recluso poderia conviver com os restantes reclusos durante as restante horas do dia. Por fim, na quarta e última fase, era-lhe facultada a possibilidade de concessão da liberdade condicional."* [46]

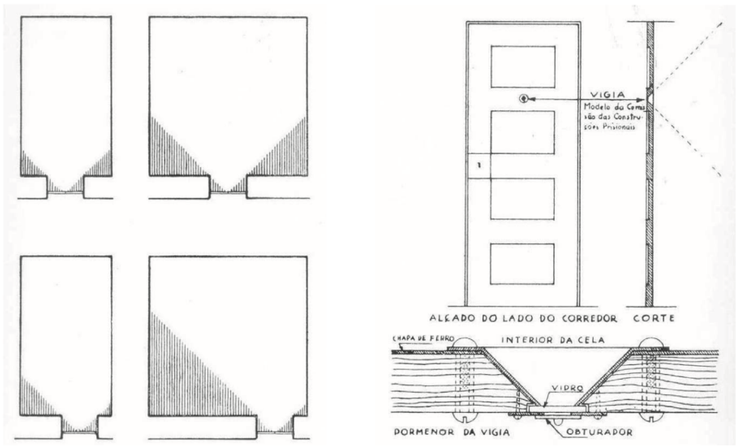
O trabalho era obrigatório sendo considerado a forma mais eficaz para a reabilitação e formação do recluso. Esta reforma pretendia

45 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, in: "Decreto-lei n.º 26:643", Diário do Governo, Imprensa Nacional de Lisboa, I Série, N. 124, Lisboa, 28 de Maio de 1936, pág. 585

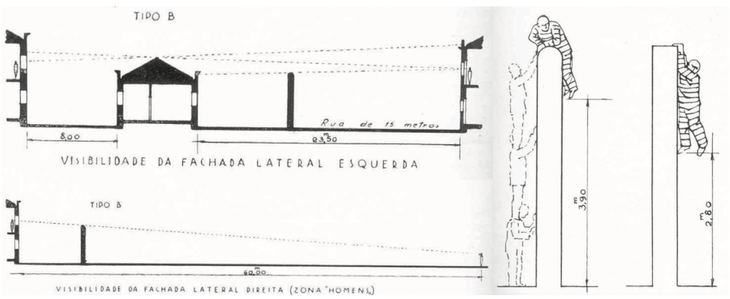
46 - SANTOS, Boaventura, in: "A Reinserção Social ddos Reclusos. Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional", Observatório Permanente da Justiça Portuguesa Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003, pág. 146




CELA PRISÃO DE BRANDENBURGO




ESTUDO DO ÂNGULO DE VIGILÂNCIA E DO ÓCULO DAS CELAS




ESTUDO DOS MUROS

30 - DESENHOS COMISSÃO DAS CONSTRUÇÕES PRISIONAIS 1938

uma "humanização" dos espaços prisionais, visando as condições próprias para um ambiente reabilitativo. Contudo, a autoridade e repressão implementada pelo regime fascista desencadeou a construção de vários dispositivos prisionais contraditórios.

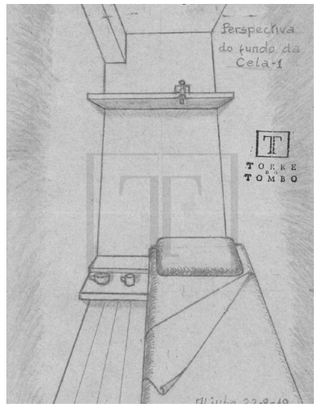
Após o golpe militar de 1926, na década de 30, instaurou-se em Portugal o regime ditatorial do Estado Novo. A arquitetura torna-se ferramenta do poder, introduzindo o controlo absoluto e, mais concretamente no edificado prisional, o poder da "justiça". Foi formada a Comissão das Construções Prisionais, onde foi diretor o arquiteto Cottinelli Telmo e posteriormente o arquiteto Raul Lima. Para além de uma arquitetura imponente e austera, intimidativa e impessoal, representativa do regime, Cottinelli acrescenta aos dispositivos prisionais uma uniformização do tipo de construção que formam a imagem da justiça portuguesa.

Apesar da heterogeneidade tipológica conforme o lugar e a funcionalidade, os dispositivos prisionais são construídos ou reabilitados com uma linguagem arquitetónica homogénea que reflete os princípios do Estado. Numa série de relatórios, o arquiteto desenha pormenorizadamente todos os elementos dos espaços prisionais aos quais os dispositivos deveriam obedecer para manter o controlo total dos reclusos, desde as portas à canalização, da altura dos muros à dimensão das celas. As supostas prisões "humanistas" começam desde cedo a demonstrar a contradição do regime quando procuram o controlo e a submissão total dos reclusos.

"*Adoptando em alguns casos mecanismos de controlo político já existentes ou em embrião durante a I República (1910-1926)*", a Ditadura Militar (1926-1928) e a Ditadura Nacional (1928-1931), a partir de 1933 e do plebiscito à constituição corporativa, "*o Estado Novo procedeu a uma rigorosa tipificação dos "delitos políticos e sociais".*"[47] Através da instauração da PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado), o regime conseguiu assegurar e controlar a liberdade de expressão no espaço público.

47 - CARDINA, Miguel, in: "Repressão e Subjetividade Política no Estado Novo: A Cadeia de Peniche", Universidade do Porto, Porto, 2021, pág. 175

31 - CORREDOR



32 - "CELA", JAIME SERRA

33 - "CELA", MUSEU DO AJUBE

34 - "ESTÁTUA", JAIME SERRA

A perseguição e intimidação feita pela PVDE constituiu na detenção política dos opositores ao regime acusados de "ameaçar a segurança do Estado". É neste contexto que surgem as prisões políticas, que funcionavam de forma perversa e subverta como instrumentos punitivos para quem ousasse questionar ou ir contra o poder político. Após a detenção,

> "*no período da prisão preventiva, os homens podiam ficar nas prisões das delegações da PIDE no Porto e em Coimbra, mas o mais habitual é que fossem transferidos para Lisboa, onde ficavam no Aljube ou no reduto de Caxias (...) Todos eles, até aos anos 70, eram chamados a interrogatórios à sede da PIDE/DGS.*" [48]

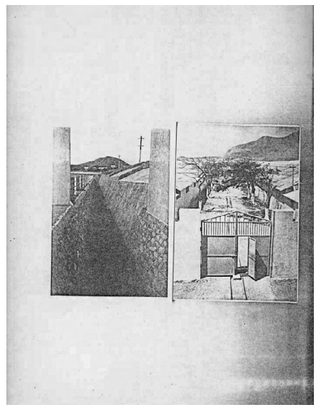
Apesar de ainda não terem sido condenados, os detidos eram mantidos nos espaços prisionais, por vezes durante um tempo bastante alongado e "ilegal" e no fim nem chegavam a ser condenados. Pelos relatos de quem lá passou, os espaços prisionais eram reduzidos e propositadamente pensados para a debilitação e tortura psicológica dos reclusos. Na cadeia do Aljube, a "gaveta" ou "catacumba" era descrita

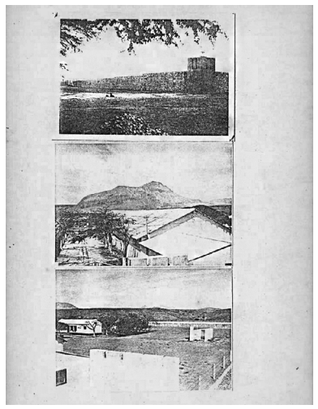
> "*"com o "comprimento de uma tarimba" e cuja "largura era mais ou menos igual e não superior a uma cama de um corpo (...) "era fechada por duas portas, uma gradeada e outra de madeira", que estava normalmente encerrada, apenas com um pequeno postigo para o guarda espreitar, de "forma que as celas estavam quase todo o dia mergulhadas numa semiobscuridade."*"[49]

e as outras prisões mantinham o mesmo registo, senão pior. Apesar da Reforma Penal de 1936 decretar que os presos políticos permaneceriam num regime diferente, mais aberto e facilitado, na realidade, permaneciam isolados ou fechados nas celas a maior parte do tempo, exceto quando eram

48 - PIMENTEL, 2016, op. cit,. pág. 429

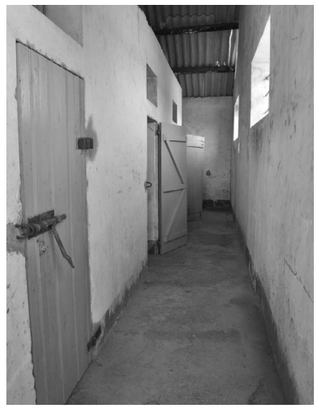
49 - ibid., pág. 432

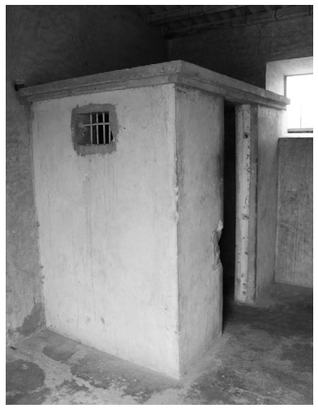




35/36 - COLÓNIA PENAL DO TARRAFAL

37 - ENTRADA





38 - CELAS

39 - "FRIGIDEIRA"

chamados ao interrogatório ou outras ações por parte da PIDE. Para além de espaços claustrofóbicos e sem condições humanas, as prisões constituíam também espaços de tortura e submissão.

> "o *aprisionamento pretendia, de maneira mais imediata, subtrair ao sujeito a possibilidade de intervenção política. Mas buscava também, por meio da tortura e da ação disciplinar na cadeia, desgastar a subjetividade do preso.(...) Para além do confinamento físico, as regras, os ritmos, as proibições, o isolamento, a má alimentação ou castigos construíam uma teia punitiva que visava a produção de "corpos dóceis"*".[50]

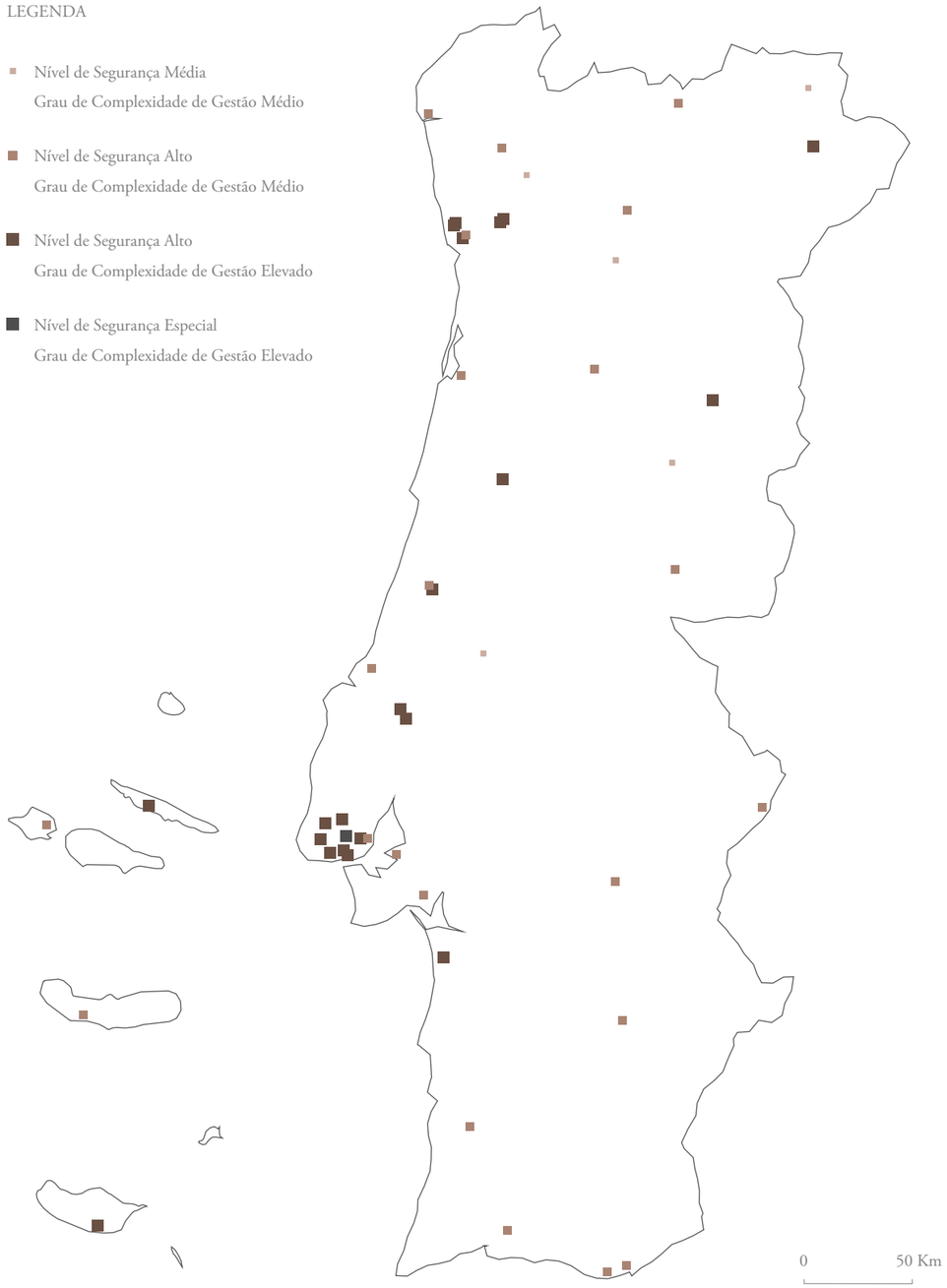
Os detidos eram submetidos a processos de tortura como "a tortura do sono", que impediam o preso de dormir num período até duas semanas conduzindo a alucinações e ao distanciamento da realidade; a "estátua", onde se obrigava o preso a permanecer em pé até à exaustão física; os interrogatórios onde aplicavam agressões físicas e humilhações aos presos; e a tortura psicológica infligida por ruídos, gritos, choros, longos períodos de isolamento e incomunicação com o exterior. Quanto aos que chegavam a ser condenados, eram transferidos para as prisões, das quais se destaca a Colónia Penal do Tarrafal em Cabo Verde como o ápice da desumanização das prisões políticas.

> "*Por esse campo de concentração, que começou por ser um rectângulo de arame farpado com tendas e acabou com grossas paredes construídas pelos próprios prisioneiros, passaram, no primeiro período, mais de 250 pessoas, em 18 levas de prisioneiros, morrendo 32 deles.*" [51]

Construído num país de climas extremos e de doenças "exóticas", foram enviados para o Tarrafal vários reclusos condenados, obrigados a construir a própria prisão onde iriam permanecer. Muito além da falta de condições, a má alimentação e a deficiente assistência médica, "*os presos eram submetidos a castigos tremendos,*

50 - CARDINA, op. cit., pág. 178

51 - PIMENTEL, 2016, op. cit., pág. 431




40 - ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

52 - PIMENTEL, 2016, op. cit., pág. 431

53 - FARINHA, Luís, in: "As Prisões da P.I.D.E.", 2019, pág. 135

54 - REPÚBLICA PORTUGUESA, in: "Olhar o Futuro para Guiar a Ação Presente - Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar", Lisboa, Setembro 2017 pág. 22

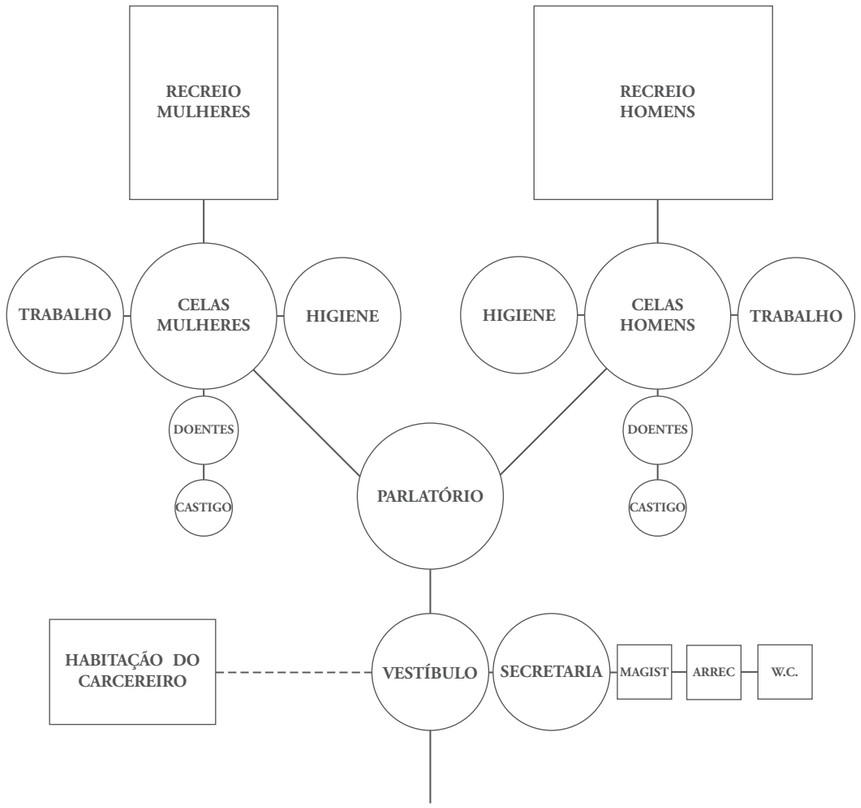
*como a célebre "frigideira" de cimento - um "forno" durante o dia e um "frigorífico" durante a noite - e a célebre "brigada brava", de trabalhos duríssimos*".[52] Era considerado que "*Ia-se para o Tarrafal para morrer, como afirmavam os próprios agentes policiais e o médico de serviço.*"[53] A arquitetura das prisões políticas refletia a atitude do Estado perante os detidos. Desenhada para a despersonalização e adestração, a conceção dos espaços era propositadamente desmedida, enclausurada e condicionada para quebrar o indivíduo. Perduraram até 1974, quando foram encerradas após o fim do regime no 25 de Abril. Em 1976, a Constituição implementada introduz os direitos sociais dos reclusos e a advocação para as condições dos espaços prisionais.

Nas décadas de 70/80, a introdução e a criminalização das drogas em Portugal tiveram um grande impacto nos espaços prisionais. Apesar da implementação de novos métodos punitivos, como a prisão domiciliária e a vigilância eletrónica, o aumento esporádico da sobrelotação dos espaços e a necessidade de segurança e controlo dos reclusos levaram ao reforço de segurança e gestão dos dispositivos. Na transição do século XX para o XXI, há um processo de homogeneização das cadeias que passam a ser Estabelecimentos Prisionais classificados pelo nível de segurança e o grau de complexidade de gestão que prevalece até hoje.

> "*a configuração do atual Parque Prisional Português tem, na sua génese, uma lógica penitenciária com mais de 30 anos, e as carências de que os Estabelecimentos Prisionais enfermam decorrem de terem sido concebidos para uma realidade diferente da atual.*" [54]

Apesar das alterações sociais, económicas e políticas, da melhoria da tecnologia de construção e de vigilância, os dispositivos prisionais mantiveram-se com poucas reabilitações, uma vez que foram construídos para perdurar no tempo. Assim como os problemas de sobrelotação e de condições do espaço demonstram prevalecer.

# Da Privação de Liberdade




41 - DIAGRAMA CADEIAS COMARCAS, COMISSÃO DAS CONSTRUÇÕES PRISIONAIS, 1938

> "*As transformações estruturais no país são visíveis no pós-25 de Abril de 1974, e em particular com a entrada na então Comunidade Económica Europeia, em 1986, com uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, maior e melhor acesso a bens e serviços, consolidação dos direitos de cidadania. As prisões, porém, parecem ter ficado sucessivamente fora desses ciclos de desenvolvimento, paradas no tempo*." [55]

Desde a sobrelotação à degradação dos espaços, da falta de oportunidades à ineficácia dos serviços da DGRS (Direção Geral de Reinserção Social), têm sido vários os relatórios e registos da falta de condições e do estado dos espaços prisionais em Portugal que prevalecem há décadas. Com um parque prisional que não acompanha o aumento da criminalidade na sociedade contemporânea, os atuais 49 dispositivos prisionais, dos quais apenas três são para mulheres, não conseguem responder às necessidades de alojamento nem providenciar as condições necessárias para a reabilitação conforme os atuais padrões definidos.

Na generalidade, os dispositivos prisionais são compostos pela portaria, espaços coletivos e espaços de reclusão. A entrada separa a vida urbana da vida em reclusão e serve para o controlo de todos os movimentos de entradas e saídas do edifício. Os espaços coletivos estendem-se pelo dispositivo conforme a organização espacial, segregados dos espaços de reclusão. São os locais dedicados à administração, ao staff e às visitas. Os setores de reclusão estão divididos em duas zonas, a zona comum e a zona de isolamento. A primeira é partilhada por todos os reclusos, alberga os refeitórios, salas de convívio, pátios, salas de estudo, áreas de trabalho, enquanto a segunda é reservada ao isolamento, principalmente noturno, dos reclusos.

Os espaços coletivos interiores apresentam um tom e texturas monótonos com o mobiliário reduzido ao mínimo, desprovidos

55 - FROIS, Catarina, in: "Prisões", Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2020, pág. 26

42 - PÁTIO

43- "CORREDOR"

44 - CELA



de qualquer qualificação do espaço. A imagem projetada é de um ambiente apático e impessoal pelos materiais aplicados, as paredes frias e o recurso a cerâmica, que embora seja de fácil limpeza, não proporcionam o melhor conforto. Os espaços exteriores, os pátios ou recreios, são geralmente um espaço pouco desenhado ou trabalhado. Constituem espaços despidos e aplanados, em alcatrão ou pedra, sem qualquer jardim ou elemento natural, demarcados pela rigidez dos muros e as janelas gradeadas. Para além da desatualização/qualificação dos espaços, o problema da sobrelotação nos espaços de isolamento, que se estende de forma geral pelos dispositivos prisionais portugueses,

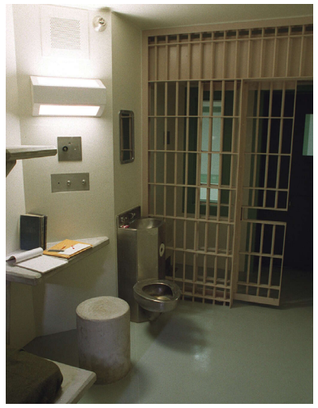
> "*afeta as experiências imediatas dos internos quando eles usam os espaços de convivência institucional, bem como o equilíbrio dos recursos disponíveis para as pessoas em todas as partes da instituição. Afeta os níveis de pessoal, a capacidade de fornecer programas e serviços (como aconselhamento e treinamento) e a adequação do espaço para visitas, recreação e educação*" [56]

No geral, os espaços de isolamento são organizados ao longo de um corredor marcados pelas portas pesadas que pautam um ritmo acelerado. O interior das celas é pequeno, sombrio e decorado pobremente pelos reclusos. Ainda que a cela individual seja considerada mais favorável à reabilitação do recluso, na maioria das prisões portuguesas, as celas são divididas por dois ou três reclusos num espaço que por vezes nem respeita os 4 $m^2$ recomendáveis. Segundo o Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar,

> "*Alguns Estabelecimentos Prisionais têm condições de habitabilidade muito degradadas e deficientes e sem uma maioria de alojamentos individuais, de acordo com os padrões internacionais em vigor. Vários estabelecimentos tem uma reduzida dimensão, nos quais não é possível encetar programas de ampliação, por falta de espaço para crescerem.*" [57]

56 - WENER, op. cit., pág. 140

57 - REBÚLICA PORTUGUESA, op. cit., pág. 120



45, 46, 47, 48, 49 - ADX FORENCE, SUPERMAX PRISON COLORADO

A incapacidade de providenciar o isolamento individual, pelo menos noturno, pode agravar a reabilitação do recluso, visto que não há particular atenção entre a separação de "tipos" de reclusos, contribuindo para que a socialização entre eles se possa tornar inóspita. Segundo os padrões atuais,

> "*o princípio do alojamento em cela individual é, mais do que um fim longínquo e quási inatingível, uma via eficaz para a defesa da segurança da população reclusa e do respeito pela dignidade da/o cidadã/cidadão, que o sistema tem de preparar para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável*" [58]

parâmetro este que o sistema prisional português não consegue e está muito longe de atingir. Atualmente, a filosofia carcerária encontra-se dividida em dois extremos, a filosofia punitiva das prisões supermax americanas e a filosofia reabilitativa das prisões nórdicas. Nas décadas de 70/80, o despontar da obsessão com a segurança acompanhada com a introdução de novas tecnologias de vigilância e controlo, permitiu às prisões americanas, já fundadas com um regime austero, os mecanismos necessários para exercer o controlo total dos espaços. Caracterizadas pelos espaços frios e rígidos, pelas grades e altos muros vindos dos modelos anteriores, as prisões *supermax*, através da tecnologia, são uma "espécie" de versão moderna do Panóptico, onde a vigilância e o controlo total de todos os espaços é permanente.

No extremo oposto, as prisões 'New Generation' vêm despontar uma nova forma de pensar a arquitetura prisional, aplicando o método de supervisão direta e a humanização do espaço. Acredita-se que a reabilitação só é possível proporcionando um espaço normalizado e de encontro à realidade urbana exterior para uma verdadeira reabilitação. Exemplos como a Prisão de Halden, projetada por Erik Møller Architects e HLM Arkitektur AS, na Noruega representam a mudança de metodologia aplicada nos espaços prisionais.

58 - REPÚBLICA PORTUGUESA, op. cit., pág. 18

50, 51, 52, 53, 54 - PRISÃO HALDEN, NORUEGA

> "*Os principais elementos inovadores que surgiram dessa evolução no pensamento foram: criar uma nova compreensão do papel do oficial na instituição; tirar os staff das salas de controle e colocá-los em áreas de convivência onde eles interagirão diretamente com os reclusos; implementação de pequenas unidades habitacionais descentralizadas – gestão de unidade funcional; promover o uso de ambientes não institucionais – "normalizados"; definir este novo sistema e identificar os princípios subjacentes de gestão.*" [59]

A introdução da cor e de novos materiais, a organização mais comedida e segregada, a normalização e o conforto providenciado aos espaços, caracterizam o ambiente reformativo proporcionado, que se assemelha aos campos universitários, ao invés da perceção atual de uma prisão. Embora ainda haja o estigma e alguma controvérsia na qualidade dos espaços aplicada a esta nova tipologia carcerária, os resultados têm sido positivos, com diferença significante de outros métodos, na reincidência dos reclusos.

O Parque Prisional Português encontra-se desatualizado face à filosofia reabilitativa e princípios que o suportam. Por serem espaços escondidos da vida urbana, pela falta de visibilidade e pela crença no modelo de construir o mais rápido possível com o menor custo, é claro que a falta de condição e qualidade dos espaços é refletida. Contrariamente ao pensamento das Prisões New Generation, onde o conforto, a interação, a socialização e a normalização dos espaços são apoiados, o *mindset* português ainda considera isso luxos e não dignos de "criminosos". A ideia de punição e do sofrimento ainda está presente aproximando-se mais das prisões americanas apesar de se rogar uma reabilitação.

A agravar isso, a oferta de trabalho e educação oferecidas, assim como os serviços de reinserção social ainda se encontram carentes. No Relatório CPT (Report to the Portuguese Government on

59 - WENER, op. cit., pág. 52

*"na cadeia, que é uma coisa que eu faço com muita regularidade, quase todas as semanas, que é um sítio horrível, (..) aquilo era mesmo terreno de ninguém, onde são tratados ao pontapé, onde a violação dos direitos humanos é gritante. (...)"* [60]

the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment), é registado que "*o regime oferecido aos reclusos na maior parte das prisões visitadas é pobre, com oportunidades insuficientes de trabalhar ou seguir a educação ou outras atividades.*"[61]

Esta fragilidade na reabilitação do recluso agrava, para além da estigmatização acrescida do rótulo de "ex-recluso" após a saída da prisão, a perspetiva de conseguir integrar-se no mercado de trabalho. Apesar das formações e atividades laborais oferecidas dentro da instituição para o desenvolvimento das competências e facilitação na procura de emprego, a condição do "ex-recluso" na cidade exterior pouco altera. O nível de escolaridade inferior à população geral, a falta de qualificações e de estatutos dificultam a ingressão no atual mercado de trabalho. No caso de uma possível oportunidade são geralmente empregos de fraca qualidade, baixa renumeração e, por vezes, clandestinos.

"*A reclusão é o resultado culminante de vidas em condições de pobreza e que, por outro lado, representa simultaneamente um patamar de integração em redes de marginalidade e um estigma de que dificilmente se foge (Goffman, 1963), pelo que a passagem pelas prisões constitui um factor relevante de exclusão social, não apenas no sentido de a própria prisão, instituição total (Goffman, 1961), visa afastar os condenados da vida social normal, mas também no sentido de que esse afastamento tende a prolongar-se, mesmo para além do período de cumprimento da pena sofrida pelos crimes cometidos.*" [62]

60 - PINTO, António; Entrevista Julho 2022

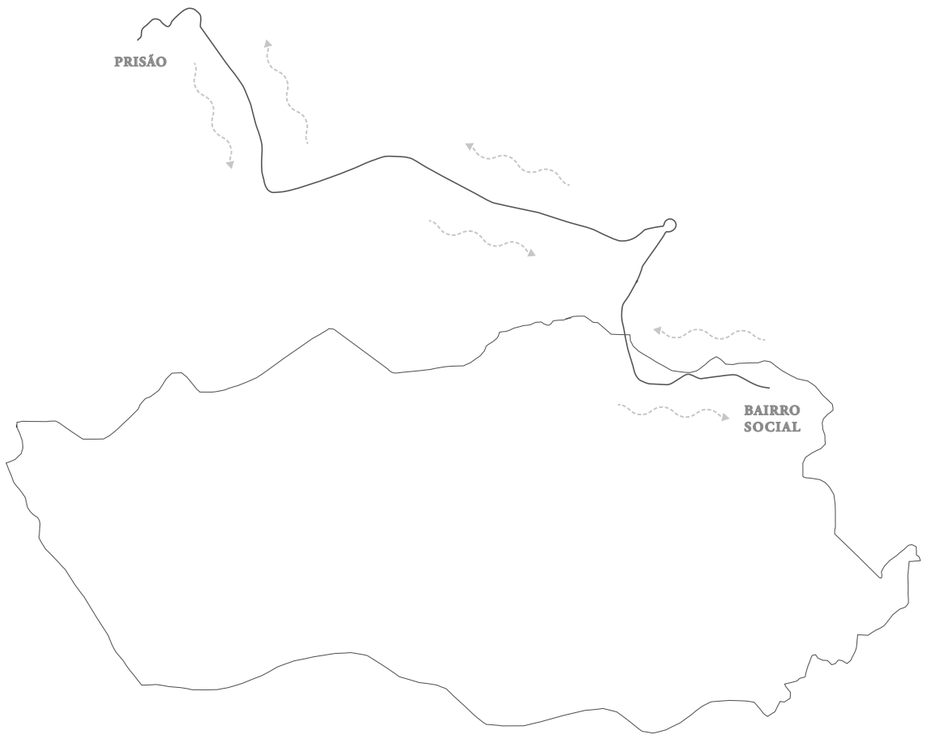
61 - Conselho da Europa, Relatório CPT, Strasbourg, 2018, pág. 6

62 - CAPUCHA, 2004, pág. 245-246

# Ciclo e Espaços de Resistência

Reinserção na Cidade

""*Eu pergunto-me uma coisa: todas as pessoas são devolvidas à liberdade, à sociedade, mas a sociedade não é uma coisa homogénea, tem muitos espaços. As pessoas são devolvidas aos seus espaços de pertença, de onde saíram e onde se mantêm os mesmos valores. No momento de devolução da liberdade, vão para onde? Para casa deles, para os espaços de pertença. O problema é que os espaços de pertença são os espaços onde está o desvio.*"" [63]




63 - FROIS, op. cit., pág. 106

64 - ibid., pág. 16

Para constituir um ciclo é necessário um início (acção/crime), um meio (consequência/privação de liberdade) e a repetição contínua ao longo do tempo do mesmo processo. Infelizmente, é o que tem acontecido na comunidade residente dos bairros sociais. Percebida a construção e vulnerabilidade do território à ingressão criminal, a passagem pela prisão pouco ou nada se tem demonstrado eficiente na resolução da problemática.

Dentro do que deveria ser uma instituição de reabilitação que prepara os futuros "ex-reclusos" para voltar à realidade urbana, não há um trabalhar nem as condições necessárias para o fazer. Os espaços, já descritos acima, do ponto de vista da influência psicológica que tem no recluso, tendem a ter uma acção nula ou negativa pela sua rigidez e impessoalidade. As oportunidades oferecidas durante o tempo de prisão são precárias e pouco favorecem o recluso no mundo exterior.

> "*A prisão não dissuade a criminalidade, não serve de exemplo para o infrator, não reabilita nem regenera o sujeito encarcerado. Servirá, sobretudo, para que se tranquilize a sociedade, e para demonstrar que a justiça está atenta e cumpre o seu dever, assegurando que quem transgride é responsabilizado e punido*." [64]

Em vez da reabilitação, o que o sistema prisional português efetua é uma punição com base temporal, protege a sociedade durante um período de tempo mas não resolve o problema nem para o "criminoso" nem para a sociedade.

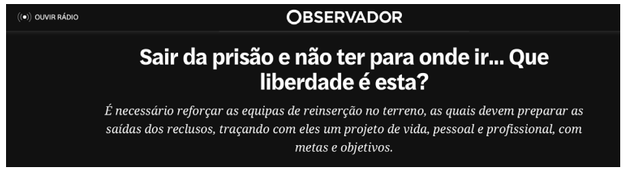
Uma vez cumprida a pena, o recluso é posto em liberdade "sem teto nem chão", por assim dizer. Não há um seguimento/acompanhamento eficaz, há uma falha por parte do serviço de Reinserção Social que não consegue responder aos números atuais. Há também uma falha no acompanhamento psicológico e educacional/profissional, para além da falta de apoios económicos e habitacionais.

JN

TSF LEIA O JN IMPRESSO Pesquisar

Porto

**Despejo de reclusa do Lagarteiro motiva carta aberta a Rui Moreira**


OUVIR RÁDIO OBSERVADOR

**Sair da prisão e não ter para onde ir... Que liberdade é esta?**

*É necessário reforçar as equipas de reinserção no terreno, as quais devem preparar as saídas dos reclusos, traçando com eles um projeto de vida, pessoal e profissional, com metas e objetivos.*

P P2 ÍPSILON ÍMPAR FUGAS P3 CINECARTAZ CLUBE P ACADEMIA P

SONDAGEM PANDEMIA ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2022 PSD POBREZA HABITAÇÃO ÚLTIMAS

JUSTIÇA

**Portugal é dos países europeus onde mais morrem reclusos**

As prisões portuguesas têm sido por diversas vezes alvo de críticas do Conselho da Europa, nomeadamente do Comité Contra a Tortura.

MENU 13 Diário de Notícias TSF

PRISÕES

**75% dos reclusos regressam ao crime. E se houvesse uma justiça restaurativa?**

P

PRISÕES

**Libertação de reclusos fez aumentar os sem-abrigo**

MENU 10 Diário de Notícias

INÍCIO / PAÍS

**Bairros do Porto. "O tráfico de droga passa de pais para filhos"**

A agravar a situação, tem-se observado o despejo das habitações dos reclusos enquanto estão a cumprir pena, como aconteceu a Paula, moradora do Bairro do Lagarteiro. Paula foi presa por tráfico de droga, no fim do cumprimento, quando já efetuava visitas precárias a casa, foi executada uma ordem de despejo da sua habitação. Assim como este exemplo, e "*apesar de ser um caso que ocorre no Porto, multiplica-se sob diversas formas por muitos bairros sociais do país e especialmente em Lisboa.*" [65]

Resumindo, o ex-recluso é posto em liberdade e regressa ao mesmo meio urbano disruptivo que "proporcionou" o desvio. Agravado agora com o rótulo de "ex-recluso" no currículo, para além de "morador do bairro x", "marginal" e, mesmo que pretenda "endireitar" a sua vida, na procura de um emprego e de forma legítima e legal de rendimento, as portas estão fechadas. O mercado de trabalho se já era de difícil entrada, agora ainda pior. A procura de habitação, tendo em conta o estado atual do imobiliário e os longos processos burocráticos para ter direito uma habitação, é ainda mais difícil.

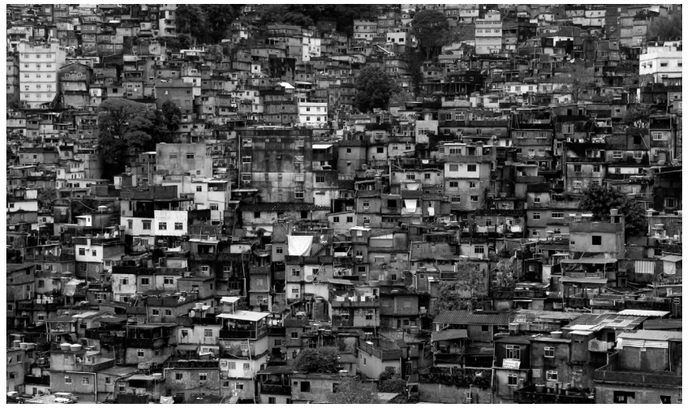
> "*De facto, também após a libertação, se registam dificuldades, estas de reinserção sócio-profissional, decorrentes do ostracismo a que os ex-reclusos estão votados, o que é agravado pelo baixo nível de habilitações escolares e profissionais desta população. (...) A integração de ex-reclusos costuma ser encarada pelos empregadores e pelos outros trabalhadores como uma verdadeira ameaça pelo que o esforço de persuasão tem de ser, neste caso muito intenso e persistente e reforçado pelo acompanhamento pós-integração do ex-recluso por períodos mais ou menos prolongados.*" [66]

Posto isto, são escassas as possibilidades de ingressar num modo de vida normativo. A probabilidade, e a tendência, é regressar à prática criminal e ao mercado de bens ilegais, que apesar do risco, providencia dinheiro. A repercussão deste ciclo, ao longo dos anos,

65 - REIS, Victor, in: "A Casa Também Foi "Presa"...", Revista Observador (online), 2019

66 - LOURENÇO, Maria dos Prazeres, in: "Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza", Direção Geral da Segurança Social, Lisboa, 2005, pág. 84

59 - BAIRRO PINHEIRO TORRES



60 - FAVELA DA ROCINHA, BRASIL

61 - SKID ROW, LOS ANGELES

levou à imagem e representação atual do bairro social. Pelas notícias, os media, a indústria cinematográfica e musical, foi criada uma imagem representativa do bairro, da sua vivência e a sua associação ao crime e, por consequência, à prisão. Não que esteja errada ou desfasada da realidade, mas é esquecido na "romantização" do crime as pessoas que habitam os bairros sociais e pretendem fugir ao seu padrão criminal.

> "*O risco de insegurança em meio urbano, entendido quer como o medo do crime, quer como a falta de adesão ao sistema normativo da sociedade, constitui um factor inibidor da qualidade de vida. Daí decorrem fortes penalizações para a população, condicionando o modo como usufrui o espaço urbano e exerce a sua quotidianidade.*" [67]

Para além de estarem inseridas num meio urbano estigmatizado, estão expostas à violência  sistémica e quotidiana, insegurança e constante clima de pressão atual dos bairros. São palco de rusgas e confrontos policiais "regularmente" e a resistência, cada vez maior, por parte dos residentes é algo preocupante. A passagem pela prisão e o desejo de não regressar suscita por parte dos "criminosos" a necessidade de meios de proteção, o que resulta na maior parte das vezes no acréscimo de violência e crime no bairro.

O contexto dos bairros portugueses ainda não chegou ao nível que se verifica noutros países. No Brasil, as "favelas" são exemplo de outro contexto de pobreza urbana concentrada e acantonada. Num cenário pior do que o português, as organizações criminais já tomaram conta do território. A violência e os confrontos, quer entre gangs, quer entre policiais, são acções diárias onde a população residente sofre os danos colaterais. Nos Estados Unidos da América, as organizações criminais dominam os chamados "blocks", onde encontramos ainda uma elevada taxa de toxicodependentes e sem abrigo. Na generalidade, os territórios de pobreza urbana estão associados e vinculados ao crime, e a

67 - HEITOR, op. cit., pág. 31

62 - DESPOJOS BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS

"*Estamos numa cidade que é uma coisa incrível, tu esperares 5 anos por uma casa e em 2012 e em 2017 recebes uma chamada a dizer: "oh Catarina podes vir buscar a tua chavinha" e tu chegas lá, ela dá-te a tua chavinha, mas isto é no Cerco do Porto. Tu chegas aqui à Junta: "oh Dr. Pinto, enquanto eu fui tratar da água e da eletricidade, cheguei a casa e roubaram-me tudo, não tenho nada, olhe meti frigorífico, meti máquina de lavar, meti microondas, para o meu irmão depois ir lá à noite e o meu cunhado, quando chego lá não tinha nada, roubaram-me tudo. Portanto muito obrigada, pegue lá a chavinha que eu não quero, não quero viver no Cerco". Tu estás 5 anos de espera e depois rejeitas o Cerco, porquê? Então isto merece alguma reflexão, algum debate, alguma coisa está mal. Que política de habitação é esta para tu estares tantos anos à espera de uma casa e dizeres que preferes viver debaixo da rua do que viveres no Cerco? Alguma coisa está mal.(...)*

*O Cerco, daqui a 3 anitos, mais ou menos, já não consegues entrar, muito pior que o de São João de Deus porque tem uma dimensão muito maior.*" [68]

sua situação atual não é de fácil solução, visto ser um problema sistémico e inerente a esta espacialidade urbana. Na cidade portuense já existem bairros, como o Cerco, Pinheiro Torres, e os antigos Bairro do Aleixo e Bairro São João de Deus, que se aproximam desta narrativa espacial. O ciclo de reincidência, que se perpetua há décadas, transforma os bairros sociais em territórios de concentração da criminalidade. Constituem territórios psicotrópicos, onde a venda e o consumo de droga estão enraizados, territórios de violência estrutural e quotidiana, territórios de exclusão e desumanização.

> "*é um círculo vicioso que pode ocasionar situações muito graves de desigualdade social (...) Em casos extremos, a população isolada em guetos pode levar o descontentamento social a extremos que atingem um clima de guerra civil latente, ou a um desorganização social quase insustentável, como podemos encontrar em alguns espaços urbanos onde a passividade da gestão urbana e a escalada das desigualdades sociais criaram situações que são hoje muito difíceis de inverter.*" [69]

Face a este problema e à perda do controlo do território para os seus residentes, os responsáveis autárquicos em resposta ao agravamento e à pressão exercida pela comunidade afirmam a necessidade de "*apagar do mapa do Porto o seu "cancro" (...) e devolver já recuperada à cidade uma zona que, fruto da desordem em que mergulhara, se lhe tornara estranha.*" [70] Esta solução, uma vez esgotada a capacidade de intervenção por parte da polícia e da assistência social, tem passado pela demolição do bairro social e o realojamento (aparentemente aleatório) noutros bairros sociais.

> "*Dados os inúmeros problemas oriundos da habitação social e o fracasso de outros tantos projetos e programas que foram surgindo ao longo das décadas, em muitas cidades de todo o mundo está-se a adotar um mecanismo de intervenção extremo que passa pela demolição dos bairros sociais.*" [71]

68 - PINTO, 2022, op. cit.

69 - FERNANDES; 1998, op. cit., pág. 255

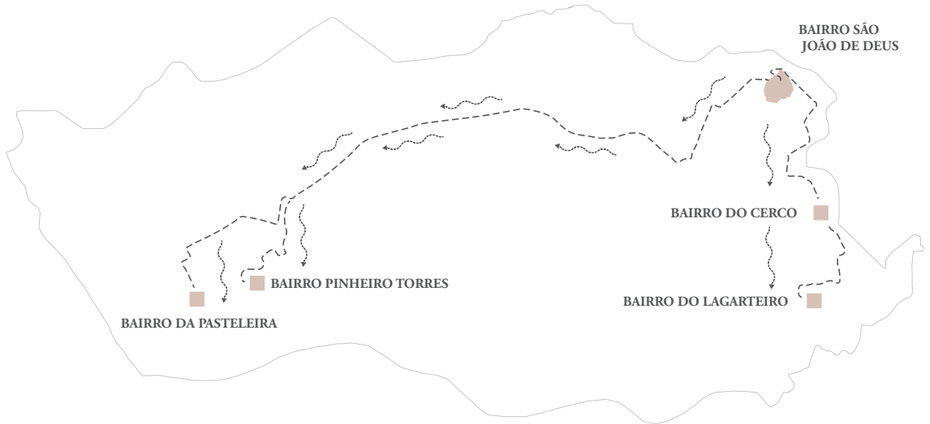
70 - FERNANDES; RAMOS; op. cit., pág. 23

71 - SANTOS, op. cit., pág. 10

Reflexos na Cidade

"a *verdadeira mudança não é alcançada pois a intervenção focaliza-se nos indivíduos como fragmentos soltos do espaço social, sem que tenha havido uma real intervenção de caráter holístico na comunidade geo-simbólica do  bairro social.*" [72]

63 - REALOJAMENTO NOUTROS BAIRROS SOCIAIS, DISPERSÃO DOS PONTOS DE CRIMINALIDADE




72 - SANTOS, 2015, op. cit., pág. 12

73 - FERNANDES; RAMOS; op. cit., pág. 23

Do ponto de vista social dura e apática para com os residentes do bairro e o seu desenvolvimento afetivo com o lugar de pertença, a demolição como método de combate à espacialização dos mercados de droga no bairro e as problemáticas consequentes dos mesmos não se têm demonstrado eficazes, nem na sua resolução nem na atenuação dos problemas socioespaciais, tanto nos bairros sociais como na sua reflexão para a envolvente cidade urbana. No Bairro SJD, após a sua demolição, grande parte da população foi realojada no Bairro do Cerco. Pouco tempo depois,

> "*A população do Cerco e os técnicos de intervenção social a trabalhar no terreno referem constantemente que, desde que os habitantes do BSJD chegaram, o "ambiente piorou muito". Várias pessoas (...) dizem ter medo de sair de casa depois do escurecer e recear os assaltos na rua. É também referido um aumento de assaltos a casas, a idosos, a jovens e a consumidores, reflectindo um incremento da violência e um sentimento de insegurança permanente.*" [73]

O que antes seria um bairro relativamente moderado na incidência criminal, com a transição dos moradores do Bairro SJD, o Cerco encontra-se hoje na posição de um dos bairros sociais mais problemáticos, particularmente no tráfico de droga. O mesmo aconteceu na intensificação da criminalidade no Bairro da Pasteleira após o processo de realojamento consequente da demolição do Bairro do Aleixo. Na realidade, a solução política de demolir os bairros serviu apenas para tranquilizar a população exterior e silenciar temporariamente o "sinal de alarme" da formação destes territórios, posteriormente acionado noutros bairros. A nível urbano, funcionou como método de disseminação de um ponto de concentração da criminalidade para outros dispersos na cidade, apesar de alguma parte da população optar por permancer no lugar, procurando abrigo nos "restos" de habitação, uma vez que consideram não ter para onde ir, ou não querer abandonar o seu lugar de residência.

64 - "RESTOS" BAIRRO SÃO JOÃO DE DEUS 2020

"*Os locais de consumo de rua situados no centro estão agora quase completamente desactivados. Um número importante de indivíduos migrou até a uma capela que se situa na periferia do bairro. Outros dispersaram-se pelos escaninhos da cidade. (...) Estão agora dispersos por toda a zona oriental, formando pequenos grupos (...) mudando frequentemente de local de consumo, na busca constante de um sítio próximo da "boca de venda", onde possam consumir sem ser incomodados, quer pela população, quer pela polícia.*" [74]

65 - "RESTOS" BAIRRO DO ALEIXO EM 2019

74 - FERNANDES; RAMOS; op. cit., pág. 25

75 - ibid., pág. 24

As problemáticas estruturais (como a exclusão social, territorial, do mercado de trabalho, dos quadros e sistemas normativos da cidade, e o enraizamento da criminalidade nos espaços) foram transportadas e agravadas com a movimentação da comunidade. É de apontar ainda que, numa cidade onde o mercado imobiliário já é escasso e o direito a habitação não é garantido, a demolição de vários dispositivos de habitação social, ainda que degradados, foi executada sem ou com pouca construção de novas habitações para os substituir.

Posto isto, no Bairro São João de Deus não habitavam apenas os residentes "legais". O chamado "Vale dos Mortos", habitado pelas pessoas sem-abrigo e toxicodependentes, foi juntamente com as habitações disseminado. Grande parte desta "margem" social "seguiu", por assim dizer, os moradores do bairro, mais concretamente procurou as periferias das novas "bocas de venda" que se formaram noutros bairros.



A diferenciação vista aqui no processo de deslocação desta população é que, enquanto no antigo Bairro do "Tarrafal" o consumo das substâncias psicotrópicas foi normalizado no espaço público, neste bairros a própria comunidade condena e considera socialmente como "mal-visto", resultando na dispersão da comunidade sem-abrigo e/ou toxicodependente para as periferias do bairro, para os lugares escondidos, degradados e insalubres da cidade.

> "*A constante pressão exercida sobre eles, proveniente quer da população dos bairros onde se vendem drogas (levada a cabo sobretudo por crianças ou adolescentes a mando os vendedores) quer pela polícia, resulta numa cada vez maior ocultação, ostracização e abandono, agravando as condições de existência dos toxicodependentes das franjas que já se encontravam em grandes dificuldades.*" [75]

66 - LIMPEZA URBANA DO ACAMPAMENTO NA PERIFERIA DO BAIRRO DA PASTELEIRA

*"(...) há uma higienização dos espaços para limpar, porque o capital quer estar a crescer em paz com tranquilidade e não quer ter má imagem, e quando acha que vai estourar, fazem alguma coisa, coisas pequeninas, muito pequenininhas, não é ir à raiz, não são estruturais - "mas, espera aí, eu tenho aqui um negócio, se isto começa a haver todos os dias assaltos, se começa todos os dias a haver porrada, o sentimento de insegurança começa a ser muito grande, portanto vamos acabar com isto, vamos ter que fazer alguma coisa, ou limpar o bairro, ou fazer um projeto, dinamizar não sei o quê, para tentar apaziguar esta gente", e é verdade, mas isto nunca é ir à raiz."* [76]

67 - DISPOSITIVOS "ANTI" PESSOAS SEM ABRIGO, PRÉDIO ALVALADE EM LISBOA

Esta "margem" social tem vindo a aumentar os números demográficos, constituindo cerca de duas mil pessoas na condição de sem-abrigo só na cidade do Porto. Provenientes em grande parte destes contextos urbanos, e muitas vezes condicionados pela passagem pela prisão e o consumo de substâncias psicotrópicas, a comunidade sem-abrigo é excluída tanto da cidade como dos bairros sociais, para os lugares periféricos, abandonados e de preferência do ponto de vista político-social "invisíveis".

> "*Esta marginalização tem também a sua dimensão territorial. Estes grupos, sempre muito visíveis e contrastantes como o meio - que os percepciona como um misto de repulsa e medo - ou vivem institucionalizados ou ocupando os espaços públicos em contraponto em relação às regras mais comuns e oficiais.*" [77]

Especialmente no centro, em áreas turísticas ou valorizadas, é feita a chamada "limpeza urbana", pretendendo higienizar e retirar das ruas e do espaço público as pessoas integradas neste grupo desfavorecido. É mal vista e indesejada na imagem da cidade a presença dos pedintes, dos arrumadores dos carros, das crianças de rua que "perturbam" (ou demonstram a realidade que é tentada esconder). Assim como é indesejável a permanência e apropriação destes grupos no espaço urbano (os colchões, os cobertores, os caixotes em frente dos edifícios, nas ruas e largos, nos viadutos e pontes, acampamentos ilegais), sendo que estão sujeitos à constante limpeza urbana e remoção dos seus pertences do "espaço apropriado". Obrigados novamente a recolher alguns bens materiais e a formar uma "nova casa", este processo de "limpa/constrói" repete-se, quer por parte das pessoas sem abrigo quer pelas autoridades, constituindo um outro círculo vicioso no espaço urbano.

Outra solução que se tem vindo a adotar é a imposição de dispositivos no espaço que impeçam a sua "estadia", ou pelo desconforto causado ou pelo impedimento, sendo certo que

76 - PINTO, 2022; op. cit.

77 - CAPUCHA, 2004; op. cit., pág. 267

*"Não é justo dizer há uma relação causa-efeito, sempre que há pobreza, há marginais, sempre que há precariedade, há estigmas, há marginal, sempre não, mas é verdade que a probabilidade é muito maior aí."* [78]

68 - REDE "TEIA DE ARANHA"

é uma forma desumana de modificação do espaço. Esta, semelhante à demolição dos bairros, é uma solução superficial e temporária para um problema grave da cidade, visto que apenas limpa dos "olhares públicos" a condição desta "margem" social, sem preocupação com a negligência para com as pessoas que dentro destas circunstâncias tentam sobreviver através dos poucos recursos que a cidade lhes oferece.

Este ciclo gera na cidade um fluxo permanente de pessoas que, desvinculadas das normativas sociais e sem forma de rendimento, recorrem à atividade criminal para se sustentar, e no caso dos toxicodependentes, alimentar o hábito de consumo. Tudo isto causa na cidade um aumento da taxa de criminalidade (não só na criminalidade concentrada na periferia como no centro), um aumento do número de pessoas em condição de sem-abrigo e/ou toxicodependentes, um aumento na população prisional (que continua a ultrapassar os limites de ocupação máxima), e um consequente aumento do sentimento de insegurança e medo no espaço urbano da cidade.

O conjunto destes vários atores, que são mutuamente causa e consequência, resultam neste efeito "teio de aranha" da espacialidade da pobreza, do crime e da desumanização dos territórios, intrinsecamente ligados aos contextos urbanos desfavorecidos e modos de vida disruptivos, nomeadamente aos bairros sociais.

> "*Sem a tirania exercida nos bairros pobres que formam essas comunidades, sem os subúrbios que fornecem os espaços onde se esconde o sector operacional dessa face obscura do capitalismo, sem os desempregados ou desocupados que lhes servem de mão-de-obra quase escravizada, de escudo e de território para a receptação, distribuição e consumo criminoso de pessoas e produtos proibidos, as redes do tráfico não representariam o poder que representam."* [79]

78 - PINTO, 2022; op. cit.

79 - CAPCUHA, 2004, op. cit., pág. 108-109

Roteiros Urbanos de Crime, Subversão e Resistência

69 - RUA DO HEROÍSMO, MUSEU MILITAR DO PORTO

"*em contextos de crises múltiplas e de re-equação da nossa identidade como país e como povo, sentimos a necessidade de olhar a cidade na perspectiva da memória dos espaços que nos ajudam a compreender os processos de resistência à longa noite do fascismo em Portugal, durante o regime vigente entre 1926 e 1974. Talvez assim possamos, humildemente, contribuir para honrar as suas vítimas.*" [80]

70 - CHAFARIZ RUA MOUZINHO DA SILVEIRA, JUNTO À ESTAÇÃO DE SÃO BENTO

Para as novas gerações, percorrer as ruas da cidade, os espaços construídos (alguns já transformados, degradados ou demolidos) e os espaços vazios suscitam significados  e sentimentos diferentes dos atribuídos pelas pessoas que os viveram, há não muito tempo, durante o regime fascista português. Na Rua do Heroísmo, a antiga "casa da PIDE" é um marco da repressão e resistência que transporta (e transportava) para além dos limites da propriedade, a sua influência no meio urbano. Através dos relatos dos estudantes, dos residentes e das pessoas que lá passavam, é contado que só a presença do edifíco transmitia e incutia um sentimento de intimidação e apreensão na mera passagem na Rua do Heroísmo. As vozes eram silenciadas, as conversas eram interrompidas e a travessia fazia-se prudentemente.

São poucos os estudos que se debatem sobre esta temática, nomeadamente sobre a espacialidade da resistência contra o regime (como se organizava na cidade, se operava e se distribuía na clandestinidade,  o espaço urbano como meio de subversão). Alicerçado ao projeto "Do Heroísmo à Firmeza" do Museu de Resistência Antifascista do Porto, atualmente apenas o projeto "Roteiro da Resistência ao Fascimo no Porto" teve a iniciativa de estudar a importância e influência do poder político fascista nos espaços urbanos e da organização socio-espacial da resistência na cidade, desde os edifícios públicos às casas clandestinas, dos bairros sociais às repúblicas de estudantes, na luta contra o regime e pela liberdade.

Esta repressão/resistência refletida nos espaços urbanos faz parte da história, do desenvolvimento e da transformação das dinâmicas da cidade atual. Consideradas imprescendíveis, as memórias espaciais não podem nem devem ser apagadas, quer pelo valor simbólico que representam, quer pela consideração pelas suas vítimas, quer pela consciencialização de que "isto" sucedeu há não muito tempo, e serve de "chamada de atenção" para a posterioridade.

80 - MESQUITA, 2014; op. cit

71 - VIADUTO VIA PANORÂMICA

72- VIADUTO FERROVIÁRIO CAMPANHÃ

73 - TUNÉL JUNTO À AVENIDA DE FERNÃO DE MAGALHÃES

> "A *revisitação do passado à luz dos factos e necessidades objectivas do presente pode ajudar a compreender o nosso tempo e a dar-lhes respostas que possibilitem a equação de caminhos rumo à sua superação.*" [81]

Hoje, é impensável para quem não viveu neste regime pensar no espaço urbano, público e coletivo, sem o poder usufruir à vontade e sem restrições, não poder manifestar o seu descontentamento e vir para a rua expressá-lo. No entanto, continuam a ser espaços de repressão para alguns, cujas vozes silenciadas e "insignificantes"são deixadas à margem. Ao percorrer a cidade percebe-se, pelas diferenças visuais do espaço, as diferentes dinâmicas urbanas, as desigualdades socio-espaciais da urbe. Destacam-se e distinguem-se com facilidade os territórios de pobreza urbana, de marginalidade e de criminalidade, que nos "impedem" ou criam hesitação na sua travessia ou proximidade. Estas condicionantes permitem-nos estabelecer uma rede socio-espacial e cultural de pontos de formação e perpetuação da criminalidade na extensão da cidade.

> "*(...) nos confins ou nos interstícios da sociedade, abria-se o domínio confuso, tolerante e perigoso do "fora de lei" ou, pelo menos, daquilo que escapava ao controlo direto do poder: espaço incerto que, para a criminalidade, era um local de formação e uma região de refúgio; aí se encontravam, ao sabor do acaso, a pobreza, o desemprego, a inocência perseguida, a astúcia, a luta contra os poderosos, a rejeição das obrigações e das leis, o crime organizado*" [82]

De forma estrutural na organização da sociedade no espaço, os contexto urbanos de pobreza urbana sempre estiveram e continuam a estar associados à espacialidade da criminalidade. Apesar da dispersão marginal e do isolamento dos territórios vulneráveis à criminalidade, estes não deixam contudo de se incorporar e integrar no tecido urbano da cidade.

81 - MESQUITA, 2014; op. cit

82 - FOUCAULT; op. cit., pág. 349

74 - NOTÍCIA "VEGETAÇÃO ESCONDE TENDAS PARA O TRÁFICO DE DROGA", REVISTA PÚBLICO

"*Confirmando a existência de duas reclamações, a Autarquia garantiu ao JN que foi "efetuada uma fiscalização ao local e constatada a existência de alguns focos de vegetação que carecem de intervenção", bem como "a existência da ocupação por pessoas e tendas". Acrescentou ainda que "está a ser apurada a titularidade do terreno, de forma a poder ser ordenada a limpeza". (...) Com as garagens voltadas para a rua, entre a vizinhança, os cuidados são redobrados. No condomínio, há um segurança a fazer vigilância 24 horas por dia. "Estamos sempre de pé atrás. Saímos da garagem e temos de ficar a ver se não vem ninguém que aproveite para entrar", conta Olga Teixeira, moradora no mesmo prédio."* [83]

75 - ACAMPAMENTO NO MEIO DE UM TERRENO NA RUA DE SÃO JOÃO NO PORTO

83 - SILVA, Maria; "Vegetação esconde tendas para tráfico de droga", Jornal de Notícias Online, Porto, 23 de março de 2020

Cada vez mais contrastantes as descontinuidades destes territórios com a sua envolvente cidade, as políticas urbanas (nomeadamente os projetos urbanos) tendem a concentrar-se na qualificação do espaço urbano e na qualidade de vida, provida pelos serviços, equipamentos e limpeza urbana, das áreas mais elitizadas, turísticas e com maior índice de riqueza. Os condomínios fechados, o desenho da rua, a iluminação, o tratamento e limpeza das ruas, assim como o controlo policial, naturalmente afastam e tornam mais difícil a subscrição destes territórios à criminalidade.

É, no entanto, no contraste com o espaço urbano dos bairros sociais que se denota a falha dos projetos públicos. Esta diferenciação espacial resulta na perpetuação e no acréscimo da desigualdade social e económica refletida no espaço, uma vez que as estratégias das políticas urbanas, associadas a interesses políticos (públicos e privados), tendem a deixar à margem as comunidades desfavorecidas, efetuando pontualmente algumas (mas insuficientes) reabilitações em certos bairros sociais.

Da influência do antigo regime político na organização do espaço social e da inércia do atual, da falha do planeamento urbano e da ausência de diálogo com a comunidade que habita estes espaços, sucedeu uma corrente sequêncial de problemáticas que resultou na atual situação destes contextos urbanos.

Deste modo, são construídos roteiros urbanos de concentração do crime, dispersos pela urbe, que são necessários trazer para a visibilidade, "desmantelar" e incorporar na cidade. Considera-se assim fundamental a procura de alternativas e soluções que trabalhem em prol da integração e "desestigmatização" destes territórios urbanos e, acima de tudo, proporcionar a esta comunidades marginais padrões espaciais normativos e um nível de qualidade de vida (pelo menos) mínimo.

# Casos de Estudo

Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo

Feminino

Inauguração do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino

76, 77 - Intervenções de Nicolau Nasoni por encomenda do Bispo D. José Fonseca e Évora

Incorporação da Antiga Quinta nos bens do Estado pela Lei da Separação dos Bens Estado e da Igreja

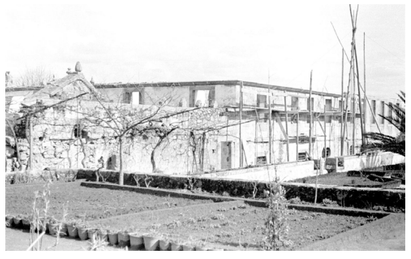
Transformação do estabelecimento em Colónia Penal

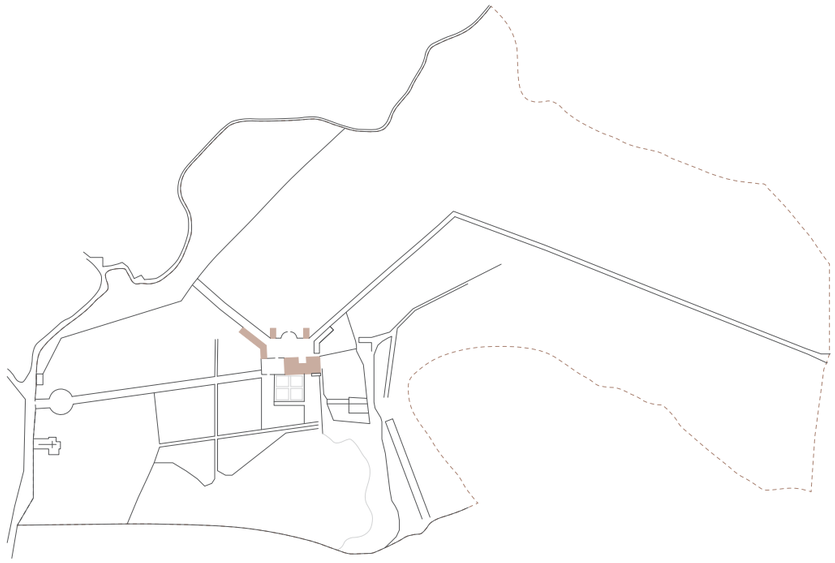
1500 1600 1700 1800 1900 1910 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1980 1990 2000 2010 2020

Quinta de Recreio para os Bispos do Porto

78, 79 - Início das obras de adaptação a Cadeia Civil do Porto pelo arquiteto Baltazar de Castro

80 - Classificada pelo Instituto Português do Património Arquitetónico





0 200 m

O Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino surge, no início do ano 2000, da necessidade de um dispositivo prisional que servisse a população feminina no Norte. Os dispositivos prisionais femininos portugueses, pela discrepância entre mulheres reclusas e homens, sempre foram escassos e adjacentes aos dispositivos masculinos. A ausência até à data implicava a deslocação das reclusas para a prisão do Sul do país que, juntamente com os custos financeiros, proporcionava dificuldades de comunicação e contacto com as famílias. Com alguma controvérsia em relação à sua localização, a prisão feminina foi construída no antigo terreno da Quinta de Santa Cruz do Bispo, associada, mas independente, do Estabelecimento Prisional Masculino.

Sobre a antiga Quinta de Santa Cruz do Bispo existem poucos estudos ou parcelares, como indica Manuel Carneiro. No século XVI, a propriedade foi cedida à Sé do Porto e a Quinta foi reformulada para quinta de recreio com moradia senhorial, visando um lugar recreativo e de repouso para o bispo e os seus sucessores. Inserida num cenário idílico e campestre, "*a residência episcopal surge implantada no interior dos terrenos agrícolas, junto do rio Leça, condição essencial para manter a propriedade fresca e deliciosa no verão como recomendava Palladio no Livro II de Arquitectura.*" [84] Pelas plantas produzidas, observa-se que a residência episcopal ocupa uma posição central no terreno, com um jardim formal na fachada Sul e vastos terrenos agrícolas com construções de suporte para a produção agrícola. Também se destaca a relação com a Igreja de Santa Cruz do Bispo, que não se integra na propriedade, mas está conectada por um caminho estruturado pelos campos até à residência.

Permanecendo propriedade dos bispos, "*no século XVIII, o bispo e embaixador régio, D. José Maria da Fonseca e Évora, ampliou a habitação e qualificou a área envolvente sob a direção de Nicolau Nasoni*".[85] Foram atribuídos a Nasoni a portada e alguns

84 - CARNEIRO, Manuel, in: ""Si bene aedificaveris, bene habitaveris". Entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)", Universidade Aberta, Vo.1, 2016, pág. 84

85 - ibid, pág. 83

82 - ESTABELECIMENTO PRISIONAL SANTA CRUZ DO BISPO MASCULINO

elementos arquitetónicos que, posteriormente em 1977 foram considerados património arquitetónico pela DGPC. Durante o século XIX, a Quinta caiu em decadência e só em 1911, já numa fase de degradação e abandono, passa a ser propriedade do Estado segundo a Lei da Separação dos Bens do Estado e da Igreja.

Com uma breve cedência em 1923 para a instalação do Posto Agrário do Minho Litoral que não chegou a ser concretizado, em 1933, volta à posse do Ministério da Justiça e com o regime fascista no poder, iniciam-se as obras para a adaptação da propriedade a extensão da Cadeia Civil do Porto, pelo arquiteto Baltazar de Castro. Funcionou desta forma até 1946, quando se tornou colónia penal autónoma. Semelhante ao restante parque prisional português, o atual EP Santa Cruz do Bispo Masculino segue a uniformização dos espaços prisionais durante o regime, resultando na edificação de um dispositivo carcerário monumental e imponente, de muros altos e janelas gradeadas, que se mantêm até à data. Contudo,

> "*os elementos arquitectónicos e escultóricos, que permanecem na antiga propriedade dos bispos do Porto, resistiram à depredação da segunda metade do século XIX. (...) A Quinta conserva as jambas de um dos portões da quinta (séc. XVI) e a portada barroca que serve a entrada lateral. Estes elementos permanecem fora o local original em virtude da construção da Estrada Municipal do Padrão da Légua a Santa Cruz do Bispo, projetada em 1901.*" [86]

Na transição para o século XXI, o terreno da antiga Quinta foi dividido para a construção da prisão feminina e em Janeiro de 2005, o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino é inaugurado, num regime especial semiprivado resultado da parceria entre o Estado e a Santa Casa da Misericórdia do Porto. A prisão foi construída num terreno de 32 000 m². O dispositivo tem uma lotação de 328 reclusas e é constituído por

86 - CARNEIRO, op. cit., pág. 88-89

0 200 m



quatro alas prisionais, cada uma com 82 lugares. A distribuição espacial das reclusas é feita através e dentro das alas conforme a condição jurídica de cada mulher,

> "*exceto as grávidas e com filhos, a cargo do Estabelecimento Prisional (...) que, independentemente da situação jurídica, ficam na ala 1, regra geral destinadas a reclusas de regime aberto. Na ala 2 ficam as condenadas com flexibilização da pena; na ala 3 as condenadas sem medidas de flexibilização da pena e na ala 4 as reclusas preventivas*." [87]

As alas são constituídas por celas individuais e celas comuns de seis pessoas, incluindo um pátio e uma cantina individual para cada ala de forma a ser mantida a segregação espacial das reclusas nas áreas comuns. No caso particular das mulheres em condição de maternidade, existem celas para mães e uma creche aberta de segunda a sexta com uma lotação de dez crianças até aos três anos, excecionalmente até aos cinco.



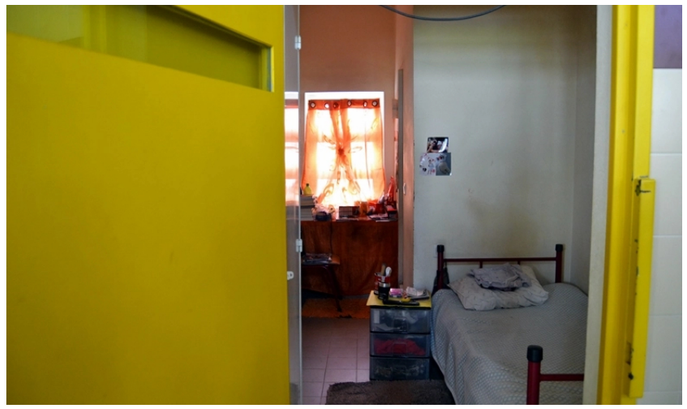
O regime seguido na prisão é muito disciplinado e restrito. É imposta uma rotina diária para todas as reclusas que começa às oito horas da manhã com o toque de "alarme". As reclusas têm de sair com a cela arrumada e dirigir-se para a cantina onde servem o pequeno-almoço. Às nove, têm a opção de ir para a escola, trabalho ou, quem não tiver atividade, ficar na sala de convívio até ao meio-dia, quando é servido o almoço. Obrigatoriamente por volta da uma hora da tarde têm de voltar para a cela. Às duas, repete-se a rotina da manhã, encerrando o dia com o jantar às seis e o encerramento das celas às sete.

No que diz respeito à promoção do ensino e da formação profissional das reclusas, a prisão dispõe de salas de aula, uma sala para professores, oficinas e atelieres, disponíveis e acessíveis para quem quiser ingressar. Nos programas comuns existe ainda um pavilhão polidesportivo, uma biblioteca/videoteca, lavandaria, refeitório, gabinete de estética, cabeleireiro, "supermercado",

87 - RODRIGUES, Vanessa, in: "Ala Feminina", Desassossego, 1º Edição, Lisboa, 2018, pág. 153

84 - FACHADA EP FEMININO

85 - CORREDOR DAS CELAS



86 - UNIDADE CELULAR

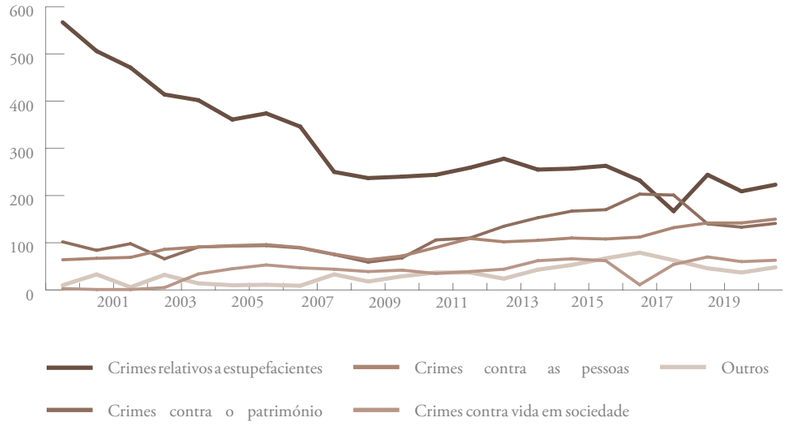
área dedicada à saúde, área para os serviços prisionais. O Estabelecimento Prisional providencia também várias atividades socioculturais e educativas que se têm demonstrado positivas na reabilitação das reclusas.

Apesar do Estabelecimento Prisional ter sido construído em 2005, já com a filosofia reabilitativa vigente, o pensamento arquitetónico e a conceção dos espaços prisionais ainda se assemelham aos outros dispositivos prisionais portugueses concebidos na filosofia punitiva do Estado Novo. A configuração das unidades celulares é reduzida ao mínimo, não provida de qualquer qualidade ao espaço que se demonstra despido e "tornado acolhedor" pela inserção de decoração por parte das reclusas. Nos espaços comuns, a inserção de cor e alguns padrões decorativos nos azulejos suavizam, mas não retiram a frieza e impessoalidade do espaço. As portas pesadas pautam o ritmo acelerado e distribuem as pequenas celas e os espaços comuns aparecem como espaços amplos e com mobília reduzida ao mínimo.

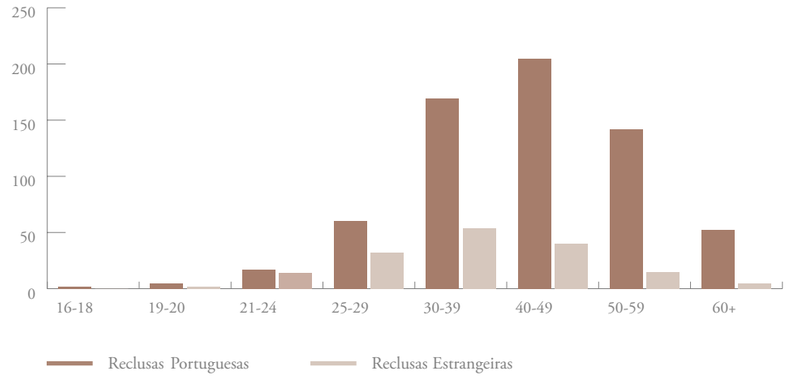


Numa ambiguidade entre a tipificação de uma prisão e a ligeira aproximação às prisões New Generation, o EP de Santa Cruz do Bispo diferencia-se do restante parque prisional português pela tentativa de melhorar as condições de vida da reclusão, principalmente atendendo à condição da mulher. Ainda assim, a arquitetura não perdeu a monumentalidade e imponência associadas aos espaços prisionais. Apesar da vasta área verde que rodeia o EP, as barreiras físicas impedem o contacto, os pátios são pavimentos com reduzidos elementos verdes e alguns lúdicos onde o gradeamento das pequenas janelas e os altos muros marcam o distanciamento das reclusas do exterior. Numa prisão onde a população é relativamente reduzida, sendo de mais fácil controlo e de aplicar o método de supervisão direta, a organização do dispositivo prisional feminino ainda segue os modelos estereotipados de prisão, demonstrando a desatualização dos espaços prisionais conforme a filosofia reabilitativa que rogam.

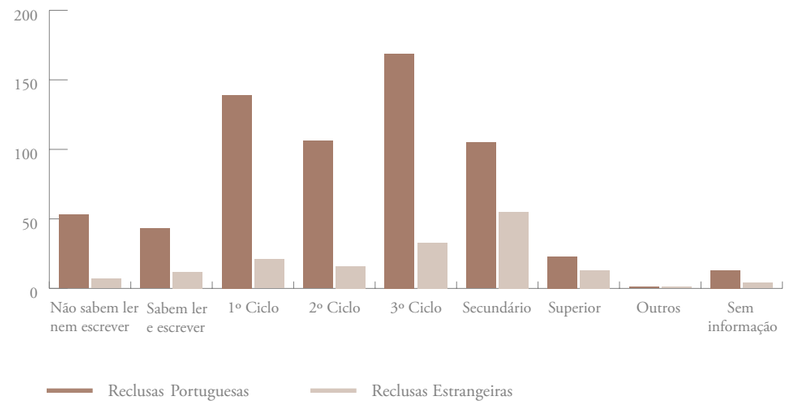
87 - GRÁFICO TIPOS DE CRIMES COMETIDOS




88 - GRÁFICO GRUPO ETÁRIO




89-GRÁFICO NÍVEL ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO




Relativamente à população reclusa feminina, analisar apenas as residentes do EP Feminino tornou-se difícil pela falta de dados específicos, de forma que a partir de uma análise geral e estudos anteriores pretende-se fazer uma aproximação aos dados sociodemográficos das reclusas, que também se aplicam em Santa Cruz do Bispo.

Começando pelas condenações da população feminina, realça-se uma maior incidência nos crimes relativos a estupefacientes, que embora tendo vindo a diminuir, mantêm-se como principal, seguidos de crimes contra as pessoas e crimes contra o património. Muitas vezes estes estão relacionados com os crimes de estupefacientes, quer seja o tráfico ou consumo próprio. Na encarceração feminina, a maioria dos casos está relacionada com o tráfico de droga e a prostituição.

Considerando as estatísticas de 2021, a população feminina em reclusão era de 814 mulheres, das quais 80% eram portuguesas e 20% estrangeiras. Relativamente ao grupo etário, que começa nos 16 anos, nota-se uma maior incidência nas reclusas entre os 30 a 50 anos, o que não quer dizer necessariamente que seja a idade com que foram condenadas uma vez que o tempo de prisão das penas nos crimes de estupefacientes é longo. Apresentam ainda um baixo nível de escolaridade/formação, tendo 60% da população apenas o ensino básico.

Esta caracterização sociodemográfica das reclusas não é arbitrária nem casuísta, advém antes do facto de grande parte das reclusas serem moradoras de contextos sociodemográficos empobrecidos e estereotipados, onde a relação entre o crime e o território é intrínseca. Num estudo de 2002, anterior à construção do EP Feminino, a antropóloga Manuela Ivone Cunha estudou a relação entre o local de residência e as reclusas na prisão de Tires. Das várias conclusões, a autora retirou que

90 - PRISON PHOTO PROJECT

91 - CORREDOR DAS CELAS

92 - UNIDADE CELULAR

> "*De facto, as reclusas das áreas metropolitanas não se distribuem ao acaso no seio de cada uma. Antes provêm sistematicamente dos mesmos bairros (...) a ponto de eu, sem me dar contar ou precisar contar, ter constituído com grande facilidade a partir da prisão uma cartografia mental dos segmentos espaciais mais fragilizados das cidades. Apesar de tudo, contei: 89% das reclusas da área metropolitana de Lisboa repartem-se por tais bairros, sendo semelhante a proporção referente à área metropolitana do Porto (86%).*" [88]

A padronização da população feminina reclusa, nem sempre, mas de forma generalizada/maioritária, está relacionada com o lugar e condição do seu contexto de residência. A presença maioritária de mulheres em reclusão provenientes do bairro do que de outros contextos urbanos deve-se, não só à posição e vulnerabilidade a que estão expostas no lugar de residência, como à relação que o próprio território estabelece com a instituição da prisão.



Como já foi referido anteriormente, os bairros sociais são caracterizados por várias fragilidades na sua demografia social. Particularmente no caso da mulher, para além dos baixos níveis de escolaridade/formação e a dificuldade de assegurar um emprego estável, a posição central nas famílias monoparentais é assumida pela mulher, exigindo delas o rendimento para suportar-se a si e à sua família. Inseridas no modo de vida a que Luís Capucha denominou de convivialidade,

> "*este modo de vida, de alguma forma aproximado ao que Oscar Lewis (1961) chamou "cultura da pobreza", integra famílias de rendimentos incertos, muitas vezes provenientes de economias comunitárias, incluindo atividades semi-ilegais ou ilegais. Estas famílias formam comunidades de residência urbana bem integradas e cujas atividades são susceptíveis de estar fortemente ancoradas em micro-sistemas económicos e culturais de base local.*" [89]

88 - CUNHA, Manuela Ivone, in: "Entre o Bairro e a Prisão. Tráfico e Trajectos", Ebook Etnográgica Press, Cap. 2, Parágrafo 30

89 - CAPUCHA, 2004, op. cit., pág. 261

93, 94 - ESTABELECIMENTO PRISIONAL SANTA CRUZ DO BISPO FEMININO

A necessidade financeira para sustentar a família e/ou alcançar um estatuto social no emprego ou na comunidade, que pelos padrões da sociedade capitalista de hoje exige rendimentos altos, leva à tentação do dinheiro rápido dos mercados de droga e prostituição que encontram nas ruas do bairro, embora seja de elevado risco. Assim como a familiarização que a comunidade do bairro tem vindo a estabelecer com a prisão atenua o "medo" ou a "estigmatização" sofrida pelo encarceração, pelo menos dentro da comunidade.

Como perspetiva de reabilitação, são várias as reclusas que dizem que não vão regressar, mas a realidade aponta para a sua reincidência. Sendo que saem da prisão sem qualquer apoio, inseridas de novo no mesmo meio urbano disruptivo, as opções agora com o rótulo acrescentado de "ex-reclusa", as portas para o mercado de trabalho fecham-se ainda mais. A probabilidade de voltar ao mesmo meio de subsistência, que as levou à privação de liberdade a primeira vez é alta e a mais esperada.



"*(...) também é à peça, em mil, eu salvo um. Depois de tu entrares no crime a sério, como a prostituição: "Dr. Pinto, por amor de Deus, você está-me a propor o quê, eu ganho 350 euros por dia, você está-me a dizer para eu ganhar 700 euros no Pingo Doce a trabalhar como uma moura? Desculpe lá." Nunca tirei, tirei uma moça da prostituição só, uma, uma história incrível. Estou aqui há muitos anos e é muito difícil.* " [90]

90 - PINTO, 2022; op. cit.

Centro Educativo de Santo António

Menores

95, 96 - Quinta de Santo António das Águas Férreas pertence aos Sousa e Melos

Secção masculina recebe primeiros menores

Inauguração secção feminina

Passa a designar-se Organização Tutelar de Menores

Centro Educativo de Santo António

1840 1880 1900 1910 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1980 1990 2000 2010 2020

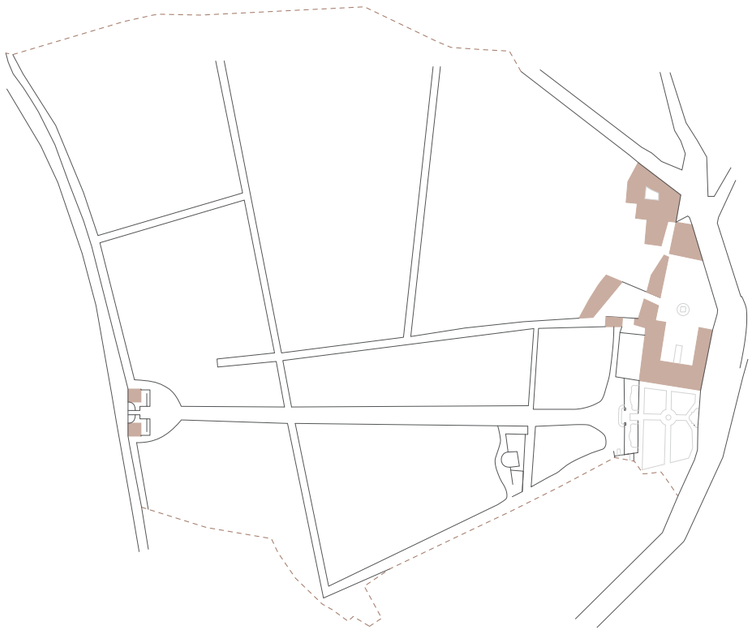
Instala-se o Hospital Militar do Porto até 1869

Aquisição da Quinta pela Congregação das Franciscana de Calais

97 - Tutoria Central da Infância do Porto

98 - Obras de conservação e beneficiação dos edifícios da secção masculina

Extinção da secção feminina, edifício desativado



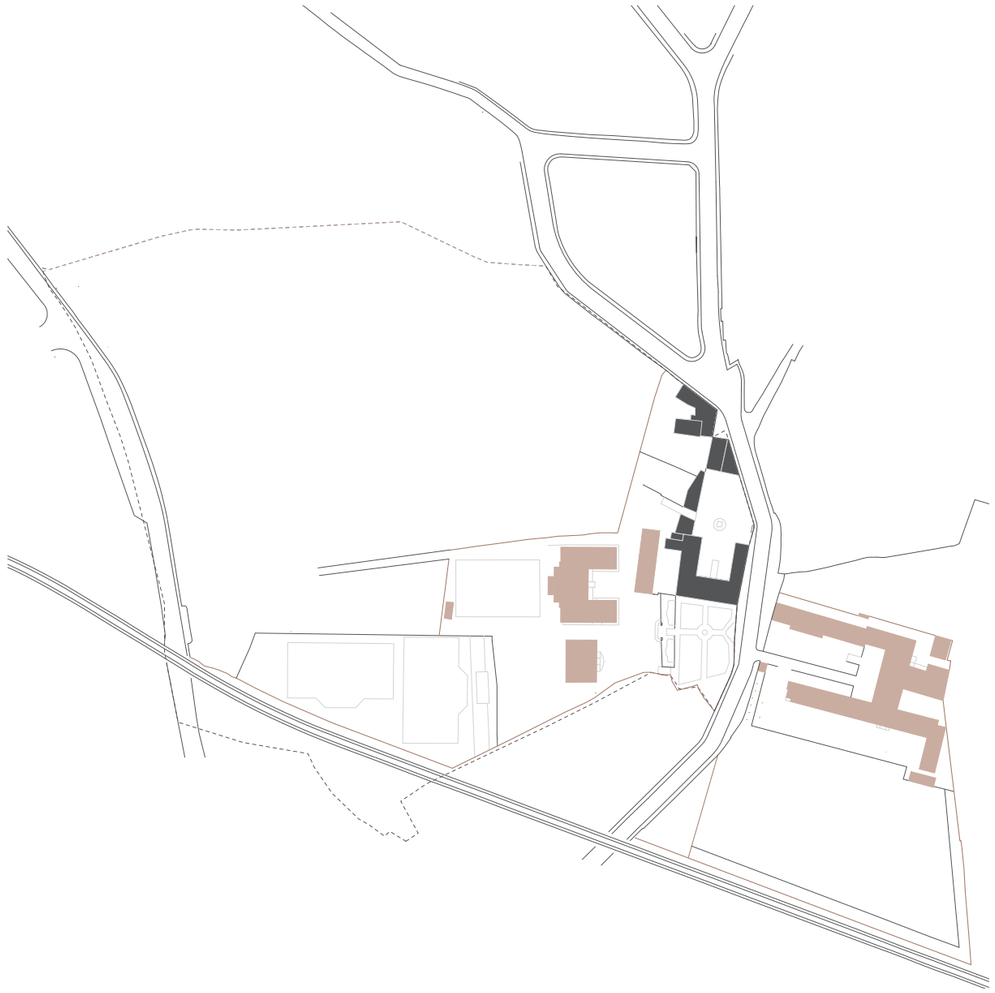

O atual Centro Educativo de Santo António tem uma longa história como instituição dedicada à educação de menores "desfavorecidos". Remontando ao século XIX, a propriedade era conhecida como a Quinta das Águas Férreas que pertencia à família dos Sousa e Melo. Com vastos terrenos agrícolas e selvagens,

> "*A propriedade teria pelo menos vários acessos; um, pelo lado nascente no ponto mais alto do terreno junto à Igreja da Lapa, que dava início a um percurso paisagístico de alto valor cenográfico, com um mirante volta para o mar e para os campos lavrados, das hortas, jardins (...) em direção à porta de acesso a antiga estrada de Cedofeita. O acesso à residência fazia-se através de uma porta lateral em direção ao pátio de honra (...), com chafariz ao centro.*" [91]

A casa tem a forma de U, com a fachada principal virada a Sul e complementada por um jardim esculpido/desenhado. Esta parte da Quinta, tanto a casa, como entrada e jardim ainda se encontram presentes no lugar, apesar das alterações feitas ao longo do tempo. "*Após a morte do seu proprietário, a casa passou por sucessivas mãos até ser adquirida em 1880 pelas Franciscanas de Calais, que aí fundam Convento*". [92] A Congregação das Franciscanas de Calais, procurando a sua expansão na cidade, instalam o segundo estabelecimento de ensino dedicado a menores na antiga Quinta. A instituição era dedicada à educação de menores do sexo feminino e manteve-se neste registo até 1910, quando é publicado o decreto lei que extingue as congregações, passando os bens para a guarda e posse do Estado. Em 1912, a antiga Quinta é cedida ao Ministério da Justiça e são feitas as obras de modificação para a instalação da Tutoria Central da Infância do Porto, recebendo os primeiros menores no ano seguinte. Pouco depois, em 1926, são iniciadas novas obras de melhoramento dos espaços e a instalação no terreno lateral da secção feminina, antiga Quinta de José de Vieira de Carvalho.

91 - CARNEIRO, op. cit., pág. 69-70

92 - LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – "A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária", Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 19








Com a subida do Estado Novo ao poder na década de 30, a Tutoria do Porto, semelhante aos outros dispositivos da justiça, assumiu um caráter representativo do regime autoritário na educação dos "reclusos" menores. Condenados por delitos como a mendicidade, comportamentos desviantes, e nas raparigas a "prostituição", os menores provinham "*de meios sócio-culturais permeáveis a factores de deterioração do processo de formação das identidades*", [93] associados aos contextos urbanos empobrecidos como os bairros sociais. Se por um lado no caso dos adultos com a personalidade já formada e de maior dificuldade de adestração eram impostos meios e castigos desumanos, no caso dos menores, de maior vulnerabilidade e cuja personalidade ainda está em formação, os métodos a que eram sujeitos não eram mais brandos na moldação à imagem do "homem de bem" do regime. Semelhante aos dispositivos prisionais,

> "*a grande máxima as Tutorias não nos permite esquecer o seu cariz de fábrica correctora de corpos, cérebros e almas: "Educação e Trabalho". Podemos mesmo avançar que, a par da doutrinação ideológica, de forte cunho religioso, e da repressão física (...), a formação profissional forçada dos menores formavam a tríade socializadora da instituição, princípios em tudo consentâneos com a superestrutura ideológica do regime.*" [94]

A instituição corrigia ou moldava os menores através da imposição da moral, do trabalho e da repreensão através do castigo físico. A entrada dos jovens na instituição começava com um processo de admissão, onde rapavam o cabelo aos menores e eram providos os uniformes – era iniciado o processo de despersonalização e uniformização dos menores. Prosseguiam para um tempo de isolamento onde era pretendido passarem por uma reflexão sobre o seu passado, enquanto eram submetidos simultaneamente a exames psicológicos e sociais para ser traçado o perfil dos menores. Para além dos próprios exames, os espaços onde estes decorriam eram

93 - TEIXEIRA; CARMO, op. cit., pág.67

94 - ibid., pág. 32

101 - DORMITÓRIOS

102 - SALSAS DE EXAME

103 - CASAS DE BANHO

em si mesmo intimidativos na sua organização, "*ressaltam, aos olhos do investigador, a sucessão de aparelhos de medição, a neutralidade aparente, quase "fria", da atmosfera, o ambiente propício ao rigor e à crua objetividade*." [95] Estes procedimentos serviam posteriormente para estruturar a organização dos jovens nos espaços da instituição. Particularmente no caso das raparigas, eram divididas em três grupos – as virgens, as não virgens mas sem tendências para se prostituírem e as menores "prostituídas" (violadas) ou que manifestavam tendência para se prostituírem. Também no dia a dia,

> "*A ocupação permanente era uma das estratégias utilizadas para que, aos menores internados, não sobrasse tempo para urdir fugas ou conceber quaisquer estratégias de resistência. Impedia igualmente, por outro lado, a reconstituição e energias que sustentassem um retorno a si, à reflexividade e à auto-estima.*" [95]

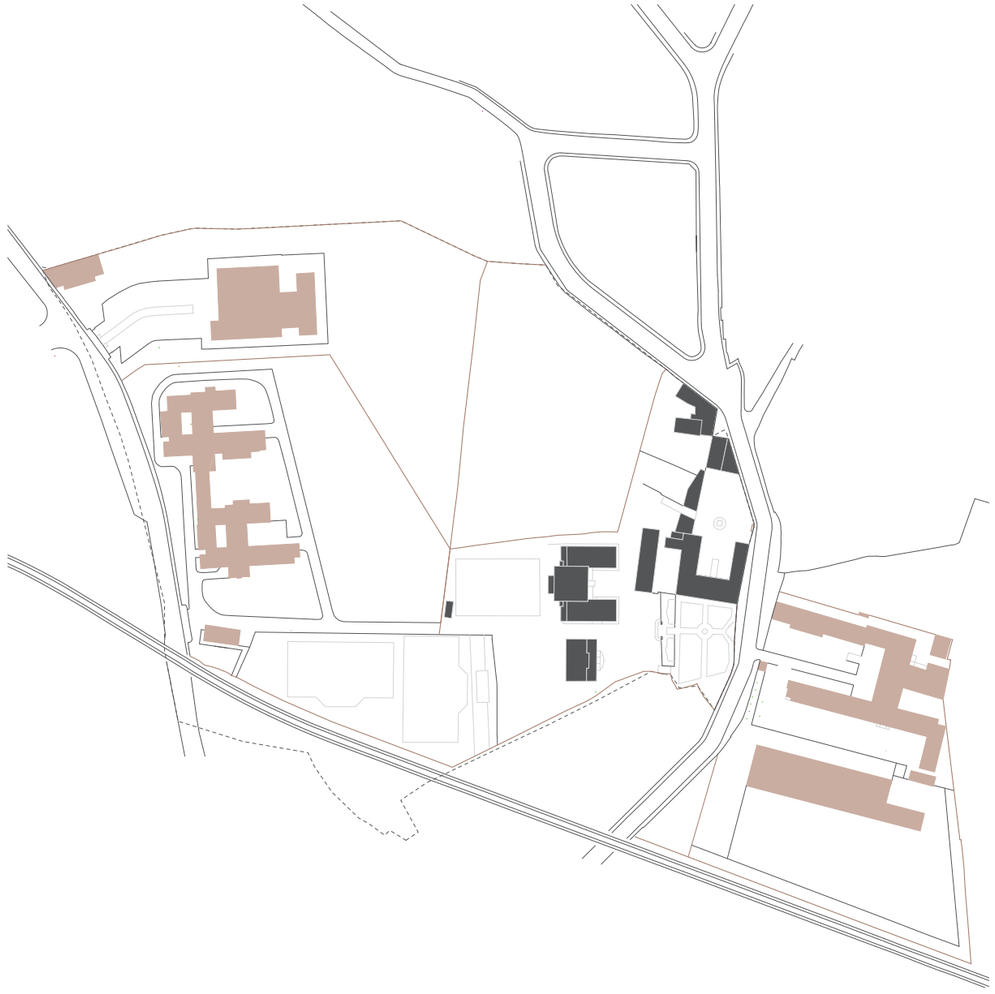


Acreditando na disciplina e na formação profissional como meios ressocializadores dos menores, a rotina começava às sete da manhã com o sino de despertar. Iniciavam o dia com as tarefas domésticas e a limpeza dos espaços até às oito da manhã, quando era servido o pequeno-almoço. Posteriormente seguiam para a escola, quem não tinha completado a quarta classe, e os outros para o trabalho, que era distribuído entre os sexos pela visão estereotipada do regime. Todos os movimentos eram vigiados e corrigidos permanentemente, até o lazer dos menores era restringido e censurado. Nesta perspetiva e dado o número de fugas da instituição, não é de difícil compreensão que a instituição, controlada pelo Estado, não procurava atender ao processo de desenvolvimento dos jovens e à sua construção individual, mas funcionava antes "*como um interessante "exército de reserva" para as classes possidentes: mão-de-obra minimamente qualificada e, acima de tudo, domesticada por anos e anos de dominação.*" [97]

95 - TEIXEIRA; CARMO, op. cit., pág. 40

96 - ibid., pág. 53

97 - ibid., pág. 62



0 50 m

Nas décadas de 50/60, são feitas novas obras de conservação e beneficiação dos edifícios e a instituição passa a designar-se Centro de Observação, assumindo três novos regimes: internato, semi-internato e ambulatório. Posteriormente, em 1968, são construídas pelo gabinete do arquiteto Raul Lima novas instalações para o regime de semi-internato, adjacentes ao Tribunal Central de Menores do Porto.

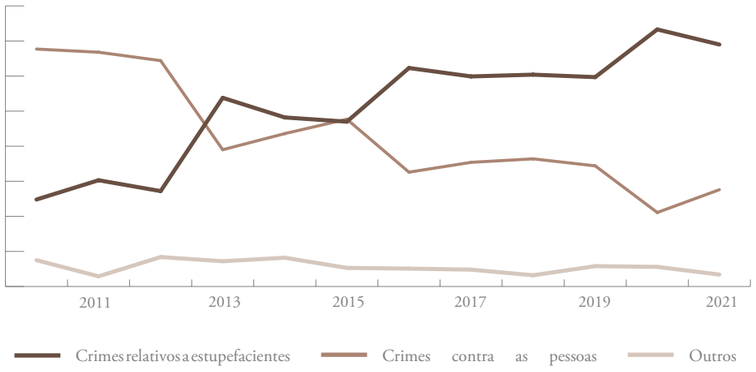
Os espaços de privação de liberdade dedicados aos menores na altura do regime fascista em Portugal eram caracterizados pela impessoalidade e frieza, da mesma forma que era aplicada aos adultos - os espaços dedicados aos menores não tinham qualquer especificidade nem característica que os aproximasse às necessidades do desenvolvimento da infância. Desta forma,

> "*Talvez se perceba, se sinta, quiçá se compreenda, até mesmo por empatia, o sentido de um destino de onde foi erradicado o imprevisto, o golpe de asa da mudança, onde os papéis sociais se reduzem aos que são impostos, por uma sucessão pré-programada. Assimilados ou resistindo, em diferentes graus, os internos viam-se privados de si mesmos. Existiam, mas a maior parte das vezes estavam socialmente mortos.*" [98]

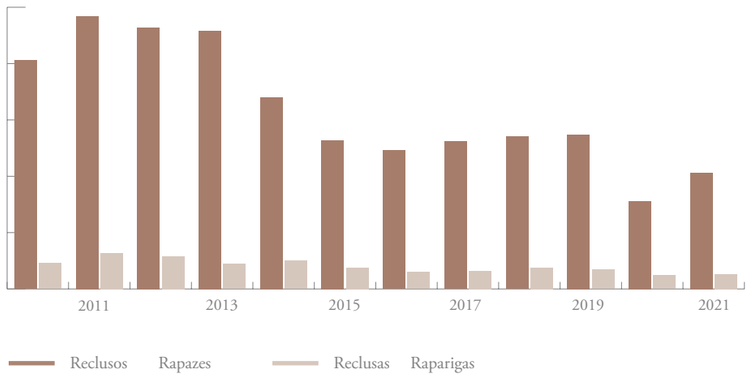
Posteriormente ao fim do Estado Novo, as obras dos lares de regime semi-internato continuaram, terminando apenas em 1983. Na década de 90, a instituição passa para o Instituto de Reinserção Social, sendo estabelecida uma nova organização e denominação. A secção feminina foi desativada, perdendo o caráter misto do centro. No ano 2000, são feitas obras de remodelação na antiga secção feminina, e em 2005 são inauguradas as novas instalações do Centro Educativo de Santo António, resultante do abandono da Quinta para a propriedade fronteira. A prisão de menores continua a funcionar com os três regimes, e os espaços, apesar do fim do regime, pouco se afastam da sua conceção.

98 - TEIXEIRA; CARMO, op. cit., pág. 75

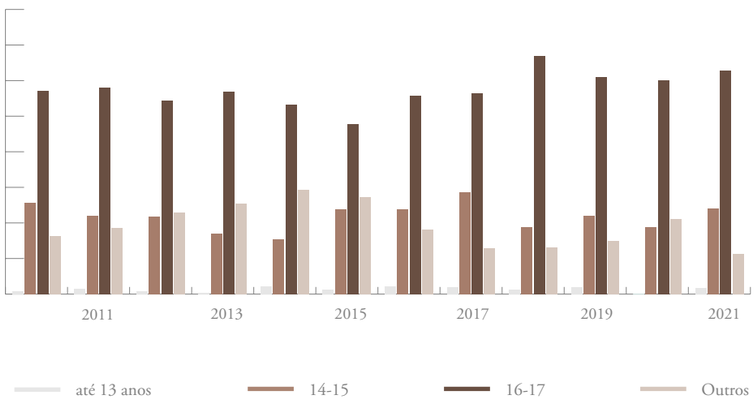
105 - GRÁFICO TIPOS DE CRIMES COMETIDOS




106 - GRÁFICO SEGUNDO SEXO




107 - GRÁFICO NÍVEL ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO




Analisar a população de menores sob tutela da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais torna-se difícil devido à falta de dados e pouca informação pública sobre o Centro Educativo de Santo António. De forma geral, o tipo de crimes divide-se em três, sendo os crimes contra o património e crimes contra as pessoas a maioria praticados pelos menores. No decorrer da última década, houve um aumento progressivo dos crimes contra o património, como furto, roubo e burla, e um decréscimo dos crimes contras as pessoas, como ofensas físicas, violação, violência doméstica, etc. Relativamente aos crimes relacionados com estupefacientes não existe informação visto que estão agrupados nestas três categorias.

Quanto aos dados sociodemográficos dos menores, o número de internados masculinos sempre foi superior aos femininos, tendo em 2021, 103 rapazes sobre a tutela do IRS e apenas 13 raparigas. Esta discrepância e o baixo índice de menores do sexo feminino pode justificar o encerramento da secção feminina do Centro Educativo de Santo António.



No que diz respeito ao grupo etário, a incidência maior é nos jovens entre 16 e 17 anos, idade de transição na qual já podem cumprir a pena, em casos extremos, para a prisão. Seguindo-se o grupos entre 14 e 15 anos. Há que referir ainda o grupo etário com idade igual ou superior a 18 anos, ainda em cumprimento de pena. Por fim, o grupo com muito baixa incidência, de 1 ou 2, até aos treze anos. Há várias teorias e justificações para o comportamento desviante associado à delinquência juvenil, sendo que, uma delas é

> "*A influência do ambiente no aparecimento de comportamentos desviantes (...) considerando como factores de risco a existência de violência doméstica ou no bairro, o abuso de álcool, o envolvimento no tráfico de droga, a posse de arma e a associação com adolescentes e/ou adultos delinquentes.*" [99]

99 - BENAVENTE, Renata, in: "Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia", Análise Psicológica, V. 20, N.4, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA), Lisboa, 2002, pág. 639

Apesar da delinquência juvenil não ser unânime a uma classe ou contexto urbano, há contextos sociais, particularmente onde a pobreza e o ambiente desviante estão mais concentrados, que influenciam e moldam o comportamento dos jovens para a tendência para as práticas criminais. No caso dos bairros sociais, o convívio com o ambiente disruptivo, a vivência com familiares ou amigos que já ingressaram nas práticas criminais, assim como o insucesso escolar e a dificuldade de entrada no mercado de trabalho, projetam "amarras" nos jovens e facilitam o ingresso nas atividades ilícitas.

Dos poucos estudos/estatísticas da relação entre a taxa de criminalidade dos jovens e o seu lugar de residência, tem-se demonstrado preocupante a influência do ambiente urbano onde crescem no modo de vida que tomam. A ingressão desde cedo nas prisões de menores e a perpetuação para a prisão de adultos é algo que se tem verificado geracional, estando os bairros sociais associados a mercados de droga e de bens ilegais há vários anos.



"*este caldo, este ninho, era uma coisa que de antes não era muito visível, mas que agora os "putos", já mesmo as gerações pequeninas, já estão naquela de bandido: "tenho estatuto porque sou bandido, porque se não for bandido não tenho estatuto." Isto nos bairros, então no Cerco é de "chorar".*" [100]

100 - PINTO, 2022; op. cit.

Sede da Polícia Política no Porto

Política

110 - Estado adquire a propriedade como Sede da PIDE

"Lançamento da primeira pedra" do projeto Do Heroísmo à Firmeza

Inauguração do Museu Militar do Porto

1830 1840 1910 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1980 1990 2000 2010 2020

Palacete pertence a D. Maria Coimbra

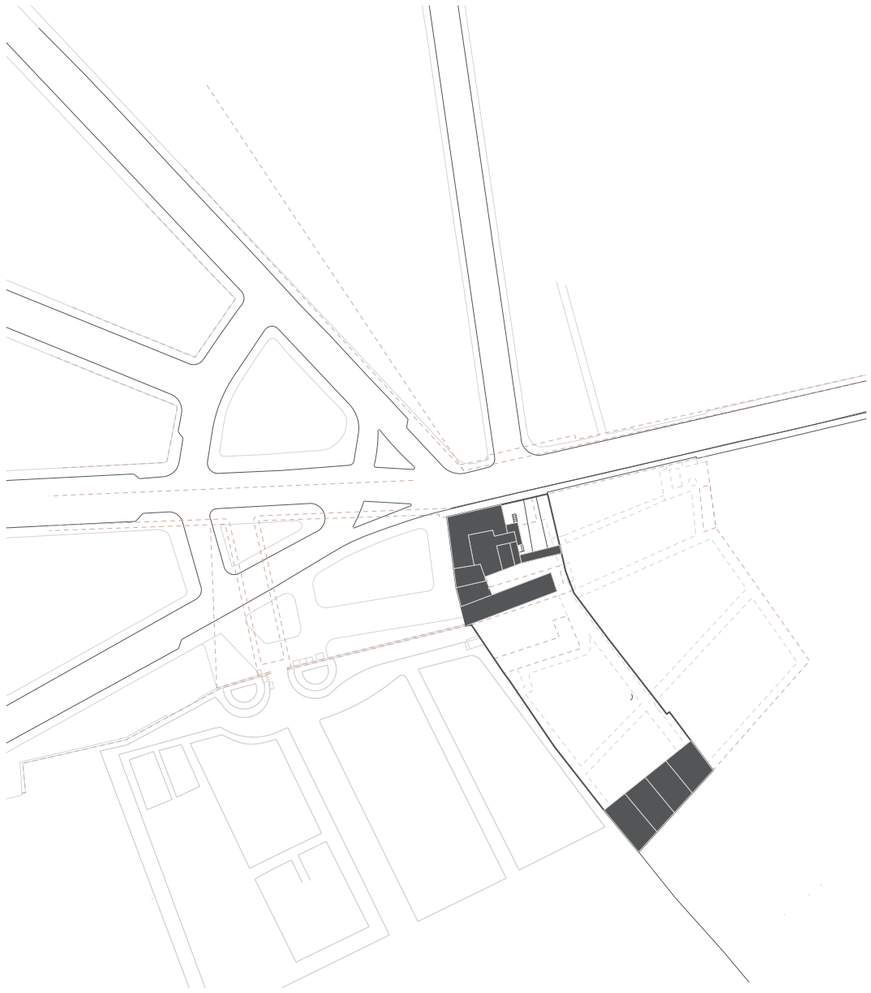
Propriedade arrendada a uma comunidade de freiras espanholas

Estado aluga a propriedada para a instalação da PVDE

111 - Tomada de posse da propriedade pós 25 de Abril

Propriedade cedida para instalação do Museu Militar do Porto

**DURAÇÃO DO ESTADO NOVO**
**REGIME FASCISTA**



0 50 m

LEGENDA

Limites antigos da Quinta

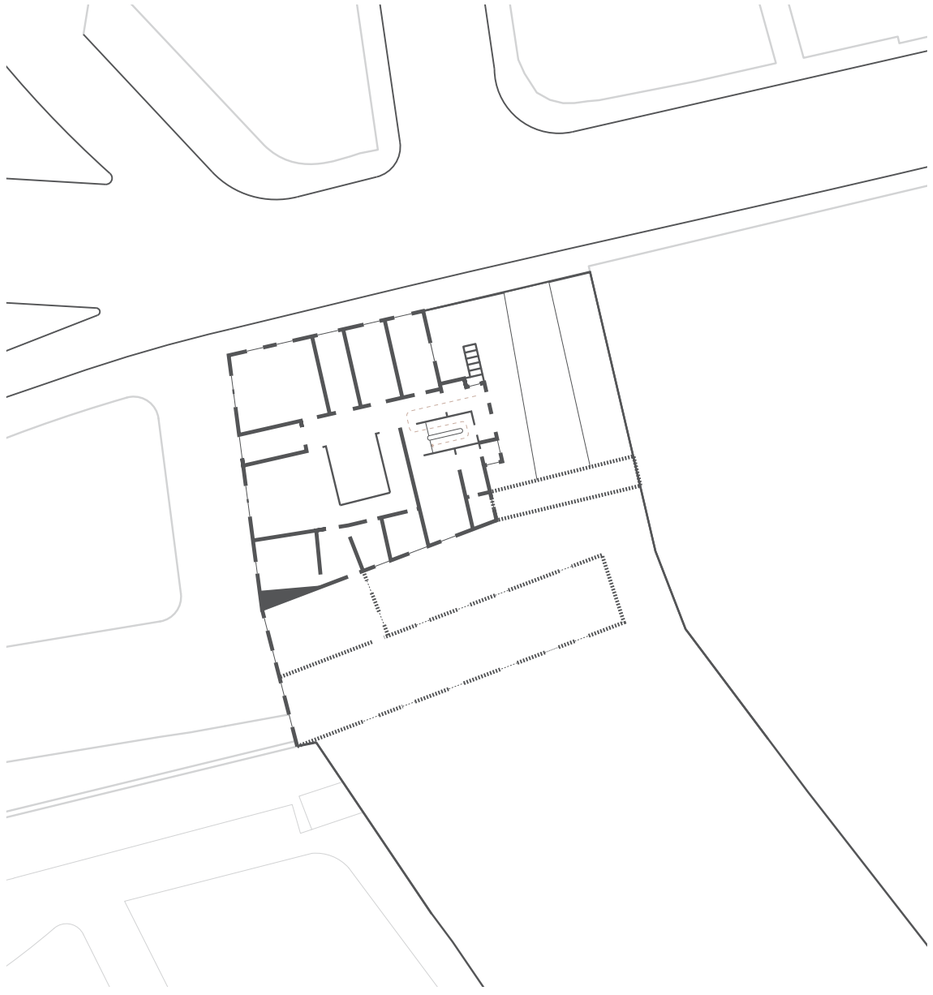
O Museu Militar do Porto deteve várias funcionalidades na sua história, começando como uma habitação oitocentista, transformando-se numa prisão política da PIDE, até à conversão na atual vertente cultural que desempenha. De todas, destaca-se o período sombrio como Sede da PIDE pelo seu caráter prisional e influências políticas e sociais que marcaram as pessoas e a cidade. Quanto à funcionalidade da propriedade anterior à instalação da PIDE existe pouca informação. Em 1892, segundo a planta topográfica de Teles Ferreira existia uma casa e uma construção anexa no lugar do Museu. Em 1895, a propriedade pertence a D. Maria Coimbra que pede à Câmara do Porto autorização para reconstruir a casa e posteriormente os anexos para a sua sobrinha. Em 1932, após a sua morte, a casa é arrendada a uma comunidade de freiras de origem espanhola até 1936. Em 1938, o Estado aluga a propriedade para a instalação da PVDE, acabando por adquirir a mesma em 1948, já para a PIDE.

Em 1933, foi criada a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado). Com várias semelhanças às polícias políticas de outros regimes ditatoriais europeus vigentes, a PVDE despontou o início do controlo das atividades e da liberdade de expressão por parte do Estado, e do que viria a ser a funcionalidade da PIDE criada em Portugal em 1945. No contexto europeu,

> "*todas essas políticas fascistas e nacional-socialistas, foram extintas com a derrota desses regimes ditatoriais e totalitários, no final da Segunda Guerra Mundial (...) Em Portugal, terminando esse conflito, a polícia política ficou não só com um novo nome, passando a designar-se por Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), como ganhou novos poderes.*" [111]

Começando rapidamente a instalar vários postos pelo país, o Estado aluga a propriedade da antiga casa de campo para a instalação da Sede da PIDE/DGS no Porto, acabando por adquirir a tutela da mesma em 1948.

111 - PIMENTEL, op. cit., pág. 31




113 - SEDE DA PIDE - PISO DE ENTRADA

Da organização e configuração espacial do edifício durante o funcionamento da PIDE, poucos e vagos são os traços que os espaços contêm das vivências na prisão política. Propositadamente ou não, na sua transformação para Museu Militar foram apagados e demolidos os espaços de privação de liberdade onde várias pessoas foram encarceradas, interrogadas e torturadas. No entanto, através de testemunhos de quem lá passou e das memórias que não se apagam, é possível construir uma perceção do percurso dos presos e dos seus dias na prisão política sob a tutela da PIDE.

O edifício principal encontrava-se situado à face da rua, fazendo frente na Rua do Heroísmo e no Largo Soares dos Reis. Integrando parte do antigo palacete, o edifício era constituído por três pisos e uma "cave", divididos por funções. O piso de entrada, instalado a meio piso de altura do terreno, e o segundo piso eram dedicados a funções e serviços administrativos -"*Nesta delegação da polícia política tratava-se de passaportes, executavam-se escutas telefónicas, gravações, entre outras funções análogas às da sede, em Lisboa*." [112] O terceiro piso era dedicado às salas de interrogatórios e de tortura. E, por útimo, o piso da cave, a meio piso enterrado da altura da rua, era a área prisional, onde se situavam as celas não pagas.

Adjacente ao antigo palacete, existia um telheiro onde eram abrigados os carros, que segregava a entrada pelo portão e o interior do terreno. Passando o telheiro, existia um outro edifício de dois pisos que foi demolido após o 25 de Abril, onde se localizavam as celas pagas. No limite Sul do terreno, situava-se ainda uma outra construção, ainda presente hoje, que integrava as celas coletivas, para quando a PIDE fazia grande número de detenções. Entre estas duas construções, existia uma horta que seria onde os presos faziam o seu passeio higiénico, quando eram autorizados. A entrada na Sede era feita pelo portão da Rua do Heroísmo, e subindo a escadaria lateral a Este entrava-se no primeiro piso. Rapidamente conduzidos pela escada esguia à esquerda,  os presos eram levados para o andar da "cave".

112 - BRITO, Joana, in: "Patrimonialização e Musealização da Memória da Violência Política Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. A Delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto", Dissertação e Mestrado em Património Cultural e Museologia, FLUC, 2022

LEGENDA

1 Sala da Fotografia

2 Impressões digitais

3 Sala de Enfermaria

Celas não-pagas

Celas pagas

Percursos dos presos

Edificado Demolido

No piso meio-enterrado, situavam-se as celas não pagas, umas instalações sanitárias e a enfermaria. À chegada, passavam por uma primeira sala de receção, onde eram identificados e registados. Seguidamente eram conduzidos para a sala de fotografia e no corredor eram retiradas as impressões digitais. Terminado o processo de registo de cadastro, eram conduzidos para as respetivas celas. Nessa ala, especula-se que os outrora antigos espaços amplos da casa foram segregados em pequenas unidades celulares. De reduzida dimensão, todas continham uma janela, ainda que impedida a visão para o exterior, à exceção da considerada pelo testemunho de Nuno Neves, "*a pior cela, a central, que não tinha guaritas para a rua e ficava todo o dia às escuras*." [113] No edifício adjacente, das celas pagas seguiu-se a mesma lógica. Maria José Ribeiro, presa política por três vezes, descreve o espaço onde permaneceu como o "quarto especial", onde estiveram várias presas políticas.

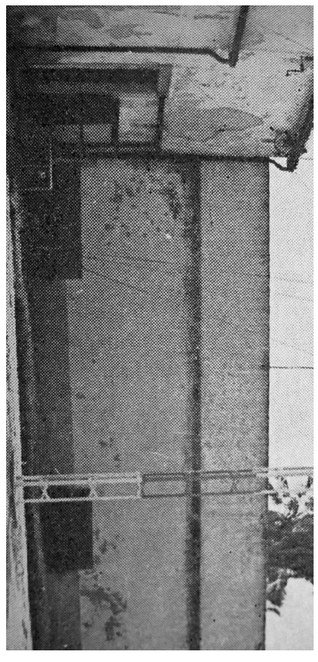
> "*Era um quarto muito pequenino, uma salinha que tinha uma cama e contava três passos curtos entre a cama e a parede. Havia nesta, um recanto com uma janela com grades que dava para um pátio interior, onde cabia uma mesinha e uma cadeira.* (...) *Estava tudo fechado e como não havia forro, mas havia muito calor... colocaram uma rede na janela, mas ela estava calçada e a gente não abria mais que uma greta. Nem nós olhávamos cá para fora nem o ar entrava. (...) Era um espaço insuportável, com ratos que entravam pelas frinchas todas*." [114]

Apesar da morte de dois presos que levou a um inquérito das condições dos espaços pelo próprio governo e das várias queixas por parte dos presos das condições das celas e da utilização de celas desumanas, nomeadamente as "*que ficavam por baixo do vão da escada, relativamente às quais a PIDE afirmou que já não eram utilizadas, a não ser "em casos absolutamente excepcionais ou por imposição de sanções disciplinares*"",[115] os espaços mantiveram-se iguais durante os trinta anos de permanência do regime.

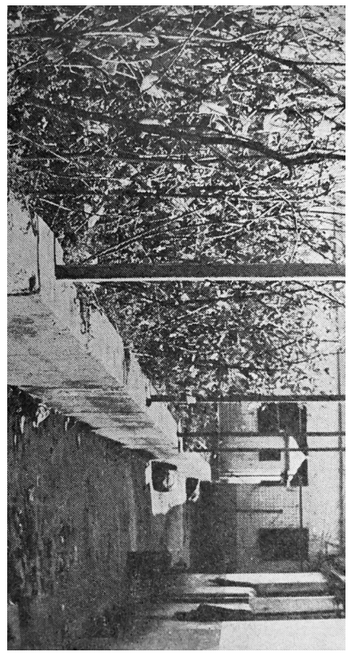
113 - NEVES, Nuno, in: "O Falso Testemunho", Campo de Letras, Porto, 2003, pág. 51

144 - RIBEIRO, Maria José - in: GOMES, op. cit., (não paginado)

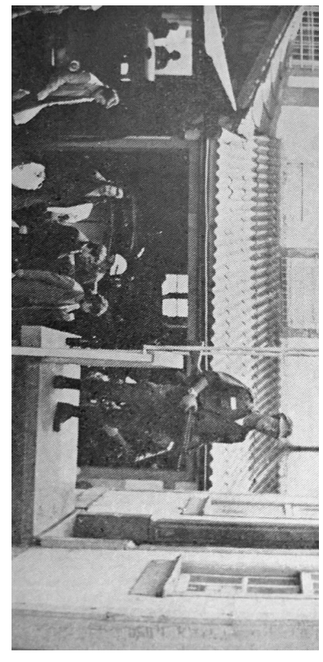
115 - PIMENTEL, op. cit., pág. 433



118 - EDÍFICIO SUL, CELAS COLETIVAS

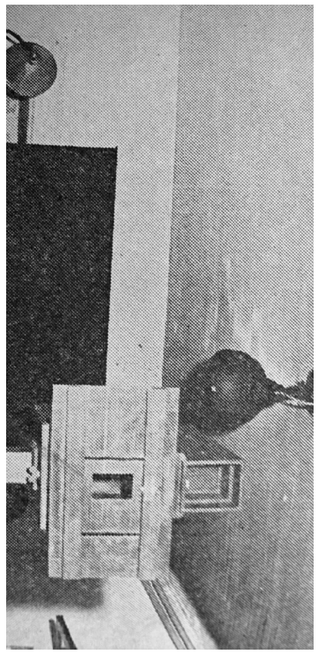


117 - “HORTA”

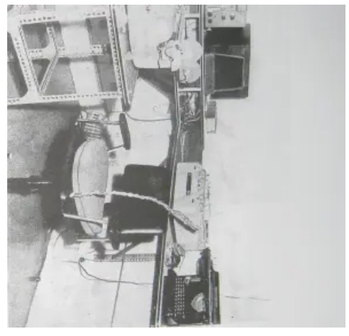


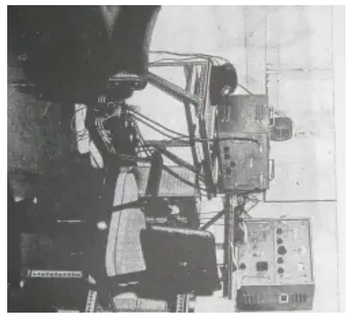
116 - ENTRADA ESCADA ESTE

115 - FACAHADA RUA DO HEROÍSMO

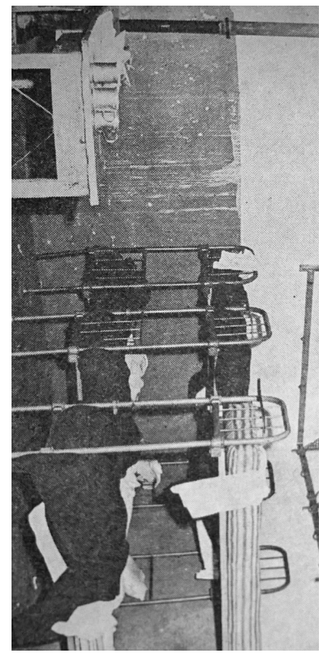


122 - SALA DA FOTOGRAFIA

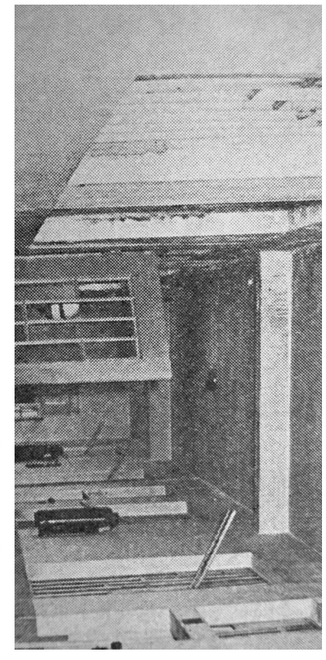




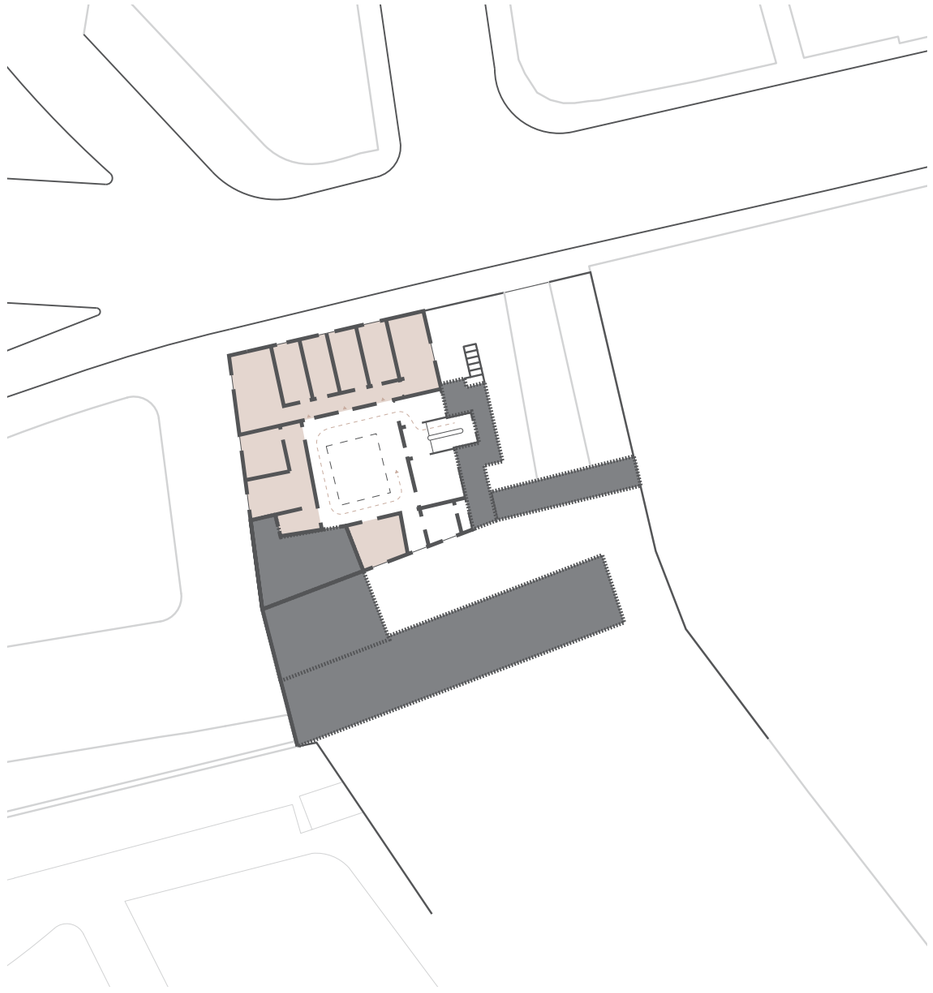
121 - GABINETES /
SALAS DE INTERROGATÓRIO



120 - CELAS COLETIVAS, EDIFÍCIO SUL



119- CORREDOR




123 - SEDE DA PIDE - ÚLTIMO PISO

Apesar do suposto regime facilitado para os presos políticos, eles passavam a grande parte do seu tempo nas celas, restringidos e isolados, e por vezes tinham direito a um passeio higiénico de cerca de uma hora. Além disso, durante o tempo de permanência e pelo caráter de prisão política, os presos passavam por vários interrogatórios que se conduziam no terceiro piso da sede. A ala a Norte, por cima das celas, era constituída por seis salas de interrogatórios. E ainda, na ala oposta, é "conhecida" a sala de tortura, onde os presos eram submetidos aos métodos de tortura por parte dos agentes da PIDE de forma a obter informação ou "corrigir" o comportamento dos presos.

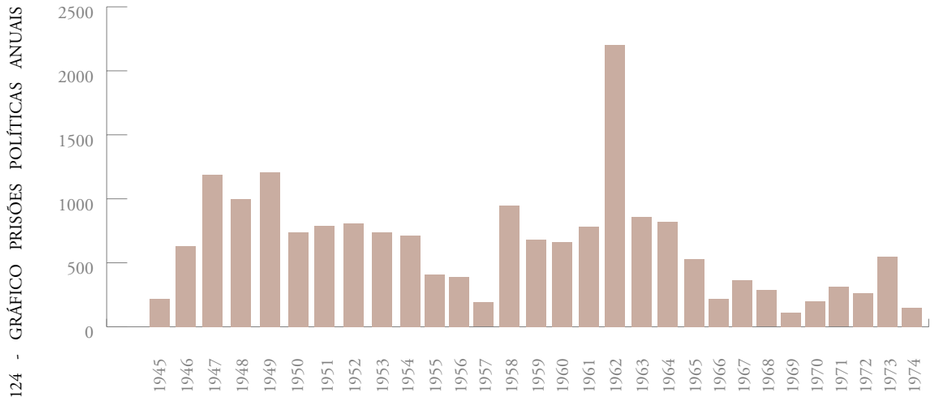
Irene Pimentel, historiadora do período do Estado Novo, define três lógicas do sistema de encarceração executado pela PIDE: a de autoridade e da afirmação, que demonstra o poder de quem manda; a de neutralização, que separa os criminosos da sociedade; e a de diferenciação social, que visa a reabilitação dos criminosos. As duas primeiras formas de encarceração eram exercidas pela PIDE através do controlo exaustivo e da presença omnipresente tanto no espaço público como dentro das prisões políticas. A terceira era exercida dentro dos espaços de privação de liberdade, visando a conversão dos presos aos ideiais políticos e sociais do regime. A autora conclui que

> "*a prisão, inserida no sistema e justiça política existente em Portugal durante a Ditadura, era uma combinação de todas elas, consoante se tratava de lidar com a população, com simpatizantes, militantes de base, compagnons de route do PCP e opositores não comunistas ou com os dirigentes e funcionários do PCP/grupos e movimentos de extrema-esquerda e de luta armada.*" [116]

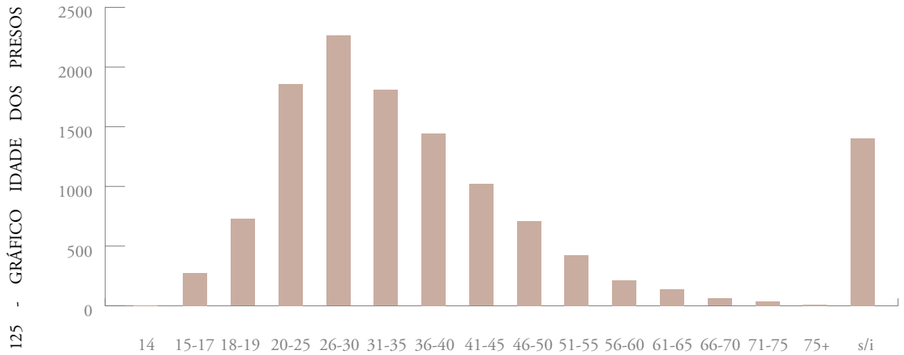
Durante o período do Estado Novo e a instalação da PIDE, foram efetuadas uma média anual de 627 prisões políticas. Houve períodos em que o número de prisões se destacou nomeadamente

116 - PIMENTEL, op. cit., pág. 416

124 - GRÁFICO PRISÕES POLÍTICAS ANUAIS




125 - GRÁFICO IDADE DOS PRESOS




126 - GRÁFICO SEXO DOS DETIDOS

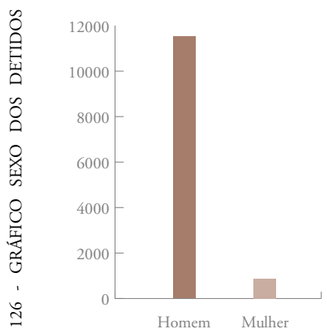
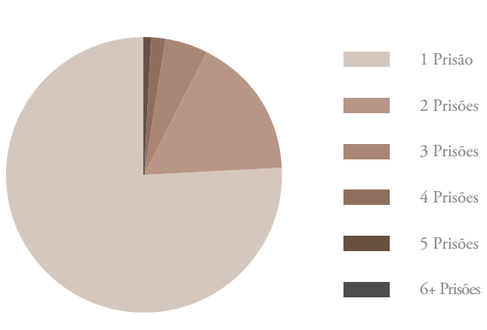



GRÁFICO NÚMERO PRISÕES




no início do regime e primeiro período da crise (1945-1949), nas eleições presidenciais de 1958 seguido do segundo período da crise (1958-1962), e ainda durante o início da Guerra Colonial (1961-1964). O abrandamento das prisões políticas só se verificou durante o período marcelista. Destes dados retira-se que "*as prisões realizadas pela PIDE foram tanto mais numerosas quando se tratam de anos de crise do Estado Novo.*" [117] Não obstante, a média anual de prisões não equivale ao número de pessoas detidas, uma vez que vários foram presos mais do que uma vez, chegando até a alguns serem detidos seis vezes, ainda que raros os casos. Quanto ao sexo dos presos políticos, há uma discrepância grande entre homens e mulheres, o que

> "*não é de espantar que num país como Portugal, em que a maioria das mulheres era considerada "doméstica" e era remetida para as tarefas do lar, apenas poucas tivessem tido uma atuação política contra o regime e, por conseguinte, sido presas pela polícia política.*" [118]



É de relembrar que a grande maioria dos presos nestas condições estavam ainda em prisão preventiva, não condenados. "*Diga-se que, no período entre 1945 e 1974, apenas 15% dos detidos pela PIDE/DGS foram a julgamento.*" [119] Sendo o máximo de tempo de prisão preventiva seis meses, numa amostra de cerca de 1800 presos, vemos que o regime não respeitava a lei. Grande parte dos presos permaneceram mais do que os seis meses encarcerados, acabando mesmo por nem serem acusados nem irem a julgamento.

Em 1974, com a Revolução de Abril e a queda do regime político, a PIDE/DGS é extinta e o edifício perde a sua funcionalidade como sede da polícia política. Passados dois anos, o edifício é cedido para a instalação do Museu Militar no Porto, projeto que já andava a ser alvo de debate desde 1920 após a exposição do pintor portuense Joaquim Vitorino Ribeiro sobre a Revolução Francesa. A obra é entregue ao arquiteto Fernando Lanhas em 1977 e o Museu é

117 - PIMENTEL, op. cit., pág. 416

118 - ibid., pág. 419

119 - ibid., pág. 427

127 - ESCADA

"*Partindo de uma base documental, resulta numa produção transdisciplinar, através da qual se fixa a pluralidade de leituras do nosso imaginário colectivo sobre a acção da polícia política neste edifício e na cidade, condicionando vidas e consciências. A instalação, para além de recuperar as memórias in situ, tenta potenciar espaço, rasto de ocupação e quotidiano, dele se servindo também para maximizar visualmente intersecções e interferências com a opressão e a resistência na cidade. A matéria em questão – pessoas e espaços – nas vertentes sensorial e racional, trabalha as dimensões da memória, recuperando-a, analógica e digital, iconográfica, textual e objectualmente.*" [120]

128 - "SAGUÃO"

120 - MESQUITA, Mário, in: DUARTE, Sónia – "Do Heroísmo à Firmeza: Entrevista com Mário Mesquita", Revista Diagonal, Sector Intelectual do Porto do PCP, Porto, 2018, pág. 20

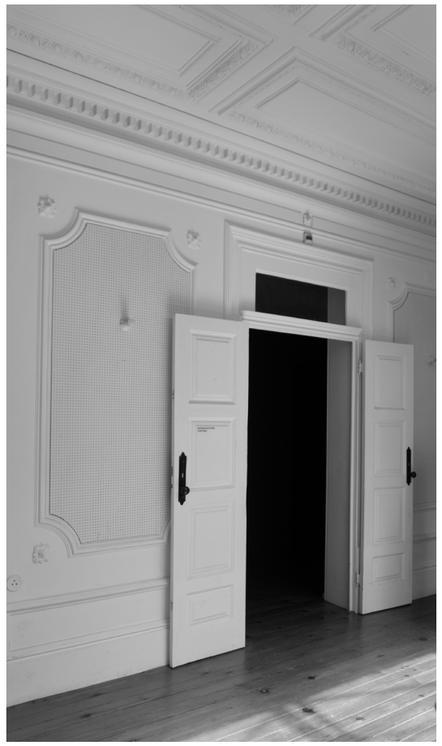
inaugurado a 21 de março de 1981 com essa mesma exposição, sem qualquer menção aos espaços de privação de liberdade da polícia política.

Só em 2015, após um longo período de negociação, a URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) estabelece um protocolo com o Exército Português para a integração de um Museu de Resistência nos espaços da antiga sede da PIDE. Sob a coordenação do arquiteto Mário Mesquita, o projeto "Do Heroísmo à Firmeza" lançou a "primeira pedra" (simbolicamente exposta dentro do Museu) em 2016, na conclusão da primeira fase, que incidia sobre a adequação física do espaço.

Com base nas memórias e na documentação, nos objetos deixados pela PIDE no espaço e nos testemunhos de "ex-presos", a intervenção mininalista pretende reabilitar o percurso dos presos através da recuperação dos espaços e da criação de ambientes apelativos. Dotando-os da capacidade de exercer no visitante sensações e estimulações, de forma a que cada leitura seja dualmente pessoal e coletiva das antigas vivências na sede da PIDE.

O percurso autónomo pode tomar duas vias, tendo como elemento central a escada. Diferente na sua dimensão, no sentido ascendente a altura da escada cresce, recebendo mais iluminação. Esta conduz até ao terceiro piso ou, no sentido contrário, é denunciado o caminho para as celas na compressão e escuridão do espaço. É pretendido nas escadas preencher as paredes com as fotografias das pessoas que ali passaram, como memória simbólica. No terceiro piso, o saguão está "tapado" com uma estrutura elucidativa do caráter prisional do edifício, e da segregação entre o espaço onde eram executadas a violência verbal e física, do espaço onde as pessoas viriam tratar do seu passaporte. Das salas de interrogatório e tortura, quatro estão pintadas de preto, retirando ao leitor a noção de espaço, e na minha experiência, a

"*Valorizou-se intensamente a potencialidade espacial do existente, a sua dotação de documentos e objectos e o recurso às relações claro/escuro, aberto/fechado, estreito/largo, tendo-se criado ambientes específicos que funcionam agora como auxiliar de esclarecimento do discurso informativo*." [121]



indução de medo e a leitura do espaço através do tato. A terceira fase do projeto foi inaugurada com a visita aos espaços no dia 25 de Abril do corrente ano, faltando a quarta e última fase onde é pretendido instalar meios eletrónicos que possibilitem a interação, o depósito de conteúdos informativos e documentais, possivelmente mais testemunhos, por parte do público.

> "*Considerando que os valores são uma ideia viva, podendo ser adicionados novos significados, poder-se-á dizer que neste lugar da memória da violência política há: um valor científico, principalmente para as áreas da História Contemporânea, Sociologia, Antropologia e Arqueologia; um valor social, na medida em que as memórias dos cidadãos que viveram episódios de violência política e de resistência ou oposição poderão incitar outros cidadãos à reflexão e à consciencialização das democracias e ditaduras; um valor imaterial e sentimental, para os grupos com essas memórias sociais do lugar; um valor educativo, para a promoção de conhecimento científico e bem-estar social, solidariedade e respeito pelos demais seres humanos; um valor documental, se considerarmos o que restou da documentação produzida naquele lugar que está guardada na Torre do Tombo; e o já referido valor arquitectónico com estruturas próprias de cárcere.*" [122]

Os espaços preservam as memórias, as vivências, os ideais, marcam a história assim como ela os marca a eles, daí a importância da musealização da antiga "casa da PIDE". Hoje para muitos, o edifício, assim como a sua extensão para a cidade, é um marco da repressão e opressão do regime de Salazar, mas é também um marco de resistência, de luta, da liberdade obtida no 25 de Abril.

121 - MESQUITA; DUARTE; op. cit., pág. 21

122 - BRITO, op. cit., pág. 116

# Considerações Finais

## Possíveis soluções?

Um dos pontos mais complexos de executar no processo de estudo conducente à presente dissertação foi o acesso direto, como já explicado, repleto de condicionamentos legais. Dado que não existe propriamente uma sequência linear da evolução dos territórios de desumanização, mas um misto de relações e correlações, de vários âmbitos  académicos (social, político, psicológico) pretendeu-se conjugar  as dinâmicas de transformação sociais e arquitetónicas do espaço urbano.

Não era pretendido propriamente apresentar soluções, mas sobretudo conseguir transmitir e trazer para a visibilidade a ainda presente desumanização nos territórios. Contudo, durante a elaboração da dissertação foram surgindo leituras e perspetivas alternativas às respostas atuais para as várias problemáticas, que parecem pertinentes mencionar para suscitar o diálogo e abertura de novos caminhos.

No caso dos espaços de privação de liberdade, para além da sua necessária reabilitação no caso de permanência do mesmo parque prisional, ressaltam duas alternativas: a já apresentada solução das Prisões “New Generation”, que pretendem a humanização e normalização dos espaços prisionais, numa abordagem social mais interativa entre os seguranças e os reclusos; e, num ponto de vista talvez mais extremista e difícil de interiorizar dado o incutimento do sistema prisional como única resposta à criminalidade, a abolição do sistema prisional.

É preciso entender que a defesa da abolição do sistema prisional não implica a não punição da ação criminal, mas o desenraizamento do conceito de prisão como modelo

único de punição ou suposta reabilitação. A ativista Angela Davis defende que

> "*Ao invés, postulando o desencarceramento como a estratégia global, tentaríamos perspectivar e planear um conjunto coerente de alternativas ao aprisionamento: a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação a todos os níveis, um sistema de saúde que forneça cuidados universais de saúde física e mental, e um sistema de justiça baseado na reparação e reconciliação como alternativa à retribuição e à vingança.*"[123]

Continuando numa perspetiva também alternativa, também é trazido para o diálogo a descriminalização das drogas. Grande parte dos aprisionamentos, a nível global, são relativos aos crimes ligados ao tráfico de droga, direta ou indiretamente. O que esta alternativa propõe é, ao invés da procura de substâncias psicotrópicas nos mercados ilegais, a integração na cidade de "tendas de consumo vigiado", sendo o produto fornecido de forma segura e testada farmaceuticamente. Por um lado, esta alternativa removeria do espaço público o consumo de drogas e, sendo um produto seguro e um processo vigiado, reduziria o número de mortes relacionadas com as overdoses e a melhoria da condição da saúde e higiene pública. Por outro lado, este "fornecimento" para as necessidades das pessoas toxicodependentes, faria com que os territórios psicotrópicos, os bairros sociais chamados "supermercados de droga" perdem o poder da rede de tráfico que atualmente apresentam. Funcionando, haveria a possibilidade de pelo menos reduzir a incidência e o fluxo criminal dentro do bairro.

Por fim, e na sequência do apresentado acima, a resolução das problemáticas atuais dos contextos urbanos de pobreza urbana, marginalidade e criminalidade seria, de um ponto de vista idealista e utópico, a reformulação estrutural dos territórios urbanos. Seria necessário mudar a organização urbana dos territórios, nomeadamente o realojamento social, integrando as comunidades

123 - DAVIS, Angela – "As Prisões Estão Obsoletas?", Antígona, Lisboa, 2022, pág.146

marginalizadas através da sua dispersão no tecido urbano. No que diz respeito à habitação social, seria vantajoso a existência de opções arquitetónicas diversas, que se afastem da imagem atual do bairro. Na componente social, seria fundamental acabar com a estigmatização dos territórios e compreender que se tratam de comunidades, pessoas comuns cujas adversidades e condições de vida por vezes as conduzem por caminhos desviantes.

Tendo em vista uma perspetiva mais realista e plausível, considera-se importante a continuação da reabilitação dos bairros sociais mais degradados (que embora lentamente já tem sido feita), o tratamento do espaço público, dos espaços verdes e da qualidade do espaço urbano. Seria também relevante o investimento no melhoramento dos serviços e equipamentos sociais, culturais e educacionais, assim como o fomento do mercado económico local. Assim como a reformulação das políticas urbanas de habitação e a atenção à componente social do espaço que muitas vezes é "deixada de fora" - a participação e a consideração da comunidade residente no processo de construção do espaço que vão habitar.

São várias as possíveis soluções mas também são vastas as suas adversidades políticas, sociais, urbanísticas e económicas.

# Fontes de Informação

## Bibliografia


ALVES, Sónia – "Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas", DINÂMIA'CET-IU, Lisboa, 2011

BENAVENTE, Renata – "Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia", Análise Psicológica, V. 20, N.4, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA), Lisboa, 2002

BRÁS, Sofia Alexandra de Freitas – "O movimento de moradores do Bairro S. João de Deus em 1974", in Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019, FLUP, Porto, 2020

BRITO, Joana – "Patrimonialização e Musealização da Memória da Violência Política Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. A Delegação da PVDE/PIDE/DGS no Porto", Dissertação e Mestrado em Património Cultural e Museologia, FLUC, 2022

CAPUCHA, Luís – "Desafios da Pobreza", Tese de Doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004

CAPUCHA, Luís – "Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida", Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, ISCTE, Lisboa, 1992

CARDINA, Miguel – "Repressão e Subjetividade Política no Estado Novo: a Cadeia de Peniche", in: "Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá", Universidade do Porto e CITCEM, Porto, 2021

CARNEIRO, Manuel – ""Si bene aedificaveris, bene habitaveris". Entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)", Universidade Aberta, Vol.1, Lisboa, 2016

COSTA, Alfredo Bruto; CARDOSO, Ana; BAPTISTA, Isabel; RASGADO, Sofia – "Pobreza e Exclusão Social em Portugal. A Área Metropolitana do Porto", CESIS, Lisboa, 1999

CUNHA, Manuela Ivone – "Entre o Bairro e a Prisão", Etnográfica Press, 2018

DAVIS, Angela – "As Prisões Estão Obsoletas?", Antígona, Lisboa, 2022

DUARTE, Sónia – "Do Heroísmo à Firmeza: Entrevista com Mário Mesquita", Revista Diagonal, Sector Intelectual do Porto do PCP, Porto, 2018

FARINHA, Luís – "As Prisões da P.I.D.E.", Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Lisboa, 2019

FERNANDES, Eduardo – "Segurança e Sustentabilidade: Processos Urbanos e Criminalidade na Cidade do Porto do Século XX", Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Faculdade de Arquitectura e Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 1998

FERNANDES, Luís – "O Sítio das Drogas. Etnografia das Drogas numa Periferia Urbana", Etnográfica Books, Lisboa, 2021

FERNANDES, Luís; RAMOS, Alexandra – "Exclusão Social e violências quotidianas em "bairros degradados": etnografia das drogas numa periferia urbana", Revista Toxicodependências, Edição IDT, V. 16, N. 2, 2010

FOUCALT, Michel – "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão", Edições 70, Lisboa, Janeiro 2021

FROIS, Catarina – "Prisões", Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2020

GOMES, Maria Celestina – "Homenagem a Maria José Ribeiro", União de Resistentes Antifascistas Portugueses (Núcleo do Porto), Porto, 2008

GUERRA, Paula – "O Bairro do Cerco do Porto: Cenário de Pertenças, de Afectividades e de Simbologia", FLUP, 2002

HEITOR, Teresa – "Insegurança em Meio Urbano: O Espaço na Mediação de Oportunidades Delituosas", Revista Psicologia, Volume 21, Nº2, Lisboa, 2007

KENNETH, Frampton – "Modern Architecture: A Critical History", Thames & Hudson Ltd, New York, Fourth Edition 2007

LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – "A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária", Edições Afrontamento, Porto, 2001

LOURENÇO, Maria dos Prazeres – "Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza", Direcção Geral da Segurança Social, Lisboa, 2005

MATOS, Fátima Loureiro – "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", Revista Análise Social, Vol. XXIX (127), Lisboa, 1994

MESQUITA, Mário – ""No Nos Gusta El Cemento" – Da Regulação Política da Arte no Espaço Público Portuense", in Arte Pública na Era da Criatividade Digital – Atas do Colóquio Internacional 2007, Universidade Católica Editora, Porto, 2017

MESQUITA, Mário – “Roteiro da Resistência ao Fascismo no Porto”, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Porto, 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – “Decreto-lei n.º 26:643”, Diário do Governo, Imprensa Nacional de Lisboa, I Série, N. 124, Lisboa, 28 de Maio de 1936

NEVES, Nuno – “O Falso Testemunho”, Campo de Letras, Porto, 2003

PEREIRA, Susana – “Dispositivos Espaciais de Punição. As Cadeias do Estado Novo”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, FCTUC, 2016

POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar; NUNES, Henrique; ALVES, Jorge; CAPELA, José; ALVES, Luís; PEREIRA, Maria – “Não Nos Deixemos Petrificar. Reflexões no Centenário do Nascimento de Victor de Sá”, CITCEM e FLUP, Porto, 2021

PINTO, António – Entrevista julho de 2022

PINTO, Luísa – “Construção de cadeia feminina em Santa Cruz do Bispo ameaça património classificada”, Revista Público (online), 24 junho 2001

PIMENTEL, Irene Flunser – “A História da PIDE”, Temas e Debates, Lisboa, 2016

PIMENTEL, Irene Funser – “O Caso da PIDE/DGS. Foram Julgados os principais agentes da Ditadura Portuguesa?”, Temas e Debates, Lisboa, 2016

REIS, Victor – “A Casa Também Foi “Presa”...”, Revista Observador (online), 2019

RODRIGUES, Eduardo; SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria; JANUÁRIO, Susana – “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, FLUP, Porto, 1999

RODRIGUES, Vanessa Ribeiro – “Ala Feminina”, Desassossego, 1º Edição, Lisboa, 2018

ROSMANINHO, Nuno – “O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra”, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006

SANTOS, Aurélio – “A Censura” (online site URAP), Colóquio Internacional “25 anos do 25 de Abril”

SANTOS, Boaventura – “A Reinserção Social dos Reclusos. Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional”, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003

SANTOS, Clara – “Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio Sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais”, Revista Libertas (Online), V.15, N.1, 2015

SARAIVA, Miguel; AMANTE, Ana; MARQUES, Teresa; FERREIRA, Márcio; MAIA, Catarina – “Perfis Territoriais de Criminalidade em Portugal (2009-2019)”, Finisterra, LVI(116), 2021

SILVA, Maria – “Vegetação esconde tendas para tráfico de droga”, Jornal de Notícias (online), Porto, 23 de março de 2020

WENER, Richard – “The Environmental Psychology of Prisons and Jails, Creating Humane Spaces in Secure Settings”, Cambridge University Press, Cambridge, 2012

# Relatórios


CONSELHO DA EUROPA – “Relatório CTP (Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment)”, Strasbourg, 2018

DGRSP (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais) – “Regras Penitenciárias Conselho da Europa”, Lisboa, julho 2020

PROVEDORIA DA JUSTIÇA – “As Nossas Prisões – III Relatório”, Lisboa 2003

PROVEDORIA DA JUSTIÇA – Relatório da Visita ao Estabelecimento Prisional do Porto, Lisboa, 2017

PROVEDORIA DA JUSTIÇA – Relatório Sobre o Sistema Prisional, Lisboa, 1996

REPÚBLICA PORTUGUESA – “Destaque Estatístico Anual. Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais e Jovens Internados em Centros Educativos (2010-2021)”, DGPJ, Lisboa, Maio 2022

REPÚBLICA PORTUGUESA – “Olhar o Futuro para Guiar a Alão Presente” - Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, Lisboa, Setembro 2017

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA – “Relatório Anual de Segurança Interna”, Lisboa, 2019

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) – “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)

## Documentários


“Distopia”, Direção Tiago Afonso, 2021

“Inside The Worlds Worst Prisons”, Raphael Rowe, Netflix, 2016-2022

“Lead Me Home”, Direção Pedro Kos, Jon Shenk, Netflix, 2021

“Os problemas do Bairro São João de Deus”, RTP1, 1991

“Tarrafal”, Direção Pedro Neves, Red Desert Films, 2017

“Visita às instalações da DGS/PIDE no Porto”, RTP Arquivos, 1974

# Fontes de Imagens

1 – Imagem da autora

2 – Imagem da autora

3 – Imagem da autora

4 – Imagem da autora

5 – Imagem da autora

6 – in: GISA; disponível: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/713408/?

7 – in: GISA; disponível: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/639452/

8 – in: Jornal Tornado (online); disponível: https://www.jornaltornado.pt/historia-pide/

9 – in: Porto Desaparecido; disponível: https://www.facebook.com/photo/?fbid=657357787652760&set=a.343827999005742.91463.332201940168348

10 – © Mário Brochado Coelho

11 – © Bruno da Silva; disponível: https://www.publico.pt/2015/06/08/p3/fotogaleria/sao-joao-de-deus-tudo-apodrece-devagar-no-tarrafal-385112

12 – Imagem da autora

13 – Imagem da autora

14 – Imagem da autora

15 – © Bruno da Silva; op. cit.

16 – © Bruno da Silva; op. cit.

17 – Imagem da autora

18 – Imagem da autora

19 – Imagem da autora

20 – Imagem da autora

21 – Imagem da autora

22 – © @larisashpineva; disponível: https://www.freepik.com/premium-photo/panoramic-view-kotelnicheskaya-embankment-building-from-zaryadye-park-people-floating-bridge-moskva-river_34108831.htm

23 – © A. Savin; disponível: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Berlin_Finanzministerium_Wilhelmstr_asv2019-07.jpg

24 – © Jean-Pierre Dalbéra (Flickr)

25 – © Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian; disponível: https://www.flickr.com/photos/biblarte/12365340693

26 – © Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian; disponível: https://www.flickr.com/photos/biblarte/11582382785/

27 – © Restos de Colecção; disponível: https://restosdecoleccao.blogspot.com/2011/06/palacio-da-justica-do-porto.html

28 – © Varela Pècurto; disponível: https://fasciniodafotografia.com/2020/04/27/varela-pecurto/

29 – Imagem da autora

30 – disponível: PEREIRA, Susana – "Dispositivos Espaciais de Punição. As Cadeias do Estado Novo", Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, FCTUC, 2016, pág. 74, 76, 68, 72

31 – © Museu do Aljube; disponível: https://amusearte.hypotheses.org/6709

32 – © Jaime Serra; disponível: https://www.publico.pt/2017/07/02/fotogaleria/desenhos-pide-375042

33 – disponível: https://besisluxe.com/museu-do-aljube-resistencia-e-liberdade-uma-homenagem-a-liberdade-e-a-democracia/

34 – © Jaime Serra; op. cit.

35 – © Museu do Aljube

36 – © Museu do Aljube

37 – © Teresa Leal; disponível: https://teresavaideferias.blogspot.com/2015/10/como-e-arido-o-tarrafal.html

38 – © Ricardo Ribeiro; disponível: https://www.cruzamundos.com/cabo-verde-2015-praia-tarrafal-dia-12/

39 – © Catarina Leonardo; disponível: https://wandering-life.com/campo-concentracao-tarrafal-santiago/

40 – Imagem da autora

41 – Imagem da autora

42 – © Luís Barbosa; disponível: https://luisbarbosa.files.wordpress.com/2018/03/luisbarbosa_pppp_16.jpg

43–©LuísBarbosa;disponível:https://luisbarbosa.files.wordpress.com/2018/03/pprisonphotoproject_luisbarbosa_008s.jpg

44 – © Luís Barbosa; disponível: https://luisbarbosa.files.wordpress.com/2018/03/luisbarbosa_pppp_17.jpg

45, 46, 47, 48, 49 – © Lizzie Himmel; disponível: https://www.gettyimages.com.br/fotos/adx-florence

50 – © HLM Arkitektur; disponível: https://hlm.no/en/projects/halden-prison

51 – © Jennifer Leung, disponível: https://www.moma.org/interactives/exhibitions/2013/designandviolence/halden-prison-erik-moller-architects-hlm-architects/

52, 53, 54 – © Knut Egil Wang; disponível: https://www.knutegilwang.com/Inside-Halden-Prison-for-The-New-York-Times-Magazine

55 – © Luís Barbosa; disponível: https://luisbarbosa.files.wordpress.com/2018/03/m_ep_guarda_dscf6150-copy.jpg

56 – © Luís Barbosa; disponível: https://luisbarbosa.files.wordpress.com/2018/03/luisbarbosa_pppp_13.jpg

57 – Imagem da autora

58 – disponíveis: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/dezenas-receberam-paula-no-lagarteiro-apos-despejo-enquanto-estava-presa-10611392.html;

https://observador.pt/opiniao/sair-da-prisao-e-nao-ter-para-onde-ir-que-liberdade-e-esta/;

https://www.publico.pt/2021/10/24/sociedade/noticia/portugal-paises-europeus-onde-morrem-reclusos-1982265;

https://www.dn.pt/edicao-do-dia/26-nov-2019/75-dos-reclusos-regressam-ao-crime-e-se-houvesse-uma-justica-restaurativa-11551359.html;

https://www.publico.pt/2021/05/21/sociedade/noticia/libertacao-reclusos-fez-aumentar-semabrigo-1963491

https://www.dn.pt/pais/bairros-do-porto-o-trafico-de-droga-passa-de-pais-para-filhos-11244202.html

59 – © Pedro Correia; disponível: https://observador.pt/especiais/com-o-fim-do-aleixo-a-droga-so-mudou-de-bairro-e-as-rusgas-da-policia-nao-a-conseguem-travar/

60 – disponível: https://investnews.com.br/esg/populacao-das-favelas-brasileiras-ultrapassa-bielorussia-luxemburgo-e-servia/

61 – © Luís Sinco; disponível: https://www.nbcnews.com/news/us-news/federal-judge-orders-los-angeles-shelter-homeless-people-skid-row-n1265005

62 – © Bruno da Silva; op. cit.

63 – Imagem da autora

64 – © Pedro Neves; Frame Documentário Tarrafal

65 – © Paulo Pimenta; disponível: https://www.publico.pt/2017/05/21/sociedade/noticia/aqui-tratam-os-toxicodependentes-100-graus-abaixo-de-cao-1769557

66 – © Pedro Correia; disponível: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/camara-do-porto-avanca-com-limpeza-em-acampamento-de-droga-na-pasteleira-15610658.html

67 – disponível: https://www.dn.pt/pais/grades-vasos-pilaretes-barreiras-para-afastar-sem-abrigo-nao-sao-solucao-11063343.html

68 – Imagem da autora

69 – © Filipa Brito; disponível: https://www.porto.pt/pt/evento/noite-europeia-dos-museus-no-museu-militar-do-porto

70 – © Igor Martins; disponível: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/proliferacao-de-sem-abrigo-nas-ruas-do-porto-esta-a-chocar-os-turistas-14606462.html

71 – Fotografia da autora

72 – © Igor Martins; disponível: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/imigrantes-vivem-debaixo-de-viaduto-tendas-sao-ultimo-refugio-na-busca-por-uma-vida-melhor-15880404.html

73 – © Rui Oliveira; disponível: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/idosos-e-doentes-sao-sem-abrigo-nas-ruas-do-porto-11479106.html

74, 75 – © Igor Martins; disponível: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/vegetacao-esconde-tendas-para-trafico-de-droga-11969184.html

76 – in: SIPA; disponível: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004975

77 – in: SIPA; disponível: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004975

78, 79 – in: GISA; disponível: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/263444/

80 – in: SIPA; disponível: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004975

81 – Imagem da autora

82 – Imagem da autora

83 – Imagem da autora

84 – © Igor Martins; disponível: https://www.jn.pt/justica/visitas-suspensas-na-cadeia-de-santa-cruz-do-bispo-devido-a-curto-circuito-num-gerador-14987405.html#media-1

85 – disponível: https://www.jn.pt/justica/reclusos-transexuais-transferidos-de-cadeia-ainda-sem-mudar-os-orgaos-genitais-13119781.html

86 – © LUSA; disponível: https://www.saudemais.tv/noticia/9567-covid-19-tres-casos-nas-cadeias-e-suspeita-de-outro-afastada-servicos-prisionais

87, 88, 89 – Gráfico da autora (com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística)

90 – © Peter Schulthess; Prison Photo Project; disponível: https://www.behance.net/gallery/62689593/the-portuguese-prison-photo-project-(2017)

91 – © Prison Photo Project

92 – © Igor Martins; disponível: https://www.jn.pt/justica/cadeia-de-santa-cruz-do-bispo-de-quarentena-13093605.html#media-1

93 – © Pedro Correia; disponível: https://www.noticiasmagazine.pt/2019/maes-com-hora-marcada/historias/238395/

94 – © LUSA; disponível: https://www.noticiasaominuto.com/pais/1386219/tres-centenas-de-reclusas-na-unica-cadeia-gerida-em-ppp

95 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 23

96 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 21

97 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 20

98 – in: GISA; disponível: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/338120/?

99 – Imagem da autora

100 – Imagem da autora

101 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 76

102 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 39

103 – in: LOPES, João Teixeira; CARMO, Daniela – “A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária”, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pág. 77

104 – Imagem da autora

105, 106, 107 – Gráfico da autora (com base em: REPÚBLICA PORTUGUESA, in: “Destaque Estatístico Anual. Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais e Jovens Internados em Centros Educativos (2010-2021), DGPJ, Lisboa, Maio 2022)

108 – © Paulo Ricca; disponível: https://www.publico.pt/2019/09/12/sociedade/noticia/segurancas-agredidos-centro-educativo-1886366

109 – © Paulo Ricca; disponível: https://www.publico.pt/2011/02/03/jornal/centros-educativos-falham-na--integracao-de-jovens-delinquentes-21203489

110 – disponível: http://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/memorias-de-um-passado-recente-223

111 – © António Amorim; disponível: https://portocanal.sapo.pt/noticia/325712

112 – Imagem da autora

113 – Imagem da autora

114 – Imagem da autora

115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122 – © António Amorim, in: Livro “O Último Dia da PIDE 26 de Abril no Porto”

123 – Imagem da autora

124, 125, 126 – Gráficos da autora (com base em: PIMENTEL, Irene Flunser – “A História da PIDE”, Temas e Debates, Lisboa, 2016)

127 – Fotografia da autora

128 – Fotografia da autora

129 – Fotografia da autora

130 – Fotografia da autora